



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA
CAMPUS SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

INGRID ROCHELLE RÊGO NOGUEIRA

**ENTRE DEMANDAS E INVISIBILIDADES: VELHOS(AS) DE FORTALEZA E
SUAS EXPECTATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

SALVADOR – BAHIA

2023

INGRID ROCHELLE RÊGO NOGUEIRA

**ENTRE DEMANDAS E INVISIBILIDADES: VELHOS(AS) DE FORTALEZA E
SUAS EXPECTATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Salvador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, como requisito à obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vanderlei Ferreira da Costa.

SALVADOR – BAHIA

2023



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Rua Emídio dos Santos - Bairro Barbalho - CEP 40301-015 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

PROFEPT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**ENTRE DEMANDAS E INVISIBILIDADES: VELHOS(AS) DE FORTALEZA E SUAS EXPECTATIVAS SOBRE A
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

INGRID ROCHELLE RÊGO NOGUEIRA

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vanderlei Ferreira da Costa

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Vanderlei Ferreira da Costa
Orientador – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Prof. Dr. Danilo Almeida Souza
Membro Interno – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Profa. Dra. Kelly Maria Gomes Menezes
Membro Externo – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 06/06/2023

Em 30 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO VANDERLEI FERREIRA DA COSTA**, Professor Efetivo, em 15/06/2023, às 10:20, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANILO ALMEIDA SOUZA**, Professor Efetivo, em 15/06/2023, às 10:27, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Maria Gomes Menezes**, Usuário Externo, em 15/06/2023, às 10:32, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2938922** e o código CRC **9DDC0847**.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFBA, COM OS
DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

N778e Nogueira, Ingrid Rochelle Rêgo

Entre demandas e invisibilidade: demandas de velhos(as) de Fortaleza e suas expectativas sobre a educação profissional e tecnológica / Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira; orientador Francisco Vanderlei Ferreira da Costa -- Salvador, 2023.

172 p.

Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) -- Instituto Federal da Bahia, 2023.

1. Velhice. 2. Trabalho. 3. Educação. 4. Educação profissional e tecnológica. I. Costa, Francisco Vanderlei Ferreira da, orient. II. TÍTULO.

CDU 377

A Deus.

Aos meus pais, Elizabete e Ismar, que são o meu coração e a minha luz.

Aos(às) que são velhos(as) e aos(às) que um dia serão.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me permitir chegar até aqui, direcionando os meus caminhos para a finalização dessa importante etapa na minha vida pessoal e profissional. Para Ele e com Ele são feitas todas as coisas.

Aos meus pais, Elizabete e Ismar, por serem sempre fonte de incentivo, apoio, inspiração e cuidado incondicionais. Nosso amor é meu farol!

A toda a minha família, especialmente minhas irmãs, cunhados e sobrinhos(as), cujas vidas trazem sentido à minha.

Aos meus avós, Lourdes Rêgo, João Evangelista Rêgo, Josefa Nunes e José Nunes, minha vida passa pela trajetória de vocês. Que eu possa honrar suas trajetórias com a realização de tantos sonhos, sendo um deles, este mestrado.

Aos(às) meus(minhas) muitos(as) e bons(boas) amigos(as), que me acompanham há tantos anos e que se alegram por cada conquista alcançada.

Aos(às) amigos(as) da turma do ProfEPT 2021 por terem compartilhado dores, alegrias, perdas, medos, desafios, conquistas e afetos ao longo do curso, especialmente à Vanice Alves, a quem a Covid-19 não permitiu que chegasse até o fim do percurso conosco.

À colega Keyla Santana, pelo apoio durante a submissão do projeto de dissertação no comitê de ética e preparação para a defesa.

Aos amigos Juliana e Eldy por terem compartilhado a trajetória, as dores e as delícias do mestrado comigo.

À equipe do Trabalho Social com Idosos do Sesc Fortaleza pelo suporte prestado para que esta pesquisa fosse realizada, com destaque para Gabriela Brilhante, Inez Coutinho, Maria Laura, Thaís Castro e Talitta Albuquerque, que foram essenciais para esse momento.

Ao amigo Glailton Bezerra que, com paciência, atenção e carinho, construiu a diagramação e projeto gráfico do Guia Didático Envelhecimento e Educação Profissional e Tecnológica.

Ao Julião Júnior e ao Júnior Panela pelas contribuições para a construção do Guia Didático Envelhecimento e Educação Profissional e Tecnológica.

À equipe da CATI/CAODH do Ministério Público do Estado da Bahia, especialmente à Janary e Celiza, por todo o apoio e incentivo nessa construção.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFBA) por esse importante espaço de formação, em especial aos professores e às professoras com quem tive o privilégio de conviver e aprender ao longo do mestrado.

À banca examinadora, professor Danilo Almeida Souza e professora Kelly Maria Gomes Menezes, que prontamente se disponibilizaram a participar do processo que me trouxe até aqui e contribuíram de forma rica com este trabalho.

Ao professor Francisco Vanderlei Ferreira da Costa, por ter aceitado orientar esta pesquisa, por sua grandiosa contribuição e por ter sido, além de orientador, um parceiro nesse processo. Aprendo muito sobre Educação e sobre sabedoria com você!

Às pessoas velhas, interlocutoras desta pesquisa, por terem me dado a feliz oportunidade de adentrar seus universos, conhecer suas realidades, percepções e opiniões. Nesse processo vocês me ensinaram sobre muitos aspectos, dentre eles, sobre significado, sobre ser, sobre envelhecer e, parafraseando a frase de uma das interlocutoras, aprendi sobre(vivência), pois como aponta Simone de Beauvoir (2009): “Viver é envelhecer, nada mais.” Gratidão!

*“Antes de mim
Vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
Estamos todos aqui*

*No meio do caminho dessa vida
Vinda antes de nós
Estamos todos a sós
No meio do caminho dessa vida
Estamos todos no meio
Quem chegou e quem faz tempo que veio
Ninguém no início ou no fim*

*Antes de mim
Vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
Estamos todos aí
Estamos todos aí*

*Antes de mim
Vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
Estamos todos aqui.”*

(Arnaldo Antunes e Péricles da Rocha Cavalcanti)

RESUMO

A educação, o trabalho e a profissionalização consistem em direitos da população velha, entretanto esses aspectos ainda não consistem em uma realidade para ela. Embora grande percentual de velhos(as) permaneça trabalhando, contribuam financeiramente para o sustento financeiro de seus lares e apresentem demandas por profissionalização, no imaginário social, a educação e o trabalho são elementos incongruentes com as pessoas velhas, o que, dentre outros fatores, contribui para a ausência de iniciativas e pesquisas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica desse grupo etário. Assim, a pesquisa teve como objetivo geral compreender as expectativas dos(as) velhos(as) sobre Educação Profissional e Tecnológica a partir dos significados do processo educativo para os(as) referidos(as) participantes. Para alcançar esse objetivo sistematizamos as demandas dos(as) velhos(as) em relação à Educação Profissional e Tecnológica; conhecemos o acesso de pessoas velhas à Educação Profissional e Tecnológica; identificamos potencialidades e especificidades desse público no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica e propomos um guia didático, como produto educacional, cuja proposta versa sobre a EPT ofertada para velhos(as). Para esse fim, utilizamos a abordagem qualitativa a partir da realização de pesquisa de campo. Foi aplicado grupo focal e entrevistas semiestruturadas com pessoas velhas participantes do *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*, desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) na cidade de Fortaleza–CE. A pesquisa encontrou como resultados a intergeracionalidade como estratégia e desafio para a construção de uma sociedade antiidade, a aposentadoria e o tempo livre como aspectos essenciais na educação para a velhice; o letramento digital como ferramenta para a participação social e a prevenção à violação de direitos de pessoas velhas; e a necessidade de promover uma Educação Profissional e Tecnológica em uma ótica gerontológica.

Palavras-Chave: Velhice. Trabalho. Educação. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

Education, work and professionalization are rights of the elderly population, however these aspects are not yet a reality for them. Although a large percentage of old people remain working, contribute financially to the financial support of their homes and present demands for professionalization, in the social imaginary, education and work are incongruent elements for old people, which, among other factors, contributes to the absence of initiatives and researches aimed at the Professional and Technological Education of this age group. Thus, the general objective of the research was to understand the expectations of the elderly regarding Professional and Technological Education based on the meanings of the educational process for the aforementioned participants. To achieve this objective, we systematize the demands of the elderly in relation to Professional and Technological Education; we know the access of older people to Professional and Technological Education; we identified potentialities and specificities of this public in terms of Professional and Technological Education and we proposed a didactic guide, as an educational product, whose proposal deals with the PTE offered to the elderly. To this end, we used a qualitative approach based on field research. Focus groups and semi-structured interviews were applied with elderly people participating in the Elderly Project of the 21st Century: conectivid@des, developed by the Social Service of Commerce (Sesc) in the city of Fortaleza-CE. The research found as results intergenerationality as a strategy and challenge for the construction of an anti-age society, retirement and free time as essential aspects in education for old age; digital literacy as a tool for social participation and prevention of the violation of the rights of older people; and the need to promote Professional and Technological Education from a gerontological perspective.

Keywords: Old age. Work. Education. Professional and Technological Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABVD	Atividade Básica de Vida Diária
ACEPI	Associação Cearense Pró-Idosos
AIVD	Atividade Instrumental de Vida Diária
AJUS	Ausência Justificada com Critérios
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEP/IFBA	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
CMDPI	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Fortaleza
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FOCEPI	Fórum Cearense de Políticas para o Idoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos(as)
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNA	Política Nacional de Alfabetização

PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Sesc	Serviço Social do Comércio
TICS	Tecnologias de informação e comunicação
TSI	Trabalho Social com Idosos
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	25
2.1 A trajetória metodológica: técnicas e instrumentais da pesquisa.....	25
2.2 Desvelando o campo: Serviço Social do Comércio.....	30
2.3 Sobre quais velhice estamos falando? Perfis dos(as) participantes da pesquisa.....	33
2.4 Aspectos éticos da pesquisa.....	39
3 ENVELHECIMENTO E O ACESSO À EDUCAÇÃO.....	41
3.1 Velhices no Brasil e seu lugar social.....	41
3.2 Direito da Velhice à Educação e as narrativas neoliberais.....	47
3.3 É possível uma Educação Profissional e Tecnológica para Velhos(as)? Tecendo reflexões.....	58
4 ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA, UM DIREITO GARANTIDO?.....	73
4.1 A intergeracionalidade como estratégia e desafio para a construção de uma educação antiidadista.....	73
4.2 Aposentadoria e tempo livre: significados no envelhecimento.....	84
4.3 Letramento digital: pertencimento social e prevenção à violação de direitos.....	98
4.4 Perspectivas para uma Educação Profissional e Tecnológica em uma ótica gerontológica.....	110
5 PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA DIDÁTICO - ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
7 REFERÊNCIAS.....	153

APÊNDICES.....	164
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL.....	164
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	166
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	169
APÊNDICE D – TERMO DE USO DE GRAVAÇÃO DE IMAGEM E VOZ.....	173

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade contemporânea no mundo e no Brasil. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), nosso país contava, ao final do último trimestre de 2022, com 32 milhões e 833 mil pessoas velhas, consideradas pelo Estatuto da Pessoa Idosa como aquelas com idade a partir de 60 anos. Esse dado aponta não só para o crescimento em termos demográficos, mas também indica a maior participação social desse público nos diversos espaços, sejam eles públicos ou privados, e os desafios enfrentados pela população velha na sociedade capitalista.

Para além de uma questão demográfica, esta dissertação apresentada como requisito à conclusão do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) tem seus fundamentos apoiados em uma discussão teórica sobre a velhice e sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica, bem como em aspectos pessoais que motivaram sua escrita.

Portanto, neste trabalho a escrita está em primeira pessoa, apoiada na concepção de Paulo Freire (2001), de que, embora essa seja a ideia propagada pela ideologia dominante, a educação, a comunicação e o ser no mundo não são neutros, visto que as pessoas também não o são, pois “Nem somos, mulheres e homens, seres simplesmente determinados, nem tampouco livres de condicionamentos genéticos, culturais, sociais, históricos, de classe e de gênero que nos marcam e a que nos achamos referidos” (FREIRE, 2001, p. 91). Assim, esta dissertação está preenchida dos valores, posicionamentos e ideais de quem a construiu.

Isso posto, neste trabalho, optamos pela terminologia velho(a) e velhice, visto que a formulação de termos e conceitos referentes ao envelhecimento carregam representações sociais¹ sobre ele. Nesse sentido, Beauvoir (1990) salienta que o termo velho foi, ao longo da história, concebido e utilizado de forma pejorativa, como se ser ou chamar alguém de velho(a) representasse uma ofensa, dessa forma o(a) velho(a) é sempre o(a) outro(a).

¹ Representações sociais são aqui compreendidas como “teorias do senso comum, conhecimentos sociais sobre determinado objeto e têm como função organizar comportamentos e padronizar a comunicação entre os indivíduos, ou seja, as práticas sociais de dado grupo para com objetos sociais significantes” (LOPES, 2008, p. 18).

Dessa forma, a categoria velho(a) é entendida como pobre, doente, inútil, decrepita e rejeitada, passando por um mascaramento da velhice a partir da adoção do termo idoso para a velhice respeitada e terceira idade para a velhice ativa, não significando a implementação de políticas públicas, porém passando a fomentar um mercado de consumo para a chamada terceira idade, composto por atividades de lazer, turismo, esportes, alimentos e produtos de beleza (PEIXOTO, 1998). Assim, utilizar formas de eufemizar a velhice é também uma maneira de torná-la invisível e de não reconhecer sua importância e heterogeneidade.

Tendo elucidado os aspectos acima apontados, salientamos que em nenhum momento os elementos discutidos nesta dissertação representarão uma apologia e/ou romantização do trabalho na velhice, posto que a aposentadoria é um direito conquistado pela luta dos(as) trabalhadores(as), aposentados(as), profissionais e movimentos sociais, que constantemente está sob a ameaça dos ditames neoliberais e da retirada de direitos sociais fundamentais.

Se essa é uma realidade aqui reconhecida, também se compreende que nesse contexto neoliberal, a aposentadoria não é uma realidade vivenciada por todas as pessoas envelhecidas, contribuindo para esse fato uma análise interseccional de gênero, raça e classe. Portanto, conforme salientado por Rabelo (2023), a velhice é heterogênea, contribuindo para isso as referidas dimensões que também impactam e são impactadas por esse contexto social, no qual grande parte dos(as) trabalhadores(as) não têm acesso ao mercado de trabalho formal, possuem vínculo de trabalho precarizado ou dependem do trabalho informal.

Considerando esse cenário, o capital se apropria do tempo do(a) trabalhador(a), definindo quando se dá sua inserção e retirada do mercado de trabalho, tendo como um dos critérios o fator etário. Além disso, degrada suas condições de trabalho e de vida, gerando pobreza para os(as) que não mais detêm condições para venda da força de trabalho. Dessa forma, transforma o tempo de vida do(a) trabalhador(a), vinculando esse tempo apenas à produtividade e à geração de lucros para o capital. Da mesma forma em que também altera o tempo de envelhecer, transformando-o em tempo de consumo para aqueles(as) que possuem condições financeiras para isso (ALVES, 2019).

Com a aposentadoria, há a ampliação da desigualdade social, pois a forma como se chega a ela depende da vida laborativa que se acessou. Aqueles(as), que desenvolveram trabalhos manuais, tiveram menor escolaridade, pouco acesso à saúde e ao lazer, pior remuneração e precárias condições de trabalho. Portanto, a aposentadoria será percebida

e vivenciada de formas variadas a depender da atividade exercida e dos vínculos formados para além do trabalho. Nesse cenário, muitos(as) velhos(as), mesmo aposentado(a)s, ainda trabalham e famílias pobres dependem diretamente da renda deles(as) (COUTRIM, 2010).

Considerando os dados de pesquisa realizada pelo Serviço Social do Comércio e Fundação Perseu Abramo (SESC; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020), entre as pessoas velhas, a terceira fonte de renda é o trabalho, estando atrás apenas da aposentadoria por idade e da aposentadoria por tempo de serviço. 25% dos velhos(as) trabalham, dos quais 11% são aposentados(as) e continuam trabalhando. Cabe analisar que a aposentadoria traz empobrecimento e necessidade de complementação de renda, que nesse caso tem encontrado no trabalho informal sua solução (15%). Ainda sobre a aposentadoria, 10% relatam ter dificuldades de adaptação, dos quais 7% a atribui à ausência de uma rotina de trabalho a qual estava acostumado, e os demais, 3%, às dificuldades financeiras.

Essa realidade aponta para a necessidade da preparação para a aposentadoria, visto que 60% não participou de nenhuma iniciativa nesse sentido e 23% considera essencial que elas existam, promovendo ações como redução da jornada e intensidade do trabalho (6%), atividades físicas (4%) ou trabalhar apenas se quiser (4%).

Assim, a preparação para a aposentadoria é essencial, visto que o trabalho na sociedade capitalista é fator de poder, identidade e autoestima. Assim, o rompimento com a vida produtiva a partir da aposentadoria ou do desemprego, pode ser acompanhado por rupturas de identidade e autoconfiança (COUTRIM, 2010).

Acerca do direito à aposentadoria digna, são crescentes as retiradas de direitos diante da ofensiva neoliberal e suas investidas. Nesse sentido, Behring (2021) lembra que na discussão sobre a contrarreforma previdenciária² não se mencionou a dívida ativa nem a sonegação de impostos aos caixas da previdência, mas se atribuiu ao envelhecimento populacional a falácia de escassez de recursos, demonstrando, assim, que o ideal que orienta a contrarreforma da previdência não é possibilitar aos cidadãos(ãs) viver a velhice com dignidade, mas que morram trabalhando e gerando lucros ao capital (BEHRING, 2021). Portanto, defender o fortalecimento da Previdência Social e o direito a ela é essencial quando se vislumbra uma velhice digna para todos(as).

² O termo contrarreforma refere-se à Reforma do Estado realizada a partir da década de 1990, idealizada por Bresser Pereira (1998), caracterizada por um retrocesso e retirada dos direitos sociais, dentre eles à previdência social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Se a luta pelo acesso à aposentadoria e a preparação para ela é fundamental, conforme acima demonstrado, a educação profissional não pode ser considerada como oposta ao envelhecimento, sendo necessário aqui destacar qual a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que direciona as discussões desta dissertação.

A Educação Profissional e Tecnológica aqui compreendida diz respeito ao apontado por Oliveira e Frigotto (2021) que a definem como uma educação que não visa a formação de trabalhadores(as) para o trabalho remunerado, mas é embasada em uma crítica à exploração desse trabalho pela sociedade capitalista, na qual a classe trabalhadora não acessa o produto do seu trabalho para manter a classe que detém os meios de produção e naturaliza tal exploração.

Ademais, a EPT alia teoria, prática, formação geral, formação científica, política e acadêmica, em uma perspectiva omnilateral³, ou seja, percebendo o ser humano em sua totalidade, que está inserido no contexto da sociedade de classes, formando pessoas de maneira integral para que possam refletir e criar. Essa concepção vai de encontro à formação aligeirada, precarizada, utilitarista e fragmentada proposta pela educação neoliberal, que dicotomiza a educação entre a educação geral e a educação profissional, sendo a primeira destinada à burguesia e a segunda à classe trabalhadora (OLIVEIRA; FRIGOTTO, 2021).

A educação neoliberal é focada na competitividade, na reprodução das desigualdades sociais, no individualismo. Já a EPT, por meio de uma formação integrada, visa a formar o indivíduo em sua totalidade, imbuído de valores como justiça social, equidade, cooperação, reivindicação de direitos, reflexão sobre a realidade social, exercício de sua cidadania política, econômica e social. Portanto, a EPT não se configura como auxiliar do modo capitalista de produção, mas sim é antagônica a ele (OLIVEIRA; FRIGOTTO, 2021).

Isso posto e tratando da educação profissional para a velhice como um direito garantido àqueles(as) que desejam ou necessitam manter a atividade laborativa, é preciso refletir que em um mercado de trabalho cada vez mais excludente, marcado por relações trabalhistas cada vez mais fragilizadas, crescente desemprego e subemprego, o(a) trabalhador(a) velho(a) é ainda mais exposto ao trabalho informal e a vínculos

³ Apesar de sua obra não focar no tema da educação, a educação omnilateral foi originada por Marx, que a propôs como forma de contraposição à educação unilateral, fragmentada e aligeirada, voltada para atender às demandas do trabalho alienado e reificado, conforme os ditames do capital (GOMES; RODRIGUES; VASCONCELO, 2022).

precarizados, devido a fatores ligados à declínio cognitivo e de mobilidade, problemas de saúde, dificuldades de aperfeiçoamento e profissionalização, baixos salários ofertados, exigências de acesso à tecnologia, dentre outros fatores. Essa realidade requer a adaptação de contextos social, familiar, cultural, trabalhista e de políticas públicas, no sentido de garantir tanto oportunidades de acesso ao trabalho, como benefícios previdenciários que garantam a sobrevivência digna na velhice (GUGEL, 2016).

Gugel (2016) lembra que a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa preveem programas de profissionalização específicos para velhos(as), considerando seus potenciais, preparação para aposentadoria, incentivo a novos projetos sociais de acordo com os interesses desse grupo, orientações sobre cidadania e incentivo às empresas para sua admissão. Tais marcos legais são fundamentais para garantia de direitos, mas ainda não são efetivados, pois dependem, dentre outros aspectos, de uma política pública nacional de empregos (GUGEL, 2016).

A educação, a profissionalização e o trabalho, embora sejam direitos assegurados à população velha pelas diversas legislações brasileiras, tais como Constituição Federal, Política Nacional do Idoso, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 1988, 1994, 1996, 2003), não são percebidos como assuntos de interesse desse público, o que pode ser atribuído, em grande parte, ao idadismo⁴ expresso em preconceitos, estereótipos e discriminações nesses âmbitos. Diante de uma sociedade neoliberal, na qual o consumo, a produção, a agilidade e a flexibilidade são valores a serem alcançados, a velhice, cujos mitos a afastam dessas características, passa a ser vista como não desejada, percebida como incapaz de aprender, produzir e contribuir, bem como sinônimo de doença e finitude.

Contradizendo a concepção estereotipada de trabalho e educação na velhice, os dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021), salientam que mais de 16% da população brasileira é velha, 22,9% desse público trabalha, 83,2% não moram sozinhos e, em 24,9% dos domicílios, pessoas velhas contribuem com 50% ou mais da renda familiar. Realidade semelhante é identificada no estado do Ceará, onde será realizada a pesquisa. No referido estado, 15,7% da população tem acima de 60 anos, 21,3% trabalham, 86,5% residem com outras pessoas e 25,6% contribuem financeiramente com pelo menos 50% da renda de suas casas.

⁴ Preconceito com base na idade, também denominado de ageísmo, velhismo e etarismo (WHO, 2021).

Isso se dá por diversas razões, seja pela necessidade, visto que no Brasil a aposentadoria, além de ser um direito negado à parte expressiva dos(as) trabalhadores(as), significa uma degradação da condição financeira, visto que não atende às necessidades básicas dos(as) velhos(as) e de suas famílias, exigindo o retorno ou a permanência no mercado de trabalho; seja pelo crescente subemprego e desemprego, que tem levado as gerações mais novas a retornarem para a casa de seus pais, sendo os lares multigeracionais⁵ uma realidade brasileira.

Acerca dos aspectos subjetivos desse retorno das pessoas velhas às atividades laborativas, pesa o significado social da aposentadoria, percebida como inatividade, podendo significar a ruptura do(a) velho(a) com parte de sua identidade social, a de trabalhador(a), especialmente se considerarmos que são escassas as iniciativas de preparação para a aposentadoria, mesmo estando previstas nas legislações brasileiras que versam sobre os direitos das pessoas velhas. Considerando o aspecto subjetivo dessa questão, vale destacar que o trabalho também é uma fonte de socialização e criação de vínculos afetivos e sociais, que se rarefazem na velhice embora sejam essenciais para ela (PONTES; NOGUEIRA, 2018).

Ainda sobre o trabalho na velhice, a maioria daqueles(as) que ainda exercem atividades laborais, encontram-se no mercado informal ou trabalhando por conta própria (DIEESE, 2020; CAMARANO, 2020). Diante desse contexto, é fundamental pensar na Educação Profissional e Tecnológica para pessoas velhas, posto que na velhice o trabalho informal se configura como a alternativa mais acessada.

Essa realidade ocorre pela permanência no trabalho informal daqueles(as) que nele atuaram por todo o curso de vida, visto não acessarem a aposentadoria ou por receberem um valor insuficiente para custear suas despesas. Outro fator que concorre para tal contexto, é o fato de que os(as) velhos(as) que trabalhavam no mercado formal de trabalho migram para o informal por não encontrarem espaços de recontração diante do crescente desemprego, retirada de direitos e pobreza. Outros fatores que dificultam o acesso ao mercado de trabalho formal pelo(a)s velhos(as) são a exigência de intimidade com tecnologia e de nível de escolaridade elevado para os(as) candidatos(as) a esses postos de trabalho (PONTES; NOGUEIRA, 2018).

⁵ O termo multigeracional se refere à coexistência ou ocupação de um espaço por pessoas de diversas gerações (FERRIGNO, 2010).

Segundo Alcântara, a educação formal não se configura como um espaço para a velhice no Brasil haja vista a ausência de política pública de educação a ela destinada, o que se expressa no dado de que mais da metade das pessoas analfabetas em nosso país é velha, totalizando 6 milhões de pessoas acima de 60 anos, com maior concentração no Nordeste brasileiro, e no fato da velhice não ter sido contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96). Essa realidade aponta para a necessidade da implementação de políticas públicas para a educação de velhos(as) articuladas a políticas de outras áreas. Portanto, urge considerar que a educação, para além de uma garantia legal, é agente de transformação ao permitir que a próxima geração de velhos(as) viva em melhores condições ao terem acesso ao conhecimento e aos direitos, reivindicando-os (ALCÂNTARA, 2021).

Concernente ao direito à educação das pessoas velhas, é preciso também considerar que as velhices são múltiplas, exigindo diferentes visões e percursos em seus processos educacionais. Sobre isso, destaca-se as escassas pesquisas sobre o tema, sendo cada vez mais importante conhecer sobre o tema, incluindo-se pesquisas sobre políticas de educação para esse público (RODRIGUES; MAFRA; PEREIRA, 2018).

É preciso pensar na Educação Profissional e Tecnológica para pessoas velhas, tendo em vista suas trajetórias de vida, muitas vezes marcada por déficits educacionais, direitos violados e adoecimentos provenientes de uma vida repleta de negação de direitos e relações trabalhistas desprotegidas e precárias. Além disso, cabe considerar que o mundo do trabalho na atualidade requer atualização tecnológica constante, trabalho remoto, equipes multigeracionais, perene adaptabilidade e exercício de multitarefas. Realidade diferente da vivenciada pelos(as) trabalhadores(as) velhos(as) durante seu curso de vida, muitas vezes marcado pela especialização em uma única função, rigidez e trabalho repetitivo.

Esse contexto é adensado por um caldo cultural idadista, que coloca o envelhecimento em um lugar distante da educação, da profissionalização e do trabalho, visto que a velhice passa a ser vista como incapaz e improdutiva. Assim, se constrói um abismo entre os(as) velhos(as), a educação e o trabalho, que se revela em escassas iniciativas voltadas para essa população, o que tende a aprofundar tal abismo.

Diante do panorama apresentado, alguns aspectos se destacam, quais sejam os direitos das pessoas velhas, sua participação no mercado de trabalho, a necessidade de educação básica, profissional e tecnológica para esse grupo etário, bem como a desconstrução dos estereótipos relacionados a ele.

Considerando que o acesso à educação com metodologias e conteúdos adaptados às necessidades e potencialidades, bem como que o trabalho e a profissionalização são direitos garantidos à população velha brasileira, é dever do Estado proporcionar políticas públicas que os materializem e são necessárias iniciativas de atuação e pesquisa no que se refere ao acesso dessa população à educação, à profissionalização e ao trabalho.

Dessa forma, é fundamental pensar em uma EPT para todas as gerações e para tanto é preciso ouvir o público velho, invisibilizado nos contextos profissional e educacional, haja vista que o capital investe apenas no conhecimento utilitário e, no imaginário social, as pessoas velhas são associadas ao saber ancestral, à transmissão cultural e intergeracional, conhecimentos considerados inúteis pela ordem do capital.

Outrossim, considerando que o conhecimento é uma fonte de poder, o apagamento da velhice dos espaços e legislações educacionais muito dizem a respeito do valor a ela atribuído em nossa sociedade. Portanto, proporcionar a escuta e compreensão das peculiaridades das múltiplas velhices na EPT poderá contribuir para o caráter emancipatório e de garantia de direitos que estão nos pilares dessa educação. Para além da formação para o trabalho, também significará oportunidades de participação social, protagonismo, ensino e aprendizado à população velha, que muito pode contribuir para a construção de uma educação integral, omnilateral e que reme na contramão das múltiplas opressões, inclusive geracionais.

No aspecto pessoal⁶, este escrito se relaciona com minha afinidade com a velhice desde a infância e que encontrou no colo dos(as) meus (minhas) avós fonte de admiração, afeto, companhia e inspiração. Nesse sentido, conviver com eles(as) foi, desde sempre, aprendizado, seja por suas histórias de vida, exemplos, conselhos, palavras e até mesmo silêncios. Esse arcabouço de sentimentos também se estende aos meus pais, hoje também velhos, e que são a concretização do mais profundo amor. Certamente, ter o privilégio de coexistir com meus(minhas) antepassados(as) são a força geradora que me faz acreditar e buscar contribuir para a construção de uma sociedade em que as pessoas velhas sejam reconhecidas, respeitadas e tenham acesso a uma vida digna e feliz.

Igualmente, minha trajetória profissional, foi marcada pelo envelhecimento como senda de aprendizado e atuação laboral. Ao concluir a graduação em Serviço Social, ainda no ano de 2005, participei de um processo seletivo para compor a equipe de um

⁶ Peço licença para, a partir deste parágrafo, falar em primeira pessoa, visto tratar das motivações pessoais para o estudo sobre o tema.

Programa de Proteção Social Básica ao Idoso da Prefeitura Municipal de Fortaleza-CE, quando passei a atuar com o público velho. Nesse programa minha atuação se deu por pouco mais de um ano, mas atuação com a velhice não cessou nele.

Posteriormente ingressei profissionalmente na equipe do Serviço Social do Comércio, inicialmente no setor de Desenvolvimento Comunitário, que atendia grupos compostos por diversas gerações em territórios de Fortaleza – Ceará e nos quais eram constantes as participações de lideranças comunitárias longevas com vasta experiência em movimentos sociais. Em seguida, passei a atuar no Trabalho Social com Idosos (TSI), no qual assumi a supervisão e permaneci por dez anos elaborando, desenvolvendo, monitorando e avaliando projetos sociais para pessoas velhas, dentre eles ações educacionais para esse público.

Além dessas experiências, pude compor os Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Fortaleza e do Ceará, respectivamente, nos quais eram discutidos, deliberados e reivindicados temas relativos aos direitos da velhice, os quais também são compostos pela educação.

Já no que se refere à minha trajetória acadêmica, cursei especialização em Gerontologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e, posteriormente, especialização em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pesquisando, respectivamente, sobre as relações familiares e a saúde de homens velhos.

Portanto, a velhice faz parte da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, sendo marcante nesse caminho a necessidade de reafirmação de direitos, de fortalecimento da participação social e da valorização desse público.

Dessa feita, considerando o que até aqui foi exposto, apontamos para a necessidade de desenvolver uma Educação Profissional e Tecnológica que contemple as realidades vivenciadas pelos(as) velhos(as), não em uma perspectiva de prepará-los(as) para o reingresso no mercado de trabalho ou para garantir sua empregabilidade, mas que contemple uma educação integral, um olhar crítico sobre a ordem do capital e seus impactos no processo de envelhecimento, tendo o trabalho como princípio educativo, adaptado às suas necessidades e que considere suas experiências na construção do conhecimento.

Assim, esta dissertação tem como objetivo geral construir um guia didático sobre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para pessoas velhas a partir dos significados do processo educativo para os referidos participantes; contando com os objetivos

específicos de sistematizar as demandas dos(as) velhos(as) em relação à Educação Profissional e Tecnológica; conhecer o acesso de pessoas velhas à Educação Profissional e Tecnológica; identificar potencialidades e especificidades desse público no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica; e propor um guia didático como produto educacional cuja proposta versa sobre EPT para velhos(as).

Para isso está dividida em sete sessões, sendo compostas por esta introdução, seguida do capítulo denominado “Os Caminhos da Pesquisa”, que aborda a concepção e trajetória da pesquisa, composto pelos subcapítulos: 2.1. A trajetória metodológica: técnicas e instrumentais da pesquisa; 2.2. Desvelando o campo: Serviço Social do Comércio; 2.3. Sobre quais velhice estamos falando? Perfis dos(as) participantes da pesquisa; e 2.4. Aspectos éticos.

O capítulo seguinte se chama “Envelhecimento e Acesso à Educação” e contempla os subcapítulos 3.1. Velhices no Brasil e seu lugar social; 3.2. Direito da velhice à educação e as narrativas neoliberais; e 3.3. É possível uma Educação Profissional e Tecnológica para Velhos(as)? Tecendo reflexões.

Em seguida temos o capítulo “Envelhecimento e Educação: uma relação necessária, um direito garantido” que enfatiza a articulação entre o arcabouço teórico e as concepções dos(as) participantes da pesquisa sobre a EPT, apontando demandas e sugestões. Dessa forma, o referido capítulo traz os tópicos: 4.1. A intergeracionalidade como estratégia e desafio para a construção de uma educação antiidadista; 4.2. Aposentadoria e tempo livre: significados no envelhecimento; 4.3 Letramento digital: pertencimento social e prevenção à violação de direitos; e 4.4. Perspectivas para uma Educação Profissional e Tecnológica em uma ótica gerontológica.

O último capítulo é intitulado “Produto Educacional: guia didático envelhecimento e Educação Profissional e Tecnológica”, explanando como o produto educacional foi elaborado e está estruturado.

Por fim, temos as Considerações Finais, que fazem um apanhado das discussões desenvolvidas ao longo da dissertação e espera contribuir para o fortalecimento do debate geracional no ProfEPT e na Educação Profissional e Tecnológica, entendendo-a como direito de todas as gerações.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

O presente capítulo denominado “Os caminhos da pesquisa” apresenta a trajetória percorrida no processo de elaboração desta dissertação, trazendo elementos que contemplam sua concepção e os valores éticos que a direcionaram. Essa intenção é percorrida em 4 (quatro) tópicos, assim organizados: 2.1. A trajetória metodológica: técnicas e instrumentais da pesquisa; 2.2. Desvelando o campo: Serviço Social do Comércio; 2.3. Sobre quais velhice estamos falando? Perfis dos(as) participantes da pesquisa; e 2.4. Aspectos éticos.

2.1 A trajetória metodológica: técnicas e instrumentais da pesquisa

Diante do crescente envelhecimento populacional, da heterogeneidade da velhice e das diversas demandas oriundas desse contexto, a pesquisa em Gerontologia tem assumido um caráter de integralidade, envolvendo aspectos biopsicossociais, tais como saúde, assistência social, funcionalidade, economia, cuidado, educação, dentre outros. Dessa forma, os conhecimentos, inovações e produtos construídos a partir dessas pesquisas têm contribuído para fundamentar políticas públicas, orientar práticas profissionais, indicar necessidades e potencialidades dos(as) velhos(as), reconhecer sua diversidade e superar estereótipos.

Nesse cenário, adotamos a abordagem qualitativa, que tem como objetivo pesquisar profundamente um assunto a partir de avaliações, percepções ou narrativas dos(as) participantes sobre suas experiências e percepções sobre a realidade. Contribuindo para essa discussão, Minayo (2010) aponta que essa abordagem tem como foco os significados, valores, atitudes, representações, relações e mediações dos(as) participantes. Ademais, a pesquisa qualitativa proporciona um olhar detalhista e diferenciado sobre o tema pesquisado, refletindo sobre os contextos e sentidos de causa e efeito das realidades estudadas indo além da quantificação de dados (TERNOSKI.; COSTA; MENON, 2022).

A partir dessa perspectiva a pesquisa qualitativa se relaciona com termos como experiência, vivência, ação, compreender, interpretar e dialetizar. Nesse esteio, o sentido da experiência é a compreensão, visto que as diversas pessoas podem ter vivenciado a mesma experiência, mas cada uma delas a elaborará de forma particular, a partir de sua história de vida, de sua participação social e do contexto em que vive (MINAYO; COSTA, 2019).

Dessarte, o verbo principal da abordagem qualitativa é compreender, que consiste em se colocar no lugar do outro, o que pode ser alcançado a partir da consideração da singularidade dos(as) participantes, pois sua subjetividade é construída de forma articulada ao seu contexto social, histórico e cultural. Logo, a compreensão de determinada realidade é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, parcial e inacabada (MINAYO; COSTA, 2019).

Essa perspectiva envolve também as contradições presentes na realidade, portanto é preciso dialetizar os dados coletados, reconhecendo os efeitos de poder, as relações sociais de produção, as desigualdades sociais, os interesses pessoais e institucionais (MINAYO; COSTA, 2019).

Abarcando essa perspectiva, a abordagem qualitativa nas pesquisas sobre envelhecimento tem possibilitado aprofundar e construir conhecimentos a partir do olhar e das experiências das pessoas velhas, além de alcançar informações que os métodos quantitativos não abraçam (PINTO, 2017).

Adotar essa abordagem se conecta com a necessidade de reconhecer as múltiplas velhices e de propiciar um espaço de fala e de reconhecimento da contribuição das pessoas velhas para a sociedade em diversas frentes. Importância que é reforçada quando consideramos o crescente idadismo, que contribui para a desvalorização e apagamento dos(as) velhos(as) na contemporaneidade, e que muitos desses participantes tiveram sua trajetória de vida marcada por opressões e silenciamentos.

Assim, a pesquisa qualitativa para além de compreender o universo das pessoas velhas, se configura como uma opção política que contribui para a construção de conhecimentos e para forjar práticas de valorização da velhice em uma sociedade na qual os direitos de todas as gerações sejam garantidos e fortalecidos.

Ante o exposto, Minayo e Costa (2019) enfatizam que há um modo próprio de fazer pesquisa qualitativa e que essa é realizada em três etapas, quais sejam: a fase exploratória, que consiste na aproximação com o tema, delimitação do assunto a ser pesquisado e na elaboração do projeto de pesquisa, delineando como essa será realizada; a segunda etapa é o trabalho de campo que proporciona por meio da intersubjetividade compreender a realidade pesquisada; e a terceira etapa formada pelo tratamento e análise dos dados coletados, unindo os dados com a interpretação contextual e reflexiva (MINAYO; COSTA, 2019).

Considerando o exposto e a importância da triangulação, que consiste:

no confronto ou o diálogo entre métodos, fontes e pesquisadores. Esse recurso pode servir para que uma pesquisa qualitativa obtenha maior confiabilidade. A triangulação é compreendida como a combinação de métodos de coleta de dados ou a comparação entre várias fontes de dados (PINTO, 2017, p. 315).

A pesquisa aqui apresentada, após a realização de levantamento bibliográfico e documental necessários à sua construção, utilizou como técnicas de coletas de dados o grupo focal e as entrevistas semiestruturadas realizados com as 8 (oito) pessoas velhas participantes do *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des* desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) em Fortaleza – Ceará, no intuito de conhecer a realidade da Educação Profissional e Tecnológica a partir da vivência e saberes dos(as) participantes.

O fato da pesquisa ter sido realizada com participantes de um projeto específico, contribuiu para que alguns cuidados fossem garantidos na condução do grupo focal, conforme apontados por Gatti (2005), tais como: que os(as) participantes devem ter vivência com o tema sobre o qual será debatido, pois dessa forma poderão emergir elementos presentes em suas experiências; a moderadora deve respeitar o princípio de não diretividade, possibilitando que o grupo faça suas reflexões, com intervenções que favoreçam o diálogo, mas não influencie as opiniões emitidas ou interrompa o debate; e deve ser considerado o tempo para o desenvolvimento da comunicação entre os(as) participantes.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa que se dá a partir de uma discussão orientada por perguntas e facilitada pelo(a) mediador(a), que observa e coleta dados (ALMEIDA, 2016), possibilitando compreender a realidade de determinados grupos sociais, suas práticas, ações e reações no que se refere a um determinado assunto por pessoas que possuem características em comum (GATTI, 2005).

O grupo focal é desenvolvido com a reunião das pessoas em um espaço, durante determinado tempo, visando a obter informações consideradas essenciais para a compreensão do tema sobre o qual a pesquisa se debruça. Assim, ocorre a partir de um diálogo entre os(as) integrantes, permitindo que o(a) pesquisador(a), a partir da interação e debate entre as pessoas, alcance os dados que pretende para responder aos objetivos estabelecidos na pesquisa. Portanto, essa técnica utiliza a interação grupal para o entendimento de aspectos importantes e a produção de conhecimentos (OLIVEIRA et al., 2020). Ainda a respeito do grupo focal, cabe destacar que:

O grupo focal no campo da educação brota de uma compreensão aprofundada das relações e aproximações entre os membros da pesquisa para a resolução de questões complexas na experiência de aprofundar uma temática, além de uma

possibilidade efetiva de diálogo, de crítica e de reexame, gerando o fortalecimento de vínculos e de reflexões coletivas, com ganho para pesquisadores e pesquisados (HABOWSKI; CONTE, 2020, p.15).

O termo focal sinaliza que esse tipo de grupo é voltado para o aprofundamento do tema pesquisado, sendo marcado pela interação entre os(as) participantes da pesquisa. Dessa forma, a fala e percepção de uma pessoa pode contribuir para a reflexão das outras, gerando polêmicas, consensos e aprofundamentos sobre as questões discutidas (MINAYO; COSTA, 2019).

Considerando esses aspectos, o grupo focal foi realizado em três encontros, com duração de 1h30 (uma hora e trinta minutos de duração), na sala onde o projeto é desenvolvido, na unidade Fortaleza do Serviço Social do Comércio (Sesc).

O primeiro encontro tratou sobre as orientações relativas à pesquisa, tais como a apresentação de todas as pessoas envolvidas (pesquisadora e participantes); apresentação dos objetivos e das condições éticas da pesquisa; elucidação de dúvidas; leitura, explicação e assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

O segundo encontro contemplou o que os(as) participantes pensam sobre a educação de pessoas velhas; se conhecem e/ou participam de projetos e/ou iniciativas na área; como avaliam as experiências que tiveram nesse âmbito e quais critérios as ações educacionais para pessoas velhas devem seguir.

O terceiro encontro do grupo focal abordou questões sobre o que os(as) participantes conhecem sobre Educação Profissional e Tecnológica; se conhecem ou participam de projetos ou iniciativas nessa área; quais critérios essas ações devem seguir; quais temas essas ações devem abordar; e quais metodologias, recursos humanos e materiais devem ser priorizados na EPT.

A coleta de dados teve continuidade com a realização de entrevistas, conceituadas como interlocuções entre duas pessoas, com vistas a alcançar informações sobre determinado tema. A entrevista é uma importante ferramenta para a coleta de dados na pesquisa qualitativa, por estar permeada das relações presentes na sociedade e no grupo social participante da pesquisa, o que contribui para que sua realização revele condições de vida e sistema de crenças oriundos de um contexto histórico, socioeconômico e cultural vivenciadas tanto pelo(a) entrevistador(a) como pelo(a) entrevistado(a) (MINAYO; COSTA, 2019).

Na pesquisa, adotamos as entrevistas semiestruturadas, aqui definidas como entrevistas nas quais há maior flexibilidade às respostas, uma vez que é baseada em um roteiro com poucas perguntas diretas, solicitando à pessoa entrevistada que discorra livremente sobre elas (GIL, 2017).

Dessa feita, as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro com perguntas previamente estabelecidas, entretanto permitindo que as pessoas velhas expressassem suas percepções, opiniões, trajetórias e expectativas sem a preocupação de responder a essas perguntas de forma objetiva, bem como possibilitando que fossem elucidadas dúvidas e que fossem detalhadas experiências consideradas importantes pelo(a) entrevistado(a).

Em pesquisas qualitativas, a entrevista representa uma importante técnica, visto que prioriza a compreensão e interpretação das realidades de vida, subjetividades, atitudes e opiniões das pessoas entrevistadas, entendendo que os dados obtidos não são isolados, mas estão conectados a um contexto. Outrossim, também se compreende que o(a) pesquisador(a) é parte ativa na produção do conhecimento, visto que coleta, analisa, interpreta e atribui significado aos dados coletados em uma perspectiva contextual (OLIVEIRA et al., 2020).

Convém salientar que agregar as referidas técnicas foi essencial para que houvesse melhor compreensão sobre o tema e sobre a heterogeneidade do grupo, que é um reflexo da diversidade do envelhecer; e para que as pessoas velhas pudessem, a partir da participação tanto no grupo como na entrevista, trocar ideias e experiências entre si, construir ideias em conjunto, além de, individualmente, terem um espaço de fala e de valorização de suas experiências e opiniões para a construção de conhecimentos, o que por muitas vezes é negado a quem envelheceu.

Nessa perspectiva, em diversos momentos, participantes agradeceram a possibilidade de integrar a pesquisa, enfatizaram a importância de estudos sobre o tema e demonstraram entusiasmo em saber que teriam acesso aos materiais produzidos a partir da pesquisa, quais sejam, a dissertação e o produto educacional.

Nesse sentido, as técnicas adotadas apontaram para a importância do protagonismo na velhice, dando voz aos(as) velhos(as) acerca da Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando expressar suas opiniões, valores, acesso e peculiaridades em relação à temática.

Os relatos foram gravados, após a autorização expressa dos(as) participantes, posteriormente transcritos e analisados, articulando as falas, repletas de vivências e

concepções das pessoas velhas, ao arcabouço teórico e legal levantados para a construção deste estudo. Ressaltamos que os dados obtidos nos encontros do grupo focal e nas entrevistas foram analisados de forma conjunta, não separando os depoimentos obtidos em cada momento, mas privilegiando as narrativas e significados emitidos pelos(as) interlocutores(as).

A análise dos dados foi realizada através do método hermenêutico-dialético, que se constitui como uma prática dialética interpretativa ao reconhecer a realidade social como resultado da ação criadora imediata ou institucionalizada, sendo a prática social, a ação humana o centro da análise e situando a fala dos participantes no contexto social onde vivem. Dessa forma, tal método pressupõe que não há um ponto de chegada na produção do conhecimento, pois a realidade não pode ser reduzida a dados de pesquisa, e que o conhecimento é construído na relação dialética entre os estudos dos(as) pesquisadores(as) e as experiências dos participantes. A análise parte da compreensão do contexto histórico, sociopolítico e cultural do grupo participante e a articula com os dados coletados no contato com os participantes, analisando-os a partir dos objetivos da pesquisa (MINAYO, 1996).

Isso posto, o método hermenêutico dialético questiona o tecnicismo e a neutralidade das pesquisas, proporcionando uma análise crítica. Sua utilização requer a análise da conjuntura social e a triangulação de métodos e dados, realizada com a comparação entre as teorias sobre o tema, a análise dos textos a partir dos contextos nos quais foram elaborados, e a avaliação comparativa entre a teoria que embasa a pesquisa e os dados empíricos coletados em um movimento dialético de aprofundamento de ideias (NETTO; CHAGAS, 2019).

Para Minayo (1996), o método hermenêutico dialético compreende que a ação humana é resultado de condições anteriores, exteriores e como práxis, pois o ato humano conserva as determinações do meio social, mas também o transforma. Assim, o método possibilita a compreensão da fala como resultado de um processo social, no qual estão presentes relações de dominação, e de um processo de conhecimento, resultados de múltiplas determinações.

2.2 Desvelando o campo: Serviço Social do Comércio

A pesquisa foi realizada no Serviço Social do Comércio (Sesc) em Fortaleza, no setor Trabalho Social com Grupos de Idosos (TSI), especificamente com a totalidade das pessoas velhas participantes do *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*.

Conforme sinalizado anteriormente, o Sesc foi uma instituição pioneira na Gerontologia Educacional, proporcionando atividades educativas nas mais diversas áreas e instituindo escola aberta para o público longevo. O Trabalho Social com Idosos nessa instituição data de 1963, em São Paulo, e foi pensado a partir da observação da grande quantidade de pessoas velhas na unidade do Sesc Carmo mesmo após a finalização de atividades ofertadas para o público em geral, transformando a instituição em um espaço de convivência sem que houvesse oferta de atividades com esse objetivo. Dessa forma, a referida instituição se configurou como pioneira no desenvolvimento de ações diversas para grupos envelhecidos, pois, naquele contexto histórico, as políticas sociais tinham caráter benevolente e as ações voltadas para pessoas velhas eram restritas ao atendimento anteriormente denominado como asilar⁷. Assim, inaugura uma política social para a velhice considerando para a construção das ações os aspectos biopsicossociais e demográficos do processo de envelhecimento (SESC, 2010).

Inicialmente as atividades propostas tinham como objetivo dirimir o isolamento social desse grupo geracional. Posteriormente essas ações passaram a agregar atividades de diversas áreas e objetivos, compondo um programa mais amplo de atenção à velhice e sendo adotado pelos demais estados brasileiros nos quais o Sesc atua. As ações desenvolvidas consideram quatro diretrizes. A primeira consiste nas Relações Intergeracionais, visando a romper estereótipos e proporcionar a integração e troca de experiências entre longevos e demais gerações. A segunda diretriz se refere à Gerontologia como Tema Transversal, que deve estar presente em todas as ações ofertadas tendo como base a noção da velhice como processo do curso de vida. A terceira diretriz é o Protagonismo do Idoso, com foco no desenvolvimento de ações pelas pessoas velhas nas comunidades, de forma a fortalecer a participação social e valorização desse grupo etário. A quarta e última diretriz se refere ao Envelhecimento Ativo, conforme o conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS) que o define como a otimização das oportunidades de saúde, segurança, participação e educação conforme as pessoas envelhecem. Dessa forma, as ações devem proporcionar atividades educacionais, de saúde e de incentivo à participação democrática (SESC, 2010).

No Ceará, o supracitado trabalho foi iniciado em 1983 e atendendo às diretrizes acima apontadas, a unidade de Fortaleza oferta vinte e nove (29) projetos para o público

⁷ Atualmente denomina-se Instituições de Longa Permanência para Idosos(as), visando ultrapassar a visão estigmatizante dos antigos asilos ou abrigos, para uma perspectiva de residência coletiva, de direitos humanos garantidos e de cidadania das pessoas velhas ali residentes.

velho nas mais diversas áreas (SESC, 2022), dentre os quais consta *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*, cujo público consiste nos participantes da pesquisa.

O *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des* foi elaborado no ano de 2017 e teve início em 2018, numa perspectiva de ser um projeto nacional do Sesc, tendo como Departamentos Regionais pilotos o Sesc Ceará e o Sesc Santa Catarina. Inicialmente seu objetivo consistia em estimular o protagonismo social na velhice, utilizando a tecnologia como instrumento da construção de novas habilidades e elaboração de projetos de vida, possibilitando a construção de novos papéis sociais e políticos (SESC, 2017).

Atualmente, o referido projeto continua sendo desenvolvido na unidade Sesc Fortaleza e passou por adaptações à realidade local, tendo como objetivo geral fortalecer a atuação do Sesc com grupos sociais junto a pessoas velhas voluntárias, por meio de ações que tenham as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) como ferramentas para o fortalecimento do protagonismo e cidadania. Ademais, constam como objetivos específicos: instrumentalizar os(as) participantes no que se refere à educação e ao manuseio das TICs; ampliar as atividades de voluntariado e cidadania importantes para o amadurecimento de uma atitude protagonista; e propiciar o diálogo com a Gerontologia Comunitária, contribuindo para novos projetos ao longo do curso de vida, especialmente, no que corresponde a participação e direitos sociais (SESC, 2021).

As atividades realizadas por esse projeto consistem em oficinas e reuniões com o grupo de longevos(as) voluntários(as), bem como em encontros e oficinas de intervenção dos grupos de voluntários(as) para com os demais grupos com os quais atuam. As atividades realizadas pelo grupo de voluntários(as) são estruturadas em reuniões de planejamento e oficinas preparatórias, que visam à construção de um plano de ação participativo que delimita as temáticas, a metodologia, o cronograma e os instrumentos avaliativos a serem trabalhados junto a grupos sociais de velhos(as) e/ou intergeracionais (SESC, 2021).

Cabe salientar que embora atualmente resida e atue profissionalmente na cidade de Salvador, minha naturalidade é na cidade de Fortaleza – Ceará, na qual trabalhei por mais de dez anos no Serviço Social do Comércio (Sesc) e participei da equipe de elaboração do *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*. Destarte, realizar a pesquisa nessa localidade significa uma oportunidade para contribuir para com a velhice e para com a Educação Profissional e Tecnológica dos(as) velhos(as) na minha cidade natal e na instituição onde atuei por mais de uma década.

Sobre esse aspecto, ao longo da história foi estabelecido um pensamento dicotômico entre ciência/razão em oposição à afetividade/emoção, porém é preciso compreender que o ser humano é integral e seu desenvolvimento se dá a partir da relação dialética entre as funções cognitivas, motoras e afetivas. Assim o vínculo afetivo com a pesquisa é essencial para a construção do pesquisador, pois as práticas e mediações pedagógicas, dentre elas a pesquisa, se constroem em experiências e relações vivenciadas por pessoas, portanto a afetividade tem se constituído como importante elemento nas pesquisas (NOGUEIRA; LEITE, 2014).

2.3 Sobre quais velhice estamos falando? Perfis dos(as) participantes da pesquisa

Uma das expressões do idadismo é a ideia de que há uma homogeneidade na velhice, que todas as pessoas idosas são, pensam e desejam de forma igual, o que acaba por intensificar preconceitos, inviabilizar e negar direitos a esse público. Nesse sentido, as pesquisas voltadas ao envelhecimento assumem importante papel na quebra desse preconceito ao divulgar os resultados atingidos.

Conforme apontado por Rabelo e Rocha (2020), os trabalhos científicos relativos à velhice, em sua maioria, atribuem ao envelhecimento populacional e à transição epidemiológica as únicas ou as mais importantes justificativas para o desenvolvimento de seus estudos, descontextualizando o envelhecimento da realidade histórica, política, social e ambiental brasileira. Assim, a população velha acaba sendo massificada e tutelada ao tempo em que ao envelhecimento é atribuído, nesses estudos, a infantilização, o desprovimento de potencial político e a homogeneidade.

Ainda pontuado pelas autoras, é comum que as pesquisas não se preocupem com a multiplicidade de velhices, percebendo as pessoas velhas como coletivo demográfico, desconsiderando gênero, classe, raça, etnia, geração, dentre outros aspectos. Assim, há uma dicotomia, na qual ora se foca na velhice pobre, solitária, decrépita e abandonada; ora na velhice ativa, repleta de potencialidades, como um potencial para o mercado de consumo (RABELO; ROCHA, 2020).

Apoiada nessa discussão e no entendimento que os corpos que envelhecem não carregam apenas questões biológicas, mas que esses corpos têm gênero, raça, etnia, classe, território de moradia, condições de autonomia e independência, dentre outros aspectos políticos, sociais, psicológicos e culturais que interferem diretamente em como a velhice é percebida, tratada e experienciada, abaixo apontamos os perfis dos(as)

participantes desta pesquisa, identificados por codinomes, escolhidos de forma aleatória, para manter o sigilo das informações e categorizados(as) por ordem alfabética.

Antônia tem 69 anos, é negra, casada, católica, servidora pública aposentada, com pós-graduação completa, renda individual proveniente de aposentadoria no valor de cerca de 3 (três) salários-mínimos e meio, reside com filha e cônjuge. Antônia possui duas graduações, em Filosofia e Pedagogia, sendo a última concluída quando velha. Possui deficiência física, utiliza uma prótese no joelho, porém não necessita de suporte para exercer Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs)⁸ e Atividades Básicas de Vida Diária (ABVDs)⁹. A participante realiza diversas atividades. Além do *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*, atua como voluntária em outro projeto da instituição; participa de grupos religiosos na Igreja Católica e faz hidroginástica.

Clara, 72 anos, é uma mulher branca, divorciada, católica, artesã, mora sozinha, possui ensino médio incompleto e renda individual de cerca de 2 (dois) salários-mínimos proveniente de pensão alimentícia. Não apresenta deficiência e não precisa de apoio para executar ABVDs e AIVDs. Ressalta que vivenciou uma segunda união e que seu companheiro faleceu. Além dessa perda, o filho de Clara faleceu no mesmo período, o que fez com que se mantivesse afastada por um tempo de suas atividades no Sesc, entretanto relata que, aos poucos, tem retomado suas programações e projetos de vida. Clara participa de atividades em sua igreja, especialmente das ações de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social. Clara pratica musculação, participa das programações culturais e artísticas do Sesc, além de participar de dois projetos na instituição, sendo um deles o *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*. Salienta que já fez um curso de língua estrangeira no Sesc e que pensa em retomar esse estudo em um outro momento.

Cláudia tem 69 anos, é branca, divorciada, evangélica, professora aposentada, com ensino superior completo, reside sozinha e tem renda individual de em média 2 (dois) salários-mínimos concernente à aposentadoria. Cláudia não possui deficiência, não demandando suporte para ABVDs e AIVDs. Participa de atividades diversificadas no

⁸ Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs) referem-se à participação da pessoa velha na sociedade, dizendo respeito a atividades como fazer uso de meios de transporte e de telefone, administrar seus medicamentos e suas finanças, fazer compras, realizar atividades domésticas, e preparar refeições (BRASIL, 2007).

⁹ Atividades Básicas de Vida Diária (ABVDs) são concernentes ao autocuidado, como atividades de banho, vestir-se, ir ao banheiro, transferência, continência e alimentação (BRASIL, 2007).

Sesc, tais como Lian Gong¹⁰, musculação, grupo de trabalhos manuais, programações artísticas e culturais e do *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*. Afirmo que vai diariamente ao Sesc, que almoça na instituição e que busca se engajar nas oportunidades de atividades oferecidas nesse espaço. Além disso, participa das ações realizadas pela igreja onde se congrega.

Joana é uma mulher branca, de 67 anos, viúva, católica, reside com três irmãs, possui ensino médio completo, é guia de turismo aposentada e percebe renda individual mensal no valor de em média 1 (um) salário-mínimo e meio provenientes da aposentadoria e do aluguel de um imóvel. Joana não apresenta deficiência e não precisa de apoio para executar ABVDs e AIVDs. Tem sua rotina repleta de atividades que desenvolve na igreja que frequenta, nas Pastoral da Pessoa Idosa e em diversos espaços da cidade de Fortaleza, tais como Centro Cultural Dragão do Mar, Banco do Nordeste e Sesc. Sua fala remete à preferência por programações culturais, educacionais e relativas ao turismo. Pratica corrida e nado no mar. Enfatiza que já participou de diversos projetos desenvolvidos pelo Sesc, tais como projetos sobre memória social e gênero, mas que atualmente participa de dois projetos, sendo eles a Comissão de Eventos¹¹ e o *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*.

Oswaldo é o único homem do grupo, tem 76 anos, é branco, casado, espírita, servidor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aposentado, com renda mensal individual de em média 4 (quatro) salários-mínimos e meio, ensino superior completo. Júlio reside com a esposa e uma neta, não possui deficiência e não necessita de apoio para desenvolver ABVDs e AIVDs. Oswaldo participa de grupos e atividades no Centro Espírita em que participa, realizando visitas a instituições de longa permanência para idosos(as) (ILPI). Também integra a diretoria do Sindicato de sua área, atuando como diretor da área sociocultural e o Fórum Cearense de Políticas para o Idoso (FOCEPI). Pratica musculação e participa do *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*, além de outro projeto na área de protagonismo de pessoas velhas no Sesc.

Marta tem 65 anos, é branca, católica, solteira, mora sozinha, tem graduação em Pedagogia, mas atuou como secretária. É aposentada e sua renda daí advinda é no valor de 4 (quatro) salários-mínimos. Não tem deficiência, não necessita de ajuda para suas ABVDs e AIVDs. No Sesc, Marta participa do *Projeto Idosos do Século XXI:*

¹⁰ Prática corporal composta por 18 (dezoito) movimentos fundamentada na Medicina Corporal Chinesa.

¹¹ Grupo de pessoas velhas que participa de eventos, atuando na recepção e credenciamento.

conectividad@des e do grupo de Trabalhos Manuais. Além disso, participa de um curso de tecnologias no Instituto Idear, faz caminhada e pilates. Enfatiza que desenvolve atividades de voluntariado social em algumas instituições de forma esporádica, tais como a Casa de Nazaré, que é uma instituição de longa permanência para idosos(as) (ILPI) e a Associação Peter Pan, que atua com crianças com câncer.

Paula é branca, tem 69 anos, espírita, casada, tem ensino médio completo, atuava como agente administrativo e é aposentada. Possui renda de cerca de 1 (um) salário-mínimo e meio advindo da aposentadoria. Mora com o esposo e a neta, não possui deficiência, não demanda ajuda para executar ABVDs e AIVDs. Paula integra diversas atividades, tanto no Centro Espírita em que congrega, onde é responsável pela programação artística, como no Sesc, onde participa do grupo de Leitura Dramática, Criação Literária, *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des*, além de outro projeto na área de protagonismo de pessoas velhas. Paula também é conselheira suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Fortaleza (CMDPI) e do Fórum Cearense de Políticas para o Idoso (FOCEPI). Pratica musculação e hidroginástica.

Vitória tem 65 anos, é branca, solteira, espírita, professora, aposentada, com ensino superior completo, possui renda mensal individual de cerca de 4 (quatro) salários-mínimos e meio. Não tem deficiência, não necessita de ajuda para desempenhar suas ABVDs e AIVDs. Reside com sua mãe, com 87 anos e de quem cuida, e essa realidade interfere diretamente no envelhecimento de Vitória. Em seu relato, afirma que gostaria de participar de muitas atividades, mas o tempo destinado ao cuidado não possibilita que esteja em todos os espaços que gostaria. Mesmo diante dessa condição, Vitória afirma participar de atividades diversificadas em várias instituições, integrando o Projeto Corpo e Sociedade do Corpo de Bombeiros do Ceará, que desenvolve atividades físicas com velhos(as); aulas de dança no Shopping Benfica; projetos de arrecadação e distribuição de cestas básicas realizados pelo Centro Espírita onde frequenta; corridas de rua; cursos sobre tecnologias no Instituto Idear; e de um clube de leitura no Projeto Florear. Já no Sesc, Vitória faz musculação, Lian Gong, *Projeto Idosos do Século XXI: conectivid@des* e de um projeto que discute sobre o envelhecimento em diversos países.

Descritos os perfis dos(as) participantes da pesquisa, cabe considerar que a velhice é múltipla e que a pesquisa tenha sido desenvolvida com pessoas velhas com acesso à tecnologia, educação e participação social, reconhece-se o alto índice de analfabetismo entre pessoas velhas, como discutiremos posteriormente, e a necessidade de ouvir os anseios e percepções desse público em relação às mais diversas áreas, inclusive à

Educação Profissional e Tecnológica, o que foi, também ressaltado pelos(as) participantes em suas falas conforme veremos ao longo desta dissertação e poderá ser um estudo desenvolvido como continuidade da pesquisa aqui apresentada.

Outrossim, é importante lembrar que ao ser desenvolvida com velhos(as) que realizam ações voluntárias em diversos contextos sociais, dentre eles comunidades, grupos para pessoas velhas e grupos intergeracionais, esperamos que, de forma indireta, as necessidades de diversas velhices estarão presentes nas falas emitidas pelos(as) participantes.

Ainda no que concerne aos perfis das pessoas velhas, verificamos questões que permeiam o envelhecimento na contemporaneidade. No grupo participante há apenas um homem, o que reflete acerca da feminização da velhice, que consiste em uma maior longevidade feminina, maior número de mulheres velhas quando comparado a quantidade de homens velhos, crescimento do número de longevas economicamente ativas e que são mantenedoras de suas famílias (NERI, 2014).

Sobre isso, pontua-se que a velhice é feminina, representando 56% (cinquenta e seis por cento) da população velha brasileira (SESC, 2020), entretanto cabe também lembrar que viver mais não significa viver melhor, pois as mulheres vivem mais, entretanto com maior carga de doenças, mais frágeis, mais pobre, mais sozinhas e com maior probabilidade de sofrer idadismo e violência comparado aos homens velhos (NERI, 2014).

Uma outra tendência expressa nos perfis aqui trazidos é a de velhos(as) cuidando de outras pessoas do mesmo grupo etário. Lemos (2018) afirma que o cuidado de longevos(as) é uma função que foi atribuída, predominantemente, às mulheres e que vem sendo cada vez mais frequente nos estudos e nos serviços voltados ao envelhecimento a presença de cuidadores(as) velhos(as). Ademais, segundo a autora cerca de um terço da população velha poderá vir a ser cuidada por pessoas de idade semelhante a sua em algum momento da vida (LEMOS, 2018).

A questão da feminização da velhice e do cuidado prestado por pessoas velhas não foram as únicas questões que emergiram desses perfis, mas também deve-se ter um olhar para a questão da classe e da raça.

(...) as “localizações” das gerações na estrutura social e das pessoas no tempo, posições que gestam as relações entre as gerações. E que estas, do mesmo modo como aquelas, constituídas pelos já reconhecidos campos analíticos – gênero, raça e classe social – também são relações de poder. Como tais, não se realizam sem conflitos. Por aí devem ser também identificadas, e não apenas

pela requerida e alternativa solidariedade (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 239).

Dessa forma, é preciso um olhar interseccional sobre o envelhecimento, no sentido de compreender as estruturas e dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de subordinação, analisando a forma como patriarcado, racismo, opressão de classe, dentre outras, criam desigualdades que estruturam posições sociais de grupos vulneráveis, bem como reflete como as políticas geram opressões que transitam nesses eixos. Ao não considerar os diversos tipos de opressão, violações de direitos humanos podem ser negadas ou invisibilizadas, contribuindo para sua manutenção (CRENSHAW, 2002).

Nesse sentido as questões raciais também se mostram na ausência, pois ter apenas uma mulher negra no grupo pode significar a expressão do fato de pessoas negras terem acesso mais dificultado a diversos direitos, dentre eles à educação.

Os idosos negros apresentaram predominantemente baixa renda, baixa escolaridade, maior índice de analfabetismo, vivendo em arranjos domiciliares multigeracionais ou mistos, e com renda familiar percebida pelos próprios idosos como insuficientes para suas necessidades (RABELO, et al., 2018, p.196).

Corroborando essa discussão, Barros e Brancos (2017) aduzem que a expectativa de vida resulta de fatores sociais, tais como acesso à saúde, renda, escolaridade, condições de trabalho, renda, dentre outros, fazendo com que os mais pobres tenham menor qualidade de vida. Ainda acerca desse aspecto, pessoas velhas com menor escolaridade apresentam pior situação de saúde, seja devido a não ter condições financeiras para manter hábitos saudáveis, como alimentação e atividade física; seja por ter menos informações sobre o tema ou por não ter acesso aos serviços de saúde.

Tendo em vista que a população negra apresenta piores índices educacionais e socioeconômicos quando comparados aos da população branca, envelhece menos e acumulando desvantagens, resultando em adoecimentos e iniquidades (BARROS; BRANCOS, 2017).

Considerando esse cenário, na feitura da pesquisa sobre envelhecimento é preciso um olhar atento para as múltiplas opressões que se inter cruzam e o perpassam de forma heterogênea e singular, interferindo diretamente nas desigualdades do longeviver e no acesso ou negação de direitos.

2.4 Aspectos Éticos da Pesquisa

No que se refere aos aspectos éticos da pesquisa, para além do cumprimento das importantes determinações sobre pesquisas envolvendo seres humanos emitidas nas resoluções abaixo identificadas, esta dissertação assume o compromisso ético com uma educação omnilateral e crítica, bem como com uma concepção de envelhecimento antiidadista, direcionada pelo respeito às trajetórias desse público e de sua valorização e com a concepção de velhice oposta a um problema social a ser sanado, mas como um direito a ser garantido.

Rabelo e Rocha (2020) chamam a atenção para esse aspecto, questionando o espaço destinado à fala das pessoas velhas nos estudos e pesquisas sobre elas.

(...) quem fala pelos(as) idosos(as) nas pesquisas? Quem descreve a experiência do envelhecimento e o que é bom para a própria velhice e quem informa sobre como os modos de viver foram se configurando? São os familiares, os profissionais de saúde, os pesquisadores ou o próprio idoso? Qual o lugar garantido ao idoso na pesquisa (mero respondedor de perguntas ou um mero “objeto”)? (RABELO; ROCHA, 2020, p. 39).

Portanto o posicionamento ético-político desta pesquisa consiste em romper silenciamentos e invisibilidades, reconhecer as velhices e suas heterogeneidades, dar voz aos(as) participantes, ver a Educação Profissional e Tecnológica a partir de seus olhares e vivências, legitimar suas pautas por direitos, dentre eles a educação.

Ademais, a pesquisa priorizou os princípios éticos, conforme estabelecido pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012 e do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016, tais como o reconhecimento da liberdade e autonomia dos(as) participantes; defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo na relação de pesquisa; respeito aos seus valores, hábitos e costumes; compromisso com a democracia, socializando os resultados da pesquisa; recusa de todas as formas de preconceito e respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa; garantia de consentimento dos(as) participantes, orientados sobre objetivos; confidencialidade, privacidade e proteção de sua identidade; não utilização dos dados obtidos para ocasionar qualquer prejuízo às participantes e que esses serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

Convém salientar que não foi auferido, cobrado ou ofertado valores pela participação das pessoas velhas participantes. Essas foram informadas acerca dos objetivos do estudo, de que suas participações seriam de livre e espontânea vontade após aceite das condições expressas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi

lido, explicado e assinado após completa compreensão dos(as) participantes sobre os objetivos, metodologia e condições éticas da pesquisa; salientando que suas identificações foram mantidas em sigilo, por meio da adoção de codinomes e omissão de dados que possam identificá-los(as); e que foram alertados de que poderiam desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, inclusive depois da coleta dos dados.

Outrossim, a ética foi o principal direcionamento adotado, sendo a realização da pesquisa posterior à aprovação obtida pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (CEP/IFBA), sob parecer de número 5.759.809.

3 ENVELHECIMENTO E O ACESSO À EDUCAÇÃO

No terceiro capítulo trataremos sobre o envelhecimento e o acesso de pessoas velhas à educação, com discussões a respeito de como a velhice é percebida e vivenciada no Brasil, bem como sobre a educação e o trabalho para esse grupo etário, abordando aspectos históricos, conceituais e legais.

Assim, o capítulo está organizado em três tópicos, sendo eles 3.1, Velhices no Brasil e seu lugar social; 3.2, Direito da Velhice à Educação e as narrativas neoliberais; e 3.3, É possível uma Educação Profissional e Tecnológica para Velhos(as)? Tecendo reflexões.

3.1 Velhices no Brasil e seu lugar social

A velhice tem como demarcador etário a idade de 60 anos, conforme estabelecido pelo Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), porém é importante destacar que embora exista a delimitação dessa idade para que se defina se uma pessoa é velha, o envelhecimento é múltiplo e a forma como se envelhece está relacionada à classe, gênero, raça, etnia, capacidade funcional, regionalidade, direitos garantidos ou violados, dentre outros aspectos culturais, históricos, políticos e biopsicossociais.

Assim, de acordo com Scharfstein (2013), a velhice é um conceito complexo, pois engloba um longo período do curso de vida, além de que esse período do curso de vida pode ser experienciado pelos participantes nos âmbitos biológico, psicológico, cultural e social de formas heterogêneas. Por conseguinte, autonomia, independência, vulnerabilidades, raça, classe, gênero, acesso à aposentadoria, estado civil trazem diversos significados ao envelhecer. Não existindo, portanto, uma velhice, mas sim velhices, haja vista tal heterogeneidade.

Como ressaltado anteriormente, adotamos neste estudo, as terminologias velho(a), pessoas velhas e velhices, assumindo um posicionamento político no que se refere aos conceitos que as terminologias com as quais a velhice é denominada carregam. Sobre isso, salientamos que ao longo da história os termos classificatórios para a velhice passaram por transformações, embora tenha prevalecido a ideia de que velhos(as) com estatuto social e poder socioeconômico não são considerados como velhos(as), pois a velhice é vinculada à decadência, à incapacidade para o trabalho e à pobreza (PEIXOTO, 1998).

É interessante perceber que essa ideia permanece até os dias atuais e está presente nos discursos de pessoas velhas, como verbalizado durante a realização da pesquisa:

Uma pessoa com 70 anos não é velha. Uma pessoa com 80 anos não é velha. Se ela anda, se ela ainda tem individualidade de andar, de participar... Para mim, eu acho que, como experiência própria, a nossa decadência na velhice, ela começa na cabeça e espiritualmente, quando o idoso está triste e quando o idoso é revoltado. Quando ele vive uma vida triste, ele começa as doenças, porque o cérebro comanda o corpo e os órgãos mais frágeis começam a sofrer. Por isso você tem que ser muito forte de espírito e nem todos são fortes. (...) Quando eu era mais jovem eu trabalhava numa fábrica e pegava 500 peças, levava pra minha casa e em 15 dias eu entregava. Cuidava de menino, de casa e produzia as peças. Hoje eu trabalhando como voluntária em vários lugares, e tem gente com 30 anos que não tem minha energia. Um dia também vou ficar mais lenta, mas ainda tem muito chão pela frente e a gente vai lutando. A minha matéria eu não posso parar, mas meu espírito tem a mesma idade do meu pensamento (Paula, 69 anos).

Quem vive de sonhos não envelhece (Oswaldo, 76 anos).

A gente ficando idoso, mas a gente certa forma... você se sente jovem, mas assim você é muito jovem aqui (cabeça), mas aqui teu o físico que te reduz em alguma coisa, né? Às vezes há essa dicotomia entre cérebro e corpo. Como é o meu caso, eu adoro Carnaval, mas eu não posso mais pular Carnaval. Minha prótese.... Nós brincamos cinco anos atrás no Bell, né? Eu não posso hoje em dia, mas a minha cabeça está lá do Chiclete (Antônia, 69 anos).

De acordo com a análise de Peixoto (1998), a partir da década de 1960 foi implantada uma nova política social para a velhice na França, havendo uma ampliação dos valores das pensões tendo como consequência uma maior valorização dos aposentados(as), o que gerou uma mudança nos termos de tratamento destinados a eles(as). Assim, algumas palavras passaram a ser consideradas pejorativas e foram suprimidas ou substituídas por outros termos, tais como idoso(a), que transformou a pessoa velha em participante respeitado.

Esse respeito, advindo da mudança de terminologia de velho(a) para idoso(a), foi ainda mais fortalecido com o termo aposentado(a), que significaria melhoria nas condições de vida dessas pessoas, posto que a aposentadoria permite tempo livre e ócio, o que possibilita a adoção de novos hábitos e realização de projetos de vida no sentido de desconstruir o estigma da velhice e desenvolver uma imagem de aposentadoria ativa e feliz. Dessa forma, foi criado mais um termo para expressar essa velhice autônoma e independente, o termo terceira idade, que surge como sinônimo de integração e sociabilidade, como um processo de eufemização para tornar público o que foi rejeitado, adotando também o termo quarta idade para classificar as pessoas com idade superior a 75 anos (PEIXOTO, 1998).

No Brasil, essas mudanças chegaram no final da década de 1960, passando a recuperar o termo idoso(a), atribuindo a esse termo uma representação respeitosa, o termo velho(a) foi retirado dos documentos oficiais e análises sobre o envelhecimento. Todavia,

convém sinalizar que a mudança de nomenclatura no Brasil não significou a implantação de uma política social para a velhice.

No que se refere à aposentadoria, em terras brasileiras, as pessoas aposentadas são consideradas inúteis e velhas. Assim, a partir da aposentadoria, o curso de vida passa por uma reestruturação em três fases: infância e adolescência como tempo de formação; idade adulta como tempo da produção e do trabalho; e a velhice como tempo do não trabalho e da inutilidade (PEIXOTO, 1998).

Diante do exposto, é mister salientar o quanto os termos utilizados para classificar a velhice de forma eufemizada contribuem para reforçar estigmas contra ela, ao passo que a invisibiliza, oculta e uniformiza, indo de encontro ao significado e características do envelhecimento, que pressupõem heterogeneidade e especificidades.

Ainda sobre esse aspecto, ressaltamos que a velhice era percebida como responsabilidade da família e da filantropia nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, havendo uma transição nas décadas de 1980 e 1990 do mesmo século para uma percepção de que a velhice seria uma questão pública a demandar ações de governo e políticas sociais para garantir seus direitos. Todavia, embora a velhice tenha se tornado uma questão pública, tem passado por um processo de reprivatização, marcado por uma tendência a responsabilizar o indivíduo pela forma como envelheceu, transmitindo a ideia de que a juventude e a saúde são bens a serem conquistados a partir do esforço individual, ao passo em que desresponsabiliza o Estado a promover políticas públicas para esse grupo etário (DEBERT, 2012). Essa lógica desconsidera que a velhice é uma categoria heterogênea, assumindo diversas faces, demandas, realidades e potencialidades.

Corroborando esse debate Rabelo e Rocha (2020), salientam que:

Quando se trata da população idosa e da velhice, ainda é preciso considerar que esse modelo hegemônico é ageísta, pois pressupõe que envelhecer bem é não envelhecer, é aparentar não ter a idade que tem, é manter o “espírito jovem”, é não sentir-se velho e de que existiria um jeito bom e certo de envelhecer. Segundo Santos e Lago (2016) esse discurso enuncia verdades sobre a velhice e o corpo e tem as palavras “saudável”, “produtivo”, “ativo” como chave. Para os autores, a própria idade comporta práticas discursivas que têm se constituído como um dispositivo de organização, controle, homogeneização, regulação e normatização que têm efeitos na constituição dos sujeitos, ditando os modos legítimos de existir. O corpo velho é visibilizado como um problema e que exige autoconhecimento, autocontrole, autovigília. Na verdade, a concepção vigente da velhice como um problema atravessa a família, o setor da saúde e o Estado (RABELO; ROCHA, 2020, p. 36).

Para além dessa característica essencial, a da heterogeneidade, cabe ressaltar que as mudanças demográficas também implicam maior diversidade da população velha, tais

como a ampliação do número de centenários. Assim, o envelhecimento populacional representa uma conquista na área social e de saúde, mas também um desafio às políticas públicas (DOLL et al., 2015).

Berzins (2020) atenta para os desafios a serem superados pelas políticas públicas destinadas ao envelhecimento, uma vez que na atualidade essas se apoiam no familismo, ou seja, consideram a família como foco, como espaço privilegiado de proteção, desconsiderando sua configuração e trajetória, além de ter como referência a família nuclear, que não representa a maioria das famílias de nosso país.

Esse desafio é ainda mais imponente quando consideramos que a longevidade da população ocorre em uma sociedade capitalista, na qual a velhice não é valorizada. As demandas oriundas do envelhecimento populacional encontrariam suas respostas em políticas públicas, que historicamente têm sido conquistadas pelos movimentos sociais. Entretanto, a garantia legal de direitos nem sempre tem sido uma realidade tangível para esse grupo etário, tendo como uma de suas principais causas o contexto neoliberal, que retira do Estado sua obrigação de garantir os direitos sociais (SANTOS; NASCIMENTO, 2020).

Sobre isso, Santos e Nascimento (2020) apontam que a velhice é resultado das condições objetivas de vida e de trabalho, marcada por diversos condicionantes sociais, e que é preciso considerar que o crescimento dessa população se dá em um contexto de Estado mínimo, no qual há uma desresponsabilização do Estado com suas demandas e desregulamentação de direitos sociais conquistados historicamente. A heterogeneidade da velhice é reconhecida por participantes da pesquisa, como demonstra a fala de Antônia (69 anos):

(...) Por exemplo, a Isolda Cela, ex-governadora, tem 62 anos. Oficialmente ela é uma idosa, mas ela precisa fazer um curso no Instituto Idear por exemplo? Então são essas diferenças na velhice que precisa ser valorizada e estimulada na educação de acordo com o processo de vida, de existência de cada um.

Dessa forma, as políticas públicas têm seguido uma lógica privacionista e familista, transferindo suas responsabilidades com o atendimento das demandas dessa população para a família, a sociedade e o mercado. Assim, as pessoas seriam responsáveis pela forma como envelhecem e no caso de envelhecerem com fragilidades, a família e a sociedade seriam os responsáveis por seu cuidado e provimento. O capitalismo alia a desresponsabilização estatal e a desvalorização do envelhecimento, tendo em vista que a velhice não é útil ao sistema, é improdutiva diante de um modo de produção explorador voltado para o lucro e o consumo (SANTOS; NASCIMENTO, 2020).

Nesse sentido, Tavares (2020) aponta que o envelhecimento é influenciado por aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, ressaltando-se que, na sociedade capitalista, o(a) trabalhador(a) apresenta condições de vida precárias que são agravadas com o envelhecimento. Ademais, o Estado pune o(a) trabalhador(a) velho(a) com reformas previdenciárias que convergem para a retirada de direitos, como se o(a) trabalhador(a) só devesse ser pago enquanto estiver apto a produzir e gerar valor para o mercado.

Diante de tal cenário, a aposentadoria já não significa garantia de provimento das necessidades básicas das pessoas velhas, o que tem levado muitas a retornar ao mercado de trabalho. Destarte, o capital encontra diferentes alternativas para a exploração da força de trabalho velha, seja por meio da ampliação da idade mínima para a aposentadoria, no mercado informal de trabalho ou pela via do consumo, criando novos nichos de mercado voltados para esse público (SANTOS; NASCIMENTO, 2020).

Esse contexto foi agravado durante a pandemia de Covid-19, quando a população velha passou a ser considerada grupo de risco para desenvolver formas mais graves da doença, mas que ao invés de ter maior proteção social, foi alvo de idadismo, direitos violados e violência.

O relatório do Disque Direitos Humanos referente à violência contra pessoas acima de 60 (sessenta) anos aponta que no ano de 2019 foram computadas 48.500 (quarenta e oito mil e quinhentas) denúncias, sendo a negligência a forma de violação mais denunciada, representando 41% dos casos, seguida pela violência psicológica com 24% das ocorrências (BRASIL, 2020). Essas situações foram ampliadas durante a pandemia de Covid-19, atingindo, em 2020, 81.607 (oitenta e uma mil e seiscentos e sete) denúncias de violência contra pessoas velhas. Em 2021, foram 74.971 (setenta e quatro mil e novecentas e setenta e uma) denúncias e em 2022, até o mês de junho, computava-se 33.328 (trinta e três mil trezentas e vinte e oito) denúncias contra pessoas velhas (BRASIL, 2022).

Outrossim, a pandemia escancarou o idadismo já presente e enraizado em nossa sociedade, mas que encontrou nesse período formas mais intensas de expressão, sendo comuns divulgação de pessoas velhas em memes, vídeos e imagens mostrando situações vexatórias, humilhantes nas redes sociais, atribuindo à velhice características como infantilização, incapacidade de compreensão, teimosia e inferioridade em relação às demais gerações.

Diante dessa realidade mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou campanha sobre o tema, contando com um Relatório Mundial sobre o tema (WHO, 2021). Esse documento informa que o idadismo afeta as pessoas ao longo do seu curso de vida e todas as gerações podem sofrer com ele, que está presente nas instituições, nas relações interpessoais e em nós mesmos, fortalecendo e aprofundando outros preconceitos, tais como os de classe, raça, gênero, dentre outros. Ainda nos apoiando no referido relatório, uma a cada duas pessoas reconhece ser idadista em relação a pessoas velhas.

Assim, a pandemia de Covid-19 intensificou as desigualdades sociais e suas determinações na vida da população brasileira, especialmente dentre os(as) velhos(as), visto que apesar do vírus não diferenciar pessoas, seus impactos são mais fortemente sentidos a depender das condições de classe, raça, gênero e idade, refletindo as iniquidades sociais presentes em nosso país, que assumindo uma postura negligente e negacionista, não implementou políticas públicas consistentes para a garantia de renda, principalmente para aqueles(as) que sobrevivem do trabalho informal e não tiveram, assim, o direito de manter o distanciamento social (CAMPELO E PAIVA et al., 2021).

Diante disso, observa-se que a pandemia de Covid-19 expressa que os grupos historicamente negligenciados foram os mais afetados, inclusive apresentando maior risco de mortalidade pela doença, escancarando as desigualdades sociais brasileiras, marcadas por concentração de renda, políticas neoliberais e restrição de direitos, o que para a população velha tem sido uma sentença de vivenciar uma velhice sem o mínimo de garantias (CAMPELO E PAIVA et al., 2021).

Ainda a respeito dos impactos da pandemia para a população velha no Brasil, pesquisa realizada pela FIOCRUZ (2020), aponta que nesse período, 36% das pessoas velhas que ainda trabalham ficaram sem rendimentos ou tiveram grande impacto em sua renda. Esse percentual é ainda maior, 55%, entre as que não possuem vínculo empregatício.

Os dados, conforme discutiremos nos próximos tópicos, mostram a importância dessa população para a economia, para a manutenção das famílias e explicitam que as pessoas velhas têm sido atingidas em diversos aspectos pelo período pandêmico, tais como socioeconômico, risco de contágio, maior risco de morte, efeitos psicológicos da pandemia, estereótipos contra o envelhecimento, dentre outros, requerendo maior investimento nas diversas políticas públicas, tais como saúde, assistência social, previdência social, cultura, educação, dentre outras.

É mister destacar que, para além da importância acima pontuada, a relevância e o significado das pessoas velhas vai além dos aspectos econômicos e de uma visão utilitarista de sua presença, mas refere-se a direitos humanos aos quais pessoas de todas as idades devem acessar, aos saberes ancestrais, às trocas intergeracionais, à construção de questões identitárias, à memória e a outros fatores que, diante da heterogeneidade das velhices e das vivências, não podem ser aqui previstos e pontuados, mas contribuem para a construção de uma sociedade múltipla, diversa e para todas as gerações. Nesse sentido, Bosi endossa que:

Há um momento em que um homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade (BOSI, 1994, p. 63)

Sendo assim, pontuar a importância das pessoas velhas na esfera econômica não visa contribuir com a lógica neoliberal de que valemos o quanto produzimos, mas consiste em contrapor o discurso falacioso, idadista e de incentivo aos conflitos intergeracionais de que a velhice consiste em um peso para a sociedade e que garantir seus direitos significa negar os direitos de outras gerações quando na verdade as pessoas velhas sofrem a retirada de direitos de forma ainda mais latente e têm contribuído para a manutenção financeira, a sobrevivência e cuidado a outras gerações.

3.2 Direito da Velhice à Educação e as narrativas neoliberais

Interessada em estudar as especificidades do processo de envelhecimento e da velhice, a Gerontologia se constitui como um saber interdisciplinar que visa a descrever e explicar as alterações do processo de envelhecimento a partir de seus determinantes biológicos, genéticos, psicológicos, sociais, históricos, políticos e culturais. Dessa forma, comporta diversas áreas de estudo, tais como a Geriatria, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Psicologia, Direito, Serviço Social, Gerontologia Social, Gerontologia Educacional, Gerontecnologia, dentre outros (NERI, 2014).

Doll (2017) salienta que a Gerontologia é um saber novo, desenvolvido durante o Século XX a partir dos contributos de outras áreas de conhecimento, contando inicialmente com a Medicina, a Psicologia e a Sociologia. Com o seu desenvolvimento, outras áreas adotaram o envelhecimento como campo de atuação, dentre elas a Educação, que caminha para compreender o envelhecimento como parte de seu saber e atuação, visto

a concentração de atuação e pesquisas da Educação terem se concentrado na infância e juventude.

A Gerontologia¹² se expandiu no território brasileiro a partir da segunda metade do Século XX, interagindo com a Educação a partir dos anos 1970. Nesse contexto, a Educação é fundamental para a desconstrução de mitos e estereótipos relacionados à velhice, geralmente associados à fragilidade, incapacidade e vulnerabilidade, a medida em que os processos educativos que envolvem pessoas velhas constroem novos saberes sobre elas (DOLL et al., 2015).

A Gerontologia Educacional foi conceituada de forma pioneira por Peterson (1990) como o estudo e a prática da educação para ou sobre pessoas velhas e sobre a velhice, classificada em três áreas, quais sejam: a educação para velhos/as; atividades educacionais para a sociedade e a população em geral sobre o envelhecimento e a velhice; a formação de profissionais e pesquisadores para atuar com pessoas velhas nas mais diversas áreas de atuação (DOLL, 2017).

Revisando o modelo proposto por Peterson, Glendenning realizou um reagrupamento das três referidas áreas da Gerontologia Educacional em duas: a Gerontologia Educacional, com a educação de pessoas velhas no sentido de desenvolvimento ao longo do curso de vida, autonomia e participação social; e a Educação Gerontológica, voltada para a formação de recursos humanos em Gerontologia (GLENDEENING, 1989 APUD NERI, 2014).

No que se refere às ações de Gerontologia Educacional no Brasil, o Serviço Social do Comércio (Sesc) foi o pioneiro nessa área, com a implantação de escolas abertas para pessoas velhas no ano de 1977, porém a partir dos anos 1990 houve uma intensificação dessas ações com o surgimento das Universidades Abertas para velhos(as). Atualmente, diversas expressões dessa atuação se fazem presentes nos espaços de educação não formal, tais como palestras, oficinas, seminários, além da educação política realizada nos espaços de controle social, tais como nos conselhos de direitos, nas conferências e fóruns (DOLL, 2017).

Ademais, Doll (2017) ressalta a importância da educação para o lazer, pois esse não é o oposto ao trabalho, mas está vinculado à qualidade de vida, formação, engajamento e participação social. Corroborando com essa discussão, convém ressaltar

¹² Ciência multi e interdisciplinar que estuda o processo de envelhecimento humano, envolvendo profissionais das mais diversas áreas de atuação.

que o lazer também é um direito garantido às pessoas velhas pelo Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003) e que esse aspecto ganha destaque diante de uma geração que foi condicionada a trabalhar desde a infância e de uma sociedade que vincula trabalho à utilidade, portanto, a educação para o lazer também pode significar uma educação política da velhice. Ainda repousando sobre as reflexões de Doll (2017), a educação do público velho para o esporte e a prática de atividades físicas possibilita diversas experiências educacionais. A educação para o esporte e para o lazer também foi mencionada por umas das participantes da pesquisa:

Aí o idoso senta, faz do jeito que quer e sai pior do que chegou. Tem as areninhas também, onde tem os aparelhos, mas cadê profissional pra orientar? No início tinha, mas depois não teve mais. Então são essas coisas que eu acho importante. Pintura, música, teatro, tudo são coisas que o idoso pode fazer e se abrir pra vários conhecimentos. Fazer passeios. O lazer, sabe? (Paula, 69 anos).

No que se refere à educação formal, a Gerontologia Educacional acontece também na Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹³, visto que esse espaço concentra número significativo de velhos/as, que apenas nesse período do curso de vida teve acesso à educação, lembrando que o processo educativo de pessoas velhas é heterogêneo assim como elas, seus desafios, contextos e biografias.

Ainda com base nessas reflexões, gênero e etnia têm se constituído como pautas essenciais da Educação, entretanto a discussão sobre geração também se faz importante, visto o contexto demográfico e a convivência familiar de até cinco gerações, o que faz com que as identidades geracionais precisem ser consideradas no debate educacional. Ademais, as atividades educacionais voltadas para as velhices devem ser diversificadas atendendo a heterogeneidade desse grupo etário, que desagua em interesses educacionais diversos. Entendendo que as relações intergeracionais devem também serem consideradas no cenário educacional, visto que se constituem como espaços de ensino aprendizagem (DOLL et al., 2015).

Embora seja evidente a heterogeneidade do envelhecimento e de seu processo educativo, identifica-se dimensões da educação para pessoas velhas, que são: a dimensão socioeducativa, com foco nas relações sociais e convívio interpessoal e intergeracional; a dimensão de lazer, enfatizando a ocupação de tempo livre com qualidade e aquisição de novos conhecimentos; a dimensão compensatória, como o ingresso em atividades

¹³ Neste trabalho utilizaremos a nomenclatura Educação de Jovens e Adultos (EJA) por ser essa a modalidade de ensino estabelecida formalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), salientando que a EJA contempla também as pessoas velhas.

educacionais na velhice, tais como cursos de idiomas, alfabetização ou universidade, por não ter tido essa oportunidade durante o curso de vida; a dimensão emancipatória referente a educação para o estímulo à participação social e autonomia, que ganha ainda mais importância junto a pessoas velhas em situação de vulnerabilidade, visto que além de preconceitos referentes à classe social, etnia e gênero, há também o idadismo; a dimensão de atualização concernente à aquisição de conhecimentos das novas tecnologias e inclusão digital; e dimensão de manutenção das capacidades cognitivas no sentido de estimular a memória e evitar declínios cognitivos. Salientando que em diversas atividades educacionais, são acionadas várias dessas dimensões (DOLL, 2017).

Cabe destacar que ao mencionarmos a relação entre educação e envelhecimento, a educação profissional está inserida nesse âmbito, embora, devido aos estereótipos associados à velhice, trabalho e educação sejam vistos de formas apartadas desse grupo geracional. Além disso, conforme anteriormente destacado, a Educação Profissional e Tecnológica deve ser tomada como uma educação omnilateral, na qual os diversos saberes interagem fundamentados em uma crítica ao capitalismo, e não como uma formação destinada à adequação dos(s) educandos(as) às exigências do mercado (OLIVEIRA; FRIGOTTO, 2021).

Sobre o trabalho de pessoas velhas, os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos apontam que no final de 2019, 22,9% das pessoas velhas continuava a trabalhar, representando 8,2% dos ocupados(as) no Brasil. Ademais, em 24,9% dos domicílios brasileiros as pessoas velhas contribuem com mais de 50% da renda domiciliar, por meio de suas aposentadorias, Benefícios de Prestação Continuada (BPCs), pensões, rendimento do trabalho ou outras fontes de renda. Dos(as) velhos(as) trabalhadores(as), em média 7,9% desenvolvem atividades laborais em via pública ou em veículos, proporção maior que entre as demais gerações que é de 6,2% (DIEESE, 2020).

Concernente a essa discussão, documento publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), relata que dos 71,3 milhões de domicílios existentes no Brasil, 33,9% contam com velhos(as), o que significa que os domicílios com pessoas velhas não são compostos só por elas. Nos lares compostos por longevos(as), estão presentes 35,6% da renda do país, com renda maior que nos domicílios onde a presença de velhos(as) não é verificada. Vale destacar que 56,3% dessa renda é composta por aposentadorias e outros benefícios da política pública de Assistência Social e 34,8% é proveniente de renda obtida pelo trabalho na velhice (CAMARANO, 2021).

Segundo Camarano (2020), em 60,8% dos lares com velhos(as) ou em 20,6% dos domicílios no Brasil, a renda do familiar velho(a) equivale a mais de 50% das finanças. Ademais, nesses lares cerca de 6 milhões de adultos(as) não trabalham, enquanto 5,2 milhões permanecem trabalhando. Metade dos homens acima de 60 anos trabalham por conta própria e 21,4% atuam informalmente como comerciantes, pedreiros, motoristas de transporte urbano, dentre outros. Já as velhas trabalham como trabalhadoras domésticas, comerciantes, costureiras, com serviços de limpeza a empresas, dentre outras. Considerando o período pandêmico, essas ocupações foram as mais afetadas pela extinção de postos de trabalho e pela demissão de pessoas velhas, visto serem grupo de risco.

A referida pesquisa revela ainda um dado surpreendente ao indicar que no caso de óbito de todas as pessoas velhas no Brasil devido à pandemia de COVID-19, cerca de 11,6 milhões de pessoas de outras gerações teriam sua renda mensal reduzida de R\$ 1.621,8 para R\$ 425,50, considerando que não dependessem exclusivamente da renda dos(as) velhos(as), já nos casos em que o domicílio depende unicamente das finanças de seus membros velhos, ou seja em 18,1% dos domicílios brasileiros, a morte de todos(as) representaria cerca de 5 milhões de pessoas sem nenhuma renda. Destarte, a morte de um(a) velho(a) acarreta a entrada de uma família na pobreza (CAMARANO, 2020).

Esse cenário demonstra, para além da relevância econômica desse grupo etário e considerando o que foi pautado no tópico que a esse se antecedeu, que, atualmente, pessoas velhas se configuram não apenas como demandantes de cuidado e suporte social, mas também como fornecedoras desses aspectos, assumindo muitas vezes a provisão doméstica e os cuidados com até duas gerações, inclusive com outros(as) velhos(as), conforme sinalizado outrora neste estudo.

Salienta-se também que o suporte dos(as) velhos(as) a outras gerações demonstra a importância do papel social da velhice na família e na sociedade, mas é também um indicador de que na atual conjuntura socioeconômica todas as gerações são impactadas pelas desigualdades sociais, uma vez que os jovens são alvos de desemprego e subemprego e os(as) velhos(as) têm suas fontes de cuidados informais inexistentes ou esgotas, bem como são sobrecarregados à medida que lhes são atribuídos(as) a função de apoio informal da família (DEBERT; SIMÕES, 2006).

Outrossim, deve-se destacar que o apoio financeiro dos(as) velhos(as) a outras gerações não revela a qualidade das relações intergeracionais no âmbito familiar e nem representa um indicador de ausência de conflitos, tensões e violências nos domicílios

multigeracionais (DEBERT; SIMÕES, 2006), o que é corroborado pela ampliação dos índices de violência durante a pandemia de Covid-19 como pontuado acima.

Também convém considerar que muitos(as) velhos(as) desejam continuar trabalhando e que o mito de inutilidade pós-aposentadoria não se sustenta no atual contexto. Reconhecer esse aspecto, longe de romantizar esse anseio, aponta para o que Haddad (2016) debate:

Se na velhice, os homens sentem um vazio instalado com a aposentadoria, é porque no processo de reificação a que estão submetidos o “prestígio” ocupado pelo trabalho foi por eles internalizado através do longo processo de educação para a vida produtiva e, conseqüentemente, é por eles próprios reproduzido. Quando a prática de trabalho cessa pela aposentadoria, o indivíduo é levado a reconhecer que nada mais é a despeito do que já tenha feito (HADDAD, 2016, p. 101).

Outro aspecto fundamental para essa análise é a redução da renda após a aposentadoria, o que leva muitas pessoas velhas a terem que retomar as atividades laborativas para suprir suas necessidades e de suas famílias. É importante refletir que a aposentadoria e o trabalho são vistos pela ótica capitalista, na qual se vale o quanto produz. Como a aposentadoria sugere o fim da participação na produção capitalista, é desvalorizada e contribui para a ampliação do estereótipo de inutilidade da velhice (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Para parte das pessoas velhas, o trabalho tem diversas motivações, seja a necessidade de renda extra, o desejo de manter-se ativo ou valorização social, posto que ao não gerar lucros a pessoa aposentada é desvalorizada. Assim, enquanto para os(as) velhos(as) o valor do trabalho está vinculado ao sentimento de pertencimento, para o capital, esse é relativo ao lucro (ALVES, 2019).

As transformações capitalistas impactam no envelhecimento do(a) trabalhador(a) que diante desse cenário, retorna ao mercado de trabalho de forma precária, disposto(a) a atuar com baixas ou nenhuma garantia trabalhista e pouca remuneração. Convém mencionar que mesmo aceitando essas condições, a maioria das empresas se recusam a mantê-lo(a) em seus quadros funcionais justificando queda de produtividade ou necessidade de reduzir custos. Por conseguinte, muitos(as) velhos(as) passam a trabalhar por conta própria, constituindo um fenômeno de pejotização, ao transformar sua força de trabalho em empresa e ofertá-la ao mercado. Assim, os(as) velhos(as) atuando de maneira informal são mais lucrativos ao mercado, visto que supõe baixa remuneração e não obrigatoriedade com direitos trabalhistas (FELIX, 2016). A esse respeito, Haddad apoia-se nas ideias de Chico de Oliveira para adensar essa discussão:

O sistema econômico no Brasil está longe de empregar satisfatoriamente sua população e sua força de trabalho; embora seja certo de que o desemprego entre os jovens seja perturbador, não se pode desmentir que o sistema econômico esteja *desempregando precocemente* as pessoas que avançam em anos; precisamente, o sistema econômico vale-se da enorme reserva de força de trabalho de que dispõe para substituir pessoas ainda em idade de trabalhar por outras mais jovens às quais paga menos; o sistema econômico unificou os mercados de mão de obra sob os conceitos de idade e sexo, valendo-se dessas distinções sempre que é possível tirar vantagens de menor remuneração (OLIVEIRA, 1976 APUD HADDAD, 2016, p. 103).

Embora a construção acima date da década de 1970, cabe considerar que não houve uma modificação positiva no contexto acima denunciado. Na verdade, acrescida as questões relativas à raça, o que presenciamos é um quadro ainda mais agravado se considerarmos a uberização¹⁴ das relações trabalhistas na atualidade, que por meio do incentivo ao empreendedorismo individual e de uma falaciosa emancipação do(a) trabalhador(a), mascara a desregulamentação de direitos, a precarização do trabalho e a exploração de homens e mulheres, dentre eles, velhos e velhas.

Corroborando essa discussão, Antunes (2018) destaca que a tecnologia criou o mito de que o trabalho informatizado seria menos penoso, limpo e que os(as) trabalhadores(as) seriam menos explorados(as). Todavia, nesse contexto, as questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, dentre outras, se fazem presentes, expondo que o cenário atual é de fragmentação, instabilidade, insegurança e precarização. Soma-se a essa conjuntura, o incentivo ao empreendedorismo e o mito do trabalho autônomo como liberdade, sendo presente, nesse mundo do trabalho digital e flexível, a uberização e a pejotização de todas as profissões.

Também é preciso lembrar que os direitos ao trabalho, à profissionalização e à educação são presentes nas legislações brasileiras. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 206, os princípios para o ensino, prevendo o direito à educação ao longo da vida. Outrossim, no artigo 208, institui que o direito à educação será garantido por meio do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com as capacidades de cada pessoa (BRASIL, 1988).

A educação ao longo da vida também é citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) a partir da alteração efetuada no ano de 2018, passando a

¹⁴ A uberização das relações trabalhistas, expressão derivada da plataforma de transporte por aplicativo Uber, refere-se a um processo de desregulamentação, individualização e invisibilização dessas relações, atribuindo-nas a aparência de prestação de serviços para escamotear relações de assalariamento e exploração dos(as) trabalhadores(as) (ANTUNES, 2018).

constar nos artigos 3º, 37 e 58, que estabelecem a educação ao longo da vida como um direito, a educação de jovens e adultos (EJA) voltada para as pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade apropriada, a EJA como instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, bem como a educação especial ofertada durante o curso de vida. Ainda sobre a educação de jovens e adultos, a LDB regulamenta que deverá ser articulada, de forma preferencial, à educação profissional e que os conhecimentos e habilidades auferidos por meios informais serão mensurados e reconhecidos mediante exames.

Ademais, essa legislação estabelece em seu artigo 4º que o dever do Estado em ofertar educação escolar será efetivado mediante algumas garantias, constando dentre elas: acesso aos ensinos fundamental e médio para todas as pessoas que não os concluíram na idade própria; acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística; oferta de ensino noturno regular e de educação escolar regular para jovens e adultos(as), estabelecendo que cada uma dessas garantias considerará as características e perfis dos(as) educandos(as), no sentido de adaptar a educação às suas necessidades e realidades.

A respeito da educação ao longo da vida, cabe ressaltar que esse contexto é adensado pela retirada de direitos sociais, pela reestruturação produtiva, que exige trabalhadores(as) cada vez mais flexíveis e aponta para a necessidade de aprender por toda a vida. O mito da empregabilidade, que coloca no(a) trabalhador(a) a responsabilização por sua inserção no mercado de trabalho a partir da educação e aprendizado constantes, também encorpa esse cenário. Cabe lembrar que a educação básica não é uma realidade para toda a população brasileira, portanto, exigir que essas pessoas se mantenham em aprendizado constante quando não lhes foi garantido sequer o acesso à educação básica é reforçar essa exclusão (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Dessarte, é preciso diferenciar os conceitos de educação ao longo da vida e aprendizagem ao longo da vida, visto que muitas vezes são utilizadas, de forma errônea, como sinônimos. Enquanto o primeiro diz respeito a uma educação humanista, solidária, libertária e comprometida com a formação de sujeitos críticos; o segundo, adotado a partir da década de 1990 do século XX, é pautado na ideologia neoliberal, individualista e utilitarista, visando a conformação dos sujeitos ao sistema capitalista (VILLAS-BOAS et al., 2017).

Assim, é preciso retomar e atualizar de forma crítica o termo educação ao longo da vida, tratando esse conceito em seu sentido crítico e emancipatório, com igualdade de oportunidades para todos os indivíduos (VILLAS-BOAS et al., 2017), nos moldes da educação permanente sinalizada por Menezes (2017), em seu estudo sobre os desafios vivenciados por mulheres velhas na EJA, que identificou nas concepções das participantes sobre educação, aspectos referentes a esse conceito, tais como a ideia de que a escola não se destina apenas à formação intelectual, mas também contribui para a formação de cidadãos(ãs) participativos(as) e críticos(as), a partir de uma educação que percebe o indivíduo em aprendizado constante e que se dá durante todo o curso de vida.

De acordo com Freire (2013), a educação permanente se contrapõe à educação bancária, visto que a última é fixa, imobilista e percebe o ser humano como a-histórico.

Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanentemente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade (FREIRE, 2013, p.73-74).

Ainda nos referindo às legislações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) estrutura a educação brasileira em educação básica e educação superior. Para a discussão deste trabalho, focaremos na educação básica, por essa concentrar o tema estudado na pesquisa.

A educação básica no Brasil contempla a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. De acordo com a referida legislação, os ensinos fundamental e médio devem contar com base nacional comum e com uma parte diversificada de conteúdos a serem inseridos conforme as características regionais e necessidades locais. Dentre esses conteúdos constam como obrigatórios a educação física, a educação alimentar e nutricional, os direitos humanos e a prevenção de violências contra a criança, o(a) adolescente e a mulher, estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, dentre outros. Essa legislação também estabelece que o ensino médio poderá preparar o(a) educando(a) para o exercício de profissões técnicas, a ser desenvolvida de forma articulada com o ensino médio ou em cursos ofertados aos(às) que tenham concluído o ensino médio.

É preciso, porém, apontar que a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) consiste na concretização de um sistema educacional voltado para os interesses do capital,

de cunho tecnicista, com base em uma Pedagogia das Competências, formando pessoas para atender às exigências do mercado de trabalho, transformando a escola em um espaço de preparação empresarial e indo de encontro com a proposta de Educação Profissional e Tecnológica omnilateral, integral, crítica e libertadora, que por sua vez, propõe que os indivíduos tenham acesso a uma formação comprometida com a cidadania, dotada de historicidade e compreensão dos processos técnicos, teóricos, éticos e sociais (SIPAÚBA FILHO et al., 2022).

No que tange à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a LDB (BRASIL, 1996) prevê que essa seja integrada aos diversos níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Assim, estabelece que a EPT contemplará os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; os cursos de educação profissional técnica de nível médio; e os de Educação Profissional Tecnológica de graduação e pós-graduação. Outrossim, afirma que as instituições de Educação Profissional e Tecnológica, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, estando a matrícula vinculada à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Tomando por base o acima exposto, algumas questões saltam aos olhos no que se refere ao direito da velhice à educação, posto que tratar desse tema é refletir sobre ausências e silenciamentos, haja vista a inexistência de regulamentações acerca de pessoas velhas ou menção feita a elas em toda a LDB.

Destarte, convém atentar para os seguintes aspectos: há um apagamento da velhice no que se refere à educação de jovens e adultos, não constando normatizações, observações ou sequer o termo velhos(as) ou congêneres no título educação de jovens e adultos, quando parte de seu público é formado por velhos(as); inexistência de obrigatoriedade ou recomendação de conteúdos relativos à prevenção de violência contra pessoas velhas, visto que há obrigatoriedade desse conteúdo relativo a outros públicos; ausência de conteúdos sobre o processo de envelhecimento e de atividades de estímulo à intergeracionalidade.

Cabe mencionar a Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021 (BRASIL, 2021a), que institui diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Tal resolução determina que a EJA pode ser ofertada de forma presencial, na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD); articulada à Educação Profissional, em cursos de

qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio; e com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Dentre outras normas, a supramencionada resolução estabelece que a Educação ao Longo da Vida em EJA requer o acesso a aprendizagens formais, não formais e informais, bem como permite o estudo de novas formas de certificação que considere o conjunto das competências adquiridas ao longo da vida. Ademais, afirma que o projeto de vida do(a) educando(a) determinará os itinerários formativos adequados às condições de aprendizagem, às competências básicas já adquiridas, às possibilidades de integração com proposta profissional e às condições estruturais de vida, locomoção, materiais e acesso ao currículo.

Ainda sobre a EJA com ênfase na Educação ao Longo da Vida, tal resolução prevê que para atendimento aos(às) educandos(as) com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista, seja ofertado atendimento educacional especializado, complementar e, preferencialmente, disponível no mesmo turno da EJA, com possibilidade de ampliação de horários.

Sobre essa resolução, preocupa o fato de focar nas competências e não em uma perspectiva de educação ao longo da vida que abarque o pleno desenvolvimento dos(as) aprendentes por todo o curso de vida, como um direito de todas as gerações. Reafirma-se que a Pedagogia das Competências é alinhada à perspectiva mercadológica e definida pelas competências que forja, concebendo a educação de forma pragmática, aligeirada, fragmentada, competitiva, voltada a adaptar trabalhadores(as) à lógica de exploração e demandas do neoliberalismo. Dessa forma, entende-se que a EPT, cujas bases se referem à práxis e à omnilateralidade, é antagônica à Pedagogia das Competências (OLIVEIRA; FRIGOTTO, 2021).

Continuando a discussão sobre o arcabouço legal, na Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021 (BRASIL, 2021a) são mencionadas necessidades referentes a diversos públicos, tais como pessoas com deficiência, populações do campo, indígena, quilombola, ribeirinhas, itinerantes, refugiados(as), migrantes, pessoas em situação de rua, entretanto mais uma vez identifica-se a falta de um olhar voltado para a velhice, que é mencionada apenas uma vez, no artigo 25 que prevê a possibilidade de utilização do requerimento de Ausência Justificada com Critérios (AJUS), bem como o cumprimento de atividades compensatórias domiciliares para justificar tais ausências, visando a inclusão de pessoas jovens, adultas e velhas a partir do direito à educação, de sua dinâmica de vida e da realidade da sociedade moderna.

Assim, não há observações sobre a necessidade de adaptação de conteúdos ou metodologias à população velha, previsão de equipe multidisciplinar com conhecimento em Gerontologia ou outra recomendação referente a educandos(as) velhos(as) e suas demandas. Cabe destacar que o apagamento de pessoas velhas na Educação também se estende à Educação Profissional e Tecnológica, como refletiremos a seguir.

3.3 É possível uma Educação Profissional e Tecnológica para Velhos(as)? Tecendo reflexões

Conforme sinalizado anteriormente, o idadismo e os ideários neoliberais confluem para a desvalorização da velhice, o desmonte de políticas públicas e a negação de direitos de todas as gerações, trazendo fortes consequências para a população, seja pela ampliação da fome, do desemprego, da desregulamentação da seguridade social, do alto índice de analfabetismo, dentre tantas outras expressões da destruição neoliberal. Nesse cenário, também é presente um distanciamento entre o direito de pessoas velhas à educação, previsto em legislações como o Estatuto da Pessoa Idosa e a realidade vivenciada pela população que envelhece em nosso país.

Dessa forma, há uma invisibilidade desse público na educação, o que é extensivo à Educação Profissional e Tecnológica, visto que embora sejam previstos cursos para a comunidade, não incluem nesse bojo a previsão de ofertas de cursos para pessoas velhas, respeitando suas peculiaridades. Essa ausência é evidenciada no Catálogo de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (BRASIL, 2021), no qual consta apenas um curso técnico correlato ao envelhecimento, denominado Curso Técnico em Cuidados de Idosos, porém não se observa ao longo do catálogo nenhuma referência à pessoa velha como educanda, nem a necessidade de adaptação de conteúdos, práticas pedagógicas, metodologias, espaços, horários e comunicação a suas demandas.

Tais ausências são ainda mais marcantes quando se considera que a educação é um direito garantido aos(às) velhos(as) em outras legislações, como veremos a seguir. A Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) considera a educação e o trabalho como direitos dos velhos(as) brasileiros(as), prevendo que currículos, metodologias e materiais didáticos sejam adaptados para pessoas velhas; que sejam abordados nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino conteúdos sobre o processo de envelhecimento, visando a eliminar preconceitos e produzir conhecimento sobre o tema; que nos cursos do ensino superior sejam inseridas disciplinas de Gerontologia e de Geriatria; que sejam desenvolvidos programas educativos, principalmente nos meios de comunicação, acerca

de temas afeitos ao envelhecimento; que seja incentivada a criação de universidades abertas para pessoas velhas; que sejam garantidas formas de impedimento à discriminação de pessoas velhas no mercado de trabalho; e que sejam estimuladas a criação e manutenção de programas de preparação para aposentadoria, em instituições de diversas naturezas, com antecedência mínima de dois anos.

O Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003) reforça os direitos acima previstos e representa um avanço no que se refere aos direitos da velhice no país, uma vez que tipifica crimes contra esse público e penalidades. Acerca da educação, essa legislação estabelece que os(as) velhos(as) têm direito à educação de forma que sua condição peculiar seja respeitada; que cabe ao Poder Público a criação de oportunidades para que esse grupo etário tenha acesso à educação por meio da adaptação de currículos, metodologias e material didático; que os cursos especiais para velhos(as) incluam técnicas de comunicação e avanços tecnológicos; que nos currículos mínimos do ensino formal sejam contemplados temas relativos ao processo de envelhecimento e à valorização do idoso; que os meios de comunicação mantenham espaços ou horários especiais voltados para o público velho, ofertando informações, arte, educação e cultura. Além disso, as instituições de educação superior devem ofertar aos(as) velhos(as) cursos e programas de extensão, compostos por atividades formais ou não formais, presenciais ou a distância, bem como o poder público deverá apoiar a criação de universidades abertas e estimular a publicação de livros e periódicos adaptados às necessidades do público idosos.

O Estatuto da Pessoa Idosa também prevê o direito dos(as) velhos(as) à profissionalização e ao trabalho, determinando que essas pessoas têm direito a exercer atividade profissional, tendo respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas; que na admissão de pessoas velhas é proibida a discriminação e o estabelecimento de limite máximo de idade, inclusive para concursos, exceto quando a natureza do cargo o exigir; que o primeiro critério de desempate em concursos públicos será a idade, com preferência ao(à) candidato(a) mais velho(a). Ademais, o poder público deverá incentivar a profissionalização especializada para velhos(as), considerando suas habilidades para atividades regulares e remuneradas; estimular a preparação dos(as) trabalhadores(as) para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, estimulando a construção de novos projetos de vida de acordo com seus interesses e com ações sobre seus direitos sociais e fomentar a contratação de pessoas velhas por empresas privadas (BRASIL, 2003).

Isso posto, convém analisar que há um distanciamento entre o direito previsto e o direito vivido, entre a legislação e a realidade vivenciada pelo público velho. Os dados

recentes sobre a educação brasileira demonstram tal contradição. De acordo com o IBGE (2020), em 2019, o Brasil contava com 11 milhões de pessoas com idade a partir de 15 anos analfabetas, dessas quase 6 milhões de pessoas tinham acima de 60 anos. Assim, podemos considerar que o analfabetismo no país revela desigualdades etárias, regionais e raciais, visto que 18% das pessoas velhas são analfabetas, percentual três vezes maior que entre as demais gerações; o analfabetismo na velhice é igual para homens e mulheres (18%); o analfabetismo na velhice é mais recorrente na região Nordeste (37,2%); e entre velhos(as) negros(as) (27,1%) comparado a 9,5% entre velhos(as) brancos(as).

Cabe lembrar que embora o analfabetismo na velhice apareça em percentuais iguais para homens e mulheres, isso não significa que haja igualdade de gênero no acesso à educação, especialmente quando consideramos que as mulheres envelhecem em condições piores que os homens e assumem, muitas vezes, o cuidado com outras pessoas velhas e/ou com outras gerações, como pontuado neste estudo.

Ante os dados que demonstram que o analfabetismo é predominante entre pessoas velhas e negros(as), esse deve ser visto em uma ótica interseccional, na qual os marcadores de gênero, raça, classe e idade saltam como importantes dimensões a serem analisadas, visto a nossa formação social e histórica de base patriarcal, classista e racista, cujos traços reproduzem desigualdades sociais até a contemporaneidade.

(...) o não acesso à educação formal, que se coloca como um aspecto de isolamento para velhos e velhas, e não obstante tais inserções são marcadas pela questão racial, visto que as taxas de analfabetismo são maiores dentre a população velha e negra. Realidade que impacta o acesso e as condições de trabalho, expressando a desvalorização de determinadas profissões, dentre estas o trabalho doméstico. Assim como, baixos salários, desembocando também nas condições de alimentação, moradia e cuidados (RABELO, 2023, p. 16).

Em relação a educação de jovens e adultos (EJA), o Censo da Educação Básica de 2022 aponta que a maioria do público é de pessoas com idade inferior a 30 anos (50,3%), majoritariamente formado por homens (55%), ao passo que os(as) alunos(as) com idade superior a 30 anos são compostos em maioria por mulheres (58,9%). Concernente à raça, os(as) estudantes da EJA são 77,5% de pretos e pardos na EJA de ensino fundamental e de 69,3% de pretos e pardos na EJA de nível médio. A população velha na EJA não mostra maior expressividade. De acordo com ao atual censo escolar, de 2.774.428, 80.839 são velhos e 113.442 velhas matriculados nessa modalidade, equivalendo a 7,002% (INEP, 2023).

Tratando da educação profissional, esse número é ainda menor, composto por 5.860 velhos e 5.644 velhas, correspondendo a 0,53% dos(as) 2.152.506 matriculados(as). O referido documento salienta que as mulheres representam a maioria dos(as) estudantes da educação profissional, exceto dentre o público velho, no qual são minoria. O maior percentual de alunas na educação profissional encontra-se na faixa etária entre 40 a 49 anos, com 62,5% (INEP, 2023).

Os dados acima apontados revelam que a educação de jovens e adultos e a educação profissional ainda não consistem em uma realidade ampla para a população velha e que isso pode ser resultado de diversos fatores, quais sejam a não adaptação de metodologias, recursos, horários, cursos, propostas, localização, espaços físicos, bem como ausência de divulgação ou distanciamento das pessoas velhas. Esses aspectos são percebidos como importantes e mencionados por interlocutoras deste estudo:

Falando de profissionalização, a gente vê que é difícil ir pra uma sala de aula depois de trabalhar o dia todo. Eu já dei aula pros lados de Maracanaú na Educação de Jovens e Adultos e tinha casal. Aí o homem ia e a mulher não ia porque não tinha terminado o jantar, porque esperava o filho chegar do trabalho, botar o jantar. Quanto mais próximo a EJA tiver de casa melhor. E a gente tem que incentivar o idoso a ir porque EJA é pra ele também (Marta, 65 anos).

Nesse curso que a gente tá fazendo agora do (Instituto) Idear, lá a gente percebe a dificuldade. Nós graças a Deus não temos essa dificuldade, mas outros têm. Então a política pública ela deve adequar a sua política educacional à velhice daquele grupo. Você não pode nivelar uma educação para todos os idosos. A velocidade com que a gente aprende também é diferente, pro idoso é preciso mais paciência no nosso aprendizado (Antônia, 69 anos).

Pacheco (2006) corrobora essa discussão, afirmando que a velhice não é considerada pelo mundo do trabalho, exceto no que tange à aposentadoria, nem pela educação, que não reflete sobre o processo de envelhecimento e a capacidade de realização para além da via do consumo. Sobre isso, Medeiros e Azeredo (2020) apontam que os(as) velhos(as) sofrem idadismo no ambiente de ensino, entretanto demonstram estarem dispostos ao aprendizado a despeito das dificuldades inerentes à sua condição física.

Eu entrei no serviço público como escrevente datilógrafa, hoje em dia eu dou dez toques no meu celular, mas eu consigo escrever (risos). Então eu saí da máquina de datilografia teco, teco, teco e vim digitar no celular e computador. Não foi um avanço? Não foi um aprendizado como idosa? (Antônia, 69 anos).

É preciso refletir que a educação não significa transmitir conhecimento, mas formar cidadãos(ãs), intensificando sua consciência crítica, possibilitando a libertação das pessoas e consistindo em um direito humano. Contudo, a pessoa velha na maioria das

vezes não é lembrada nas discussões e agendas das políticas de educação em nosso país, o que pode ser atribuído à associação da velhice à decrepitude, ao declínio cognitivo e a perdas, pois para pessoas com esse perfil o direito à educação formal é negado (RODRIGUES; MAFRA; PEREIRA, 2018).

Reafirmamos que ao tratar da Educação Profissional e Tecnológica, deve-se focar não apenas em atender uma necessidade de formação profissional, mas no compromisso ético-político de transformar seu contexto, as condições em que ela se dá, de forma que se realiza, a partir de uma base unitária, para todas as pessoas. Portanto a omnilateralidade aponta para a necessidade de uma formação integral, contemplando aspectos físicos, mentais, sociais, históricos, políticos, culturais, científicos e tecnológicos (CIAVATTA, 2014).

Outro aspecto a ser considerado é a dificuldade que trabalhadores(as), desempregados(as), subempregados(as) ou pessoas com trabalho precarizado apresentam para conceberem o trabalho como princípio educativo. Em congruência com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005):

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”. (...) É dentro desta perspectiva que Marx sinaliza a dimensão educativa do trabalho, mesmo quando o trabalho se dá sob a negatividade das relações de classe existentes no capitalismo. A própria forma de trabalho capitalista não é natural, mas produzida pelos seres humanos. A luta histórica é para superá-la. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 2).

Essa dificuldade, apontam os autores, se dá pelo fato de ser esse um terreno de tensão, pois seria contraditório considerar educativo um elemento que é fonte de exploração, obrigatoriedade e muitas vezes de adoecimento. É mal remunerado, vivenciado em péssimas condições, vigiado e repetitivo. Ademais, o trabalho no Brasil carrega as marcas da escravização e dos aspectos morais das religiões. Ainda em relação ao trabalho como princípio educativo, é comum que ele seja percebido como reduzido à aprendizagem com a prática, ou seja, aprender enquanto faz (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Manfredi (2016) aborda o caráter histórico da noção de trabalho que vai sendo construída e reconstruída de acordo com os modos de produção e distribuição da riqueza, havendo no capitalismo a fragmentação entre trabalho manual e intelectual, entre concepção e execução, e entre os níveis de escolaridade entre trabalhadores ocupacionais

superiores, intermediários e inferiores. Essa concepção de fragmentação conversa com os elementos apontados por Saviani (2007), que salienta que a dualidade entre educação regular e profissional e entre educação para proprietários e para não proprietários são compreendidas a partir do capitalismo, pois a cisão na educação expressa a apropriação desigual dos meios de produção.

Tais questões são aprofundadas a partir da década de 1990, com reformas na EPT para que coadunasse com as necessidades do neoliberalismo e que significaram o aprofundamento da cisão entre trabalho e educação, bem como da educação voltada aos detentores do capital e a destinada aos que sobrevivem do próprio trabalho. Esse contexto tem sido reforçado ao longo dos anos, haja vista ao contexto de precarização do trabalho, com a uberização e o estímulo ao “empreendedorismo”, e o enfraquecimento das políticas públicas, dentre elas a de educação, atribuindo a responsabilidade da educação e da “empregabilidade” aos próprios indivíduos.

Em contraponto a essa realidade, a formação integrada traz para o centro da discussão uma concepção de educação em disputa na conjuntura brasileira que consiste na decisão entre educar a todas as pessoas ou apenas aquelas, hipoteticamente, mais aptas a aprender, bem como qual tipo de educação deve ser destinada a cada um desses grupos de forma a atender as demandas da sociedade. Isso posto, tal formação impõe o tornar inteiro, superar dualidades, tais como o pensar e o fazer, o manual e o intelectual; além de ultrapassar a ideia de preparação para o trabalho limitada à operacionalização, desconsiderando os fundamentos científicos e a apropriação histórico-cultural que estão na base desses conhecimentos. A formação integrada não é restrita a atender às necessidades do mundo do trabalho, mas visa também garantir o direito a uma formação completa para a compreensão de mundo, para a atuação cidadã, requerendo a compreensão das relações sociais presentes em todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005).

Salientando que, embora fundamental, a escola não seria capaz de, sozinha e de forma isolada, romper a dualidade imposta pela sociedade capitalista, sendo necessária a construção de um projeto de sociedade e de educação que ultrapasse tal realidade, marcada pela injustiça, garantindo a todas as pessoas o acesso ao conhecimento destinado a uma minoria privilegiada e que não alcança as classes trabalhadoras. É importante lembrar que, ao longo da história, a educação foi utilizada para implantar a dominação e a ideologia da classe dominante, bem como proporcionar uma formação dualista de mão de obra a ser explorada pelo mercado de trabalho baseada em saberes básicos, enquanto a classe dominante é formada para ações de comando (SILVA; FIORI, 2021).

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (FREIRE, 1991, p. 126).

Analisar esses aspectos se faz mister, especialmente se considerarmos que a população velha de hoje vivenciou um mundo do trabalho, no qual o trabalho infantil era naturalizado e até mesmo superexplorado, os direitos trabalhistas vistos como benesses ou limitados, e a seguridade social restrita. Assim, muitos(as) possuem uma trajetória de vida na qual se trabalha desde a infância, tendo baixa remuneração e nenhuma formação, o que pode levar a uma velhice mais pobre, frágil e desprotegida socialmente.

Nessa perspectiva o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi pensado, no sentido de contribuir para a superação de tal cenário ao propiciar a integração entre educação profissional e educação básica, rompendo com as dicotomias educação e trabalho, e trabalho manual e intelectual. Dessarte, as pessoas velhas também estão inseridas na proposta do PROEJA, visto a crescente e necessária participação social desse público nos diversos espaços, inclusive educacionais. Portanto, esse programa tem como objetivo integrar o saber e o saber fazer, sugerindo que em função das especificidades de seu público – composto por pessoas jovens, adultas, velhas, trabalhadoras, provenientes do campo, com deficiência, dentre outras – haja a transposição das estruturas rígidas de tempo e espaço. Por conseguinte, os(as) velhos(as) possuem direito à educação, mas também ao respeito a suas particularidades nesse acesso, o que requer adaptações para a aprendizagem (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Levar esse lado cultural é importante. Eles (as pessoas velhas) sabem que existem outras coisas, outro universo. Terem acesso a isso. Eu aprendi a fazer comigo mesma desafios pra minha mente. Por exemplo encontrar uma imagem, desafio de matemática. Muitas vezes eu penso que não vou conseguir responder e eu consigo. Aí já ganho alma nova, já fico estimulada. É preciso levar pra essas pessoas esses desafios. Trabalhar o lúdico também. É claro que você tem que prestar as informações pra ele, mas às vezes eu vejo coisas pra idosos que as pessoas falam em um linguajar que não dá pra entender., palestrantes que usam palavras tão difíceis que a gente não compreende o que ele veio pra falar e ele perde o interesse em participar. Eu acredito que quando usa um linguajar simplificado sem precisar tá enfeitando demais, com certeza, você vai atingir mais esse pessoal e eles vão ter mais interesse. Se você vai dar aula sobre um determinado tema, perguntar pro idoso o que ele conhece sobre esse tema. Se você for chegar pro idoso e falar: vamos falar sobre sustentabilidade. O que é sustentabilidade? Explica pra pessoa o que é senão aquilo ali pra ele não interessa em nada (Vitória, 65 anos).

Outrossim, para as pessoas que foram escolarizadas em tempo e idade próprios a relação entre educação e trabalho ocorre de forma mediada a partir do ensino médio, quando a geração jovem está desenhando seus caminhos profissionais e compreendendo o processo histórico de transformação da ciência em trabalho por meio da tecnologia, portanto, há uma preparação para a atuação profissional. Já para as pessoas jovens e adultas cujas trajetórias não cumpriram tal linearidade, a conexão educação trabalho se dá de forma imediata e contraditória, muitas vezes motivada pela necessidade de ingressar ou retornar ao mercado de trabalho. Portanto, a EJA deve levar em conta o trabalho como realidade concreta da vida de seu público, que produz sua existência sob contradição e desigualdade, sendo importante articular trabalho, cultura e conhecimento (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Dessa forma, a Educação Profissional e Tecnológica não deve ter como foco o atendimento às necessidades do capital, mas se destinar ao desenvolvimento humano, a pensar o currículo de forma a contribuir para a resistência à exploração e a auxiliar os(as) estudantes a compreender as causas de tal exploração, avançando, assim, na emancipação dos indivíduos (SILVA; FIORI, 2021).

Eu mesma tô buscando a cada dia ter mais conhecimento. Finalidade... é pra trabalhar? Não. A finalidade é participar de grupo, é ter assunto, é poder discutir uma atualidade, é a gente tá socializando no dia a dia, a gente não tem que ficar dentro de casa só assistindo televisão. Ter a possibilidade de uma aula, de um projeto, de uma oficina que você vai e aprende (Marta, 65 anos).

É importante pensar que as pessoas velhas apresentam particularidades nesses espaços, visto que são duplamente excluídas, tanto no que se refere ao trabalho, ao não serem consideradas economicamente ativas, quanto no que trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois são na maioria iletradas e tiveram pouco acesso à escolarização. Ademais, é importante lembrar que embora as pessoas velhas frequentem a sala de aula através da EJA, as propostas que envolvem educação profissional não são parte da realidade da velhice brasileira, alimentada pela ideia de que já que pessoas velhas são improdutivas, não há necessidade de educação para elas nessa área (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Nesse sentido, se faz fundamental visibilizar as peculiaridades dos(as) velhos(as) na EJA, para isso é necessário mudar o olhar e as ações em relação ao envelhecimento, o reconhecendo como parte do curso de vida, que assim como as demais possuem peculiaridades e demandam cuidados, com o diferencial de contarem com saberes e experiências adquiridos ao longo da vida. A ausência desse reconhecimento, tem

contribuído para a baixa escolaridade e negação de direitos da pessoa velha, portanto é preciso o acesso à educação ao longo do curso de vida, o acesso às tecnologias e o convívio com as gerações, o que requer a superação dos preconceitos relativos à velhice, que a coloca como oposta à competência e à produtividade. Também urge pensar na educação a partir do olhar das pessoas velhas, que trazem suas demandas, valores, cultura e que podem para além de construir propostas para a velhice, contribuir para a educação intergeracional (SERRA; SILVA, 2016).

Durante a pesquisa os(as) interlocutores(as) em diversos momentos, como veremos ao longo deste estudo, enfatizaram a importância do acesso às tecnologias e a formação para utilizá-las como uma necessidade de seu cotidiano. Isso é observado no relato de Clara:

A educação, ela traz esses conhecimentos no modo geral. Da parte social e também da parte da informática, que é importante porque cada dia o mundo tá... É tudo informatizado, né? Tudo é informatizado, então nós temos a obrigação de saber alguma coisa, porque acontece os golpes justamente por isso, por falta de conhecimento. Não que quem tem conhecimento também não passe por isso, mas eu digo assim, eu vejo muitos idosos nos bancos que ficam pedindo ajuda para terceiros. Mesmo toda hora dizendo que não é para fazer, eles continuam fazendo porque não sabem mexer naquela máquina, né? Eu acho que abrange muita coisa. Educação é conhecimento, tá também no saber da sua importância como pessoa, como cidadão, como tudo (Clara, 72 anos).

A mesma questão é trazida por Osvaldo, que emocionado, relata em meio a lágrimas:

Tenho conhecimento de órgãos privados que promovem formação tecnológica para o idoso, mas a um custo elevado. No Sesc tem, mas eu considero o custo elevado pra muitas pessoas que gostariam de fazer. No Cidadania Ativa¹⁵, na comunidade que eu frequento, lá do Papicu, tomei conhecimento porque encontrei 4 a 5 pessoas da comunidade na cantina e perguntei o que estavam fazendo aqui no Sesc e um deles foi falando: Ah, Sr. Osvaldo, nós viemos aqui pra aula de informativa, aprender smartphone. Foi bom pra mim ouvir isso, sabe? (Chorando). Só sei que eram uns 5 idosos lá do Papicu estavam aqui de manhã tomando café na cantina esperando o curso de informática. Havia uma felicidade tão grande neles. Porque eu sei pouca coisa de lidar com o smartphone e eles não sabiam nada e estavam tendo a oportunidade de aprender (Osvaldo, 76 anos).

O descaso das políticas públicas de educação com a velhice é uma realidade, posto que as pessoas velhas são esquecidas quando se trata do direito e acesso à educação, o que traz impactos negativos a essa população, já que a educação é primordial para a desconstrução de preconceitos e idadismo. Dessarte, o direito à educação é de todas as

¹⁵ *Projeto Cidadania Ativa: uma nova realidade para o idoso*, desenvolvido pelo Sesc Fortaleza em territórios da cidade, com foco no protagonismo da pessoa velha, por meio de um grupo de pessoas velhas que desenvolve atividades com pessoas velhas moradoras desses espaços urbanos.

gerações e se constitui como uma estratégia para a construção de uma sociedade justa e desenvolvida. (RODRIGUES; MAFRA; PEREIRA, 2018).

Assim, o trabalho como princípio educativo é um princípio ético-político, visto que o trabalho é um dever e um direito, devendo propor enfrentamentos às relações de exploração e alienação do trabalho em qualquer situação ou idade. É preciso partir de suas experiências, saberes, realidades, história e cultura para que percebam que alcançar relações sociais mais justas requer lutar por mudanças estruturais, implantações de políticas públicas e efetivação de direitos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). A respeito da valorização dos saberes que a pessoa velha tem, Antônia (69 anos) ressalta que “falando em sabedoria, na educação do idoso tem que se valorizar esse saber que o idoso traz. Você não pode querer inserir só o que tem de novo e não querer saber o que ele sabe. A gente aprende coisas novas, mas o que já vem de raiz soma com isso, né?”

Convergindo para essa compreensão, Oliveira e Toschi (2015) apontam a importância de compreender a condição da velhice na contemporaneidade e as possibilidades de oferta de educação para ela, que carrega conhecimentos e experiências construídas no curso de vida, porém que tais conhecimentos não garantem que essas pessoas acessem aos recursos culturais e tecnológicos. Desse modo, apontam que a educação é uma oportunidade para que a sociedade construa um novo olhar para a velhice e que ela passe a conhecer seus direitos e vivencie novas possibilidades. Além disso, a educação assume um papel político e de ser um espaço de troca de saberes e experiências.

A partir do panorama desafiador ora apresentado, é fundamental lançar um olhar sobre a forma como a educação, incluindo a profissional e tecnológica, é implementada junto à população velha. Acerca desse tema, Reibnitz e Melo apontam que muitas vezes o público da EJA é percebido como infantil ou incapaz, o que dá margem para a desconsideração de suas histórias de vida e saberes, não incentivo ao questionamento e à pesquisa, aplicação de propostas que não atendem aos seus interesses e realidades, resultando em insatisfação com o ensino e a metodologia, desmotivação, reprovação e evasão escolar. Para esses resultados também concorre a adoção de propostas e metodologias homogêneas, que não consideram o pertencimento geracional e étnico-racial dos(as) alunos(as), enquanto o que se espera é justamente o oposto, visto a heterogeneidade de seu público e das suas experiências de vida (REIBNITZ; MELO, 2021).

Sobre isso, convém apontar que a educação básica e profissional destinada para o público jovem, adulto e velho não pode ser elaborada nos mesmos moldes que a educação

regular, o que não equivale a uma perda de qualidade, mudança nos objetivos ou negligência de conteúdos, mas a propor um projeto de educação integral no qual haja a participação ativa dos(as) alunos(as), ação educativa dialogada e transformada contínua e dialeticamente, socialização dos saberes, incorporação dos acúmulos das experiências formativas, organização de conteúdos que possibilitem refletir sobre a origem histórica do conhecimento científico, e confronto entre os saberes dos(as) jovens e adultos(as) com saberes de outras naturezas (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Por conseguinte, deve-se considerar que há pessoas velhas que demandam adaptações físicas, ambientais ou de aprendizagem, envolvendo aspectos como acessibilidade dos espaços físicos, mobiliários, recursos pedagógicos e metodologias, no sentido de prevenir preconceitos e garantir direitos previstos por lei. Logo as metodologias propostas devem levar em conta o contexto sociocultural e as trajetórias dos indivíduos (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

À vista disso, a educação, para além de um direito social, é condição fundamental para o acesso a outros direitos, por conseguinte deve ser considerada como mediação para a construção da cidadania e ao se tratar da educação da pessoa velha, suas características e demandas devem ser atendidas por meio da adoção de metodologias adaptadas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

Do mesmo modo, Ferrigno atenta para a importância da intergeracionalidade, presente na educação formal, não formal e informal. Entretanto, muitas vezes a educação formal foca apenas no objetivo de profissionalização dos(as) estudantes, limitando o processo educativo a repasse de técnicas e comprometendo a criticidade e informações sobre direitos e cidadania (FERRIGNO, 2016).

Nesse sentido, é constante que práticas pedagógicas da EJA adotem um caráter funcionalista, preocupadas em atender os anseios do capital de preparar trabalhadores para o mercado de trabalho, relegando a velhice ao esquecimento uma vez que pessoas velhas são vistas como não necessárias a esse espaço. Outrossim, legislações como a Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa Idosa estabelecem o acesso das velhices à educação, devendo o poder público criar oportunidades adaptadas as suas peculiaridades (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Outro elemento de destaque no PROEJA e em outras iniciativas que contemplam a educação para as velhices é o fato de agregar diversas gerações, tais como jovens, adultos(as) e velhos(as), o que requer metodologias e conteúdos que abordem essa diversidade e sua relação, tanto no que se refere a interação entre alunos(as) como entre

alunos(as) e docentes. Além disto, a educação é potente na produção de significados e consciência crítica, o que possibilita ao público velho o sentimento de contribuição a outras pessoas e a possibilidade de construir projetos de vida (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Isso posto, convém salientar o caráter inacabado do ser humano, uma vez que está em constante processo de aprendizado, desenvolvimento e construção. Tal característica é ainda mais nítida no atual contexto de mudanças rápidas, revolução digital e globalização, portanto a educação é uma necessidade por toda a vida. Assim, conceber que adultos(as) estão no ápice das capacidades alimenta preconceitos contra a velhice e a infância, ambas vistas como inferiores, destituídas do presente.

Visando contribuir para a superação desse contexto, foram pensados atividades e projetos intergeracionais, agregando a velhice e as demais gerações, para além da EJA, tais como as escolas abertas do Serviço Social do Comércio (Sesc) em 1977, nas quais eram ofertados cursos sobre temas da atualidade e do processo de envelhecimento. Essas iniciativas foram ampliadas a partir dos anos de 1980, quando algumas universidades brasileiras criaram as chamadas faculdades e universidades abertas, nas quais conviviam pessoas velhas e graduandos(as), propiciando interação e trocas de experiências (FERRIGNO, 2016).

A educação é essencial para todas as gerações. No que tange aos(às) velhos(as), possibilita sua participação social, oportuniza acesso a novos conhecimentos, contribui na manutenção da funcionalidade e efetiva acesso a conhecimentos e a direitos. Cabendo lembrar que pessoas velhas não são crianças, foram excluídas da escola e são oriundos de contextos socioculturais particulares, apresentando necessidades específicas seja devido a condições biológicas da idade, seja pelo longo tempo longe das atividades de escolarização ou por aspectos sociais, o que pode representar dificuldades cognitivas, motoras, visuais, dentre outras. Entretanto, tais desafios podem ser superados com metodologias e recursos pedagógicos adaptados a essas realidades (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Concordando com a necessidade de adaptação de conteúdos, espaços e metodologias para pessoas velhas na EPT, mas também entendendo que esses aspectos não dão conta do universo de uma educação para as velhices, é preciso ir além e decifrar quais são seus desejos, sobre o que querem aprender e ensinar, o que querem construir tendo suas experiências como base e como a educação pode contribuir para que a velhice seja um tempo também de realizações, desenvolvimento e dignidade.

Sobre isso, estudo realizado por Gasparoto, Venturi e Vilas Boas (2016), identificou que houve uma ampliação da demanda de pessoas velhas pelo curso de cuidador de idosos(as), o que evidencia um fenômeno da contemporaneidade que é a de pessoas velhas cuidando de outros(as) velhos(as), segundo apontamos anteriormente neste escrito. Dessa forma, os autores concluem que as instituições educacionais devem estar atentas ao movimento da realidade e ofertar cursos que atendam aos interesses dos(as) velhos(as).

Ademais, participar de atividades formativas está relacionada à autonomia, à sensação de poder contribuir para a sociedade, à independência e ao estímulo à capacidade cognitiva, daí a importância de possibilitar cursos que proporcionem o desenvolvimento de novas habilidades, a aquisição de novas experiências e o incentivo a sua capacidade funcional. Para isso é fundamental que mais pesquisas sejam realizadas para compreender como atender às demandas e interesses desse público, estimulando assim sua participação e acesso à educação (GASPAROTO; VENTURI; VILAS BOAS, 2016).

Portanto, para além da adaptação de metodologias e conteúdos, a educação voltada para a velhice deve ser planejada a partir de questionamentos sobre o porquê, finalidade, o que, onde e como essa educação será ofertada para os(as) velhos(as), posto que deve ser transformadora, estimular a convivência intergeracional e promover o envelhecimento digno para todas as pessoas (VIEIRA, 2020).

Assim, tais metodologias e recursos devem considerar não apenas a heterogeneidade da velhice presente nesses espaços, mas também a geracional. Conforme apontado por Ferrigno (2016), esses espaços educacionais criam também oportunidades de processos informais de educação entre as gerações a medida em que convivem, constituindo interessante coeducação entre elas seja entre professores(as) e alunos(as), alunos(as) de diversas idades ou alunos(as) e funcionários(as). Nesse contexto todos(as) aprendem com todos(as) (FERRIGNO, 2016).

Embora não haja um rol taxativo de contribuições de uma geração a outra, consideramos que as pessoas velhas podem proporcionar conhecimentos demandados pela juventude, o que envolveria cuidado, treinamento, e suporte material, enquanto os(as) jovens podem destinar seu potencial para atender às necessidades de pessoas velhas, tais como transmitir conhecimentos sobre tecnologia, desenvolvendo assim seu senso de cidadania. Essa interação contribui para a desconstrução de estereótipos relativos a ambas as gerações. Além disso, a intergeracionalidade oportuniza que a velhice

transmita legados, histórias de vida e experiências, o que possibilita perpetuação de valores, culturas e instituições sociais (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Por outro lado, cabe destacar que embora as legislações sociais tenham representado um avanço na garantia de direitos da população velha, dentre eles trabalho, profissionalização e educação, esses direitos ainda não se concretizam na realidade vivenciada pelos(as) velhos(as). Alcântara (2021) aponta nessa direção ao afirmar que embora avanços sejam percebidos, prevalece no imaginário social a imagem da velhice vinculada ao passado e às lembranças, contribuindo para a homogeneização do que é ser velho(a), ampliação de preconceitos, violação de direitos e a percepção da velhice como incapaz de construir e vivenciar projetos de vida. Assim sendo, é imprescindível promover a solidariedade intergeracional e uma cultura de valorização da velhice, criando espaços de interação entre as gerações para prevenir o distanciamento entre elas e o estranhamento aos(as) velhos(as) (ALCÂNTARA, 2021).

Considerando o acima exposto, a Educação Profissional e Tecnológica assume o desafio de construir igualdade política e social em um contexto de fortes desigualdades, adicionadas às demandas de adaptação de metodologias, conteúdos e recursos às diversidades e especificidades de seu público, que também envolve pessoas velhas, haja vista o PROEJA (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Corroborando essa questão, Ciavatta (2014) aponta que tal educação não deve se apoiar apenas na adaptação às exigências impostas pelas transformações no mundo do trabalho, tais como a flexibilização produtiva, a desregulamentação de direitos, o incentivo ao empreendedorismo, aos programas aligeirados de aprendizagem dentre outras, mas considerar as condições históricas que permeiam a vida das pessoas, visando transformar a Politecnia, a educação omnilateral e a formação integrada em ações.

Dessarte, Sá (2006) reflete que falar de educação e envelhecimento é tratar do ato educativo como repleto de oportunidades de trocas, empoderamento, inclusão e transformação. Para a autora, esse processo diz respeito a aliar a sabedoria da velhice ao conhecimento científico, teológico e filosófico, englobando informação, cultura e valores, integrando saberes, tradições e experiências.

Ademais, o apagamento da velhice nas legislações que regulamentam a educação no país é sintomático, uma vez que a EJA na perspectiva da educação ao longo da vida, nessas legislações, exclui a velhice da proposta como se o envelhecimento não fizesse parte do curso de vida ou que a aprendizagem fosse algo oposto a envelhecer. O silenciamento da velhice e o seu esquecimento promovem lacunas nas políticas públicas,

dentre elas a de educação, pois se conhecimento significa poder na sociedade da informação, alijar os(as) velhos(as) da educação é uma forma de vulnerabilizar e invisibilizar suas contribuições e suas necessidades.

Nesse sentido, urge desenvolver uma Educação Profissional e Tecnológica que contemple as múltiplas realidades dos(as) velhos(as), não se restringindo à preparação para a empregabilidade ou retorno ao mercado de trabalho, mas em uma perspectiva de contribuir para a construção dessas pessoas como participantes críticos, gerando análises sobre o envelhecimento no capitalismo, estabelecendo o trabalho como princípio educativo, atento às suas necessidades e que valorize suas experiências na construção do conhecimento. Enfim, que seja construída uma EPT para velhos(as), com base na educação pensada por Freire (2015), estimulando debates sobre assuntos de seu interesse e sobre suas realidades, adicionando elementos a esses aspectos de forma dialogal, se distanciando de uma educação mecanicista ao proporcionar uma transição da ingenuidade para a criticidade e a integração com a realidade.

Ainda nos apoiando em Freire (2015), uma educação ligada à democratização, que perceba os participantes não como pacientes ou beneficiários passivos do processo educacional que não conversa com sua existência, mas participantes ativos, críticos e construtores desse processo por meio de uma concepção de educação como um ato de criação que originam outros atos também criadores.

Assim, a educação, identificada com a realidade dos indivíduos, deve colaborar na organização reflexiva do seu pensamento, disponibilizando meios e instrumentos para superar a ingenuidade perante sua realidade e construir uma criticidade sobre ela, para que assim essas pessoas tomem completa ciência de suas problemáticas e se instrumentalizem para a transformação de suas realidades (FREIRE, 2015).

4 ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA, UM DIREITO GARANTIDO?

No presente capítulo refletiremos sobre as categorias teóricas articuladas às categorias empíricas emergidas das narrativas das pessoas velhas interlocutoras deste estudo durante os encontros do grupo focal e as entrevistas semiestruturadas.

Suas falas carregam inúmeras questões essenciais à compreensão sobre o envelhecimento e a velhice, que também encontram amparo nas discussões gerontológicas contemporâneas. Nessa perspectiva, emergiram quatro categorias, quais sejam: intergeracionalidade, aposentadoria e tempo livre, letramento digital e Educação Profissional e Tecnológica em uma ótica gerontológica.

Isso posto, organizamos este capítulo nos tópicos: 4.1. A intergeracionalidade como estratégia e desafio para a construção de uma educação antiidadista; 4.2. Aposentadoria e tempo livre: significados no envelhecimento; 4.3. Letramento digital: pertencimento social e prevenção à violação de direitos; e 4.4. Perspectivas para uma Educação Profissional e Tecnológica em uma ótica gerontológica.

4.1 A intergeracionalidade como estratégia e desafio para a construção de uma educação antiidadista

Embora a pesquisa que originou esta dissertação não tenha tratado a respeito das relações intergeracionais, esse foi um tema recorrente nas interações dos(as) participantes, tanto nos encontros do grupo focal, quanto nas entrevistas semiestruturadas, nos quais enfatizaram a conexão entre a educação de pessoas velhas e o convívio com outras gerações, como discutiremos no presente tópico.

Esse achado da pesquisa coaduna com as ideias de Ferrigno (2016), para quem educação e geração são inseparáveis, pois a educação pressupõe a sucessão e a renovação das gerações através da transmissão da experiência. Nesse sentido, a coeducação entre as gerações se dá com o público velho sendo ao mesmo tempo educando e educador e pode ser observada tanto na interação entre aprendentes de idades diversas, como entre estudantes e funcionários(as) e estudantes e professores(as).

Nesse contexto, todos(as) aprendem com todos(as), mas há especificidades geracionais. É mister ponderar que não é possível estabelecer com exatidão o que cada geração ensina e aprende nessa interação, bem como considerar que quem e o que se ensina e aprende varia conforme a sociedade se organiza. Entretanto, se observa que nas relações intergeracionais os(as) velhos(as) ensinam, especialmente, sobre saberes éticos,

práticos e experiências de vida, bem como oportunizam exemplos de envelhecimento e de convivência com a velhice. Já os(as) jovens podem ofertar aos(às) velhos(as) atualização de conhecimentos, a revisão de conceitos sobre juventude e acerca dos mitos que a envolvem (FERRIGNO, 2016).

Do mesmo modo, as pessoas velhas transmitem aos(às) mais jovens aspectos fundantes de sua cultura, visto que na maioria das sociedades a responsabilidade pela manutenção e repasse cultural é destinada à velhice. Nessas interações, podem ocorrer conflitos para que esses valores sejam incorporados pelas gerações mais novas, sendo também possível que em conjunto as gerações revejam, adaptem ou adotem novos valores, robustecendo a cultura existente (SANTOS, 2003).

Nessa continuação, Bosi (1994) salienta a função social do lembrar pertencente às pessoas velhas, apontando que:

Há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos têm de tornar presentes nas famílias os que se ausentaram (...) Essa vontade de revivescência arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre no modo constitutivo do presente (BOSI, 1994, p. 74).

É o que também sublinham as narrativas abaixo.

O Espedito Seleiro¹⁶ ensinou a arte dele às gerações seguintes da família dele. Ele tá bem idoso e se preocupou com isso. Porque ele aprendeu com o pai e agora ele já ensinou pros filhos e netos dele, pra arte da família, a tradição não morrer (Joana, 67 anos).

Penso assim... as pessoas têm que ter um momento pra conhecer a memória do idoso sobre a sua comunidade. Como surgiu esse bairro, essa comunidade? Como você chegou aqui? O que tem aqui? Conhecer o antes e o agora, só o idoso pode dizer isso (Vitória, 65 anos).

A educação, nesse sentido, possibilita dignidade e qualidade de vida às pessoas velhas e caminhos para que a intergeracionalidade se efetive, construindo saberes com a participação das gerações envolvidas (SERRA; SILVA, 2016), inclusive no partilhar e construir memórias. Porém nem sempre essa interação entre pessoas de diversas gerações é realizada de forma agregadora, o que pode se dar por inúmeras razões, dentre elas o idadismo.

¹⁶ Espedito Seleiro tem 83 anos, é Mestre da Cultura do Ceará e seu artesanato em couro é conhecido mundialmente. Para saber mais: <https://www.ceara.gov.br/2022/03/18/reconhecimento-a-arte-do-mestre-espedito-seleiro/>.

Sobre isso, convém apontar que a lógica capitalista, que permeia todos os âmbitos da sociedade, inclusive a educação, preza pela produtividade e impõe a juventude como padrão e meta, não vê na velhice sujeitos aprendentes nem potenciais de desenvolvimento que vão além de sua capacidade produtiva para o sistema. Esse contexto tem na ausência de políticas educacionais destinadas ao público velho um exemplo de sua segregação e apagamento (PAULA, 2009).

Nessa conjuntura, a valorização está centrada nas idades jovem e adulta, essas representando o “capital humano”, dotado de produtividade e lucratividade, na lógica do capital. Outros atributos da vida humana perdem o significado diante dessa lógica coletiva de financeirização e utilitarismo da vida, na qual o valor é atribuído ao vigor físico em uma ótica de que jovens e adultos podem produzir mais e mais rápido, e a qualificação da vida é feita a partir do que se possui ou pode vir a possuir (LIMA; STACH-HAERTEL, 2022).

Por consequência, estabelecer relações intergeracionais integradoras e equitativas se constitui como um desafio em uma sociedade na qual é retirado da velhice o reconhecimento ao seu potencial e a sua importância histórica, desautorizando pessoas idosas sobre sua trajetória de vida e que adota a juventude como valor. Além disso, nessa sociedade o valor do tempo e das pessoas está associado ao valor financeiro por elas alcançado. Essa conjuntura impacta a convivência intergeracional, estimulando preconceitos (LIMA; STACH-HAERTEL, 2022).

De igual forma, a imagem vinculada à velhice é de decrepitude, decadência, construindo uma imagética negativa do envelhecimento e da velhice, que geram e fortalecem preconceitos, bem como a negação do próprio envelhecimento. Portanto nosso caldo cultural nos leva ao estranhamento de algo próprio à vida, visto que todos(as) estamos em processo de envelhecimento.

Assim, a velhice é invisibilizada, tanto de forma material como de forma simbólica, sendo considerada desinteressante, o que se deve ao desconhecimento, individualismo e a disputa pelo poder, inclusive entre as gerações (BRITTO DA MOTTA, 2018).

Logo, a velhice é subjugada a uma posição de marginalidade e enfrenta diversas barreiras sociais e atitudinais para a efetivação de seus direitos haja vista os imperativos de agilidade, modernização e produtividade, cujos ritmos e exigências não são acompanhadas por aqueles(as) que envelheceram. Dessa forma, convém elucidar que o público velho teve sua trajetória acompanhada por desigualdades de acesso a vários direitos, dentre eles à educação (MEDEIROS; AZEREDO, 2020).

Em relação às barreiras sociais e atitudinais, manifestas também em práticas idadistas, essas também estão presentes na educação, atingindo pessoas com idades, consideradas por essa prática, inadequadas ou estranhas ao espaço escolar. Um exemplo disso foi amplamente divulgado na mídia e se referiu ao idadismo sofrido por uma aluna de 45 anos que cursa Biomedicina na universidade Unisagrado localizada em Bauru – São Paulo¹⁷. Em vídeo, colegas de turma, debochavam da referida aluna, mencionando frases como: “gente, quiz do dia: como ‘desmatricula’ um colega de sala?”; “‘mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada’”; “gente, 40 anos não pode mais fazer faculdade. Eu tenho essa opinião”; “não sabe o que é Google”.

As matérias publicadas sobre o fato ganharam grande repercussão social e impressionam por expor que o idadismo tem atingido pessoas que sequer chegaram cronologicamente à idade definida como ingresso na velhice, o que demonstra que a juventude tem se firmado como um valor em nossa sociedade e aponta para as barreiras impostas a quem envelhece para acessar direitos.

Ademais, promovem reflexões sobre as diversas opressões que se interseccionam com o idadismo, a exemplo das de gênero, classe e raça, quando lembramos que muitas mulheres negras e pobres só conseguem acessar a educação na idade adulta ou na velhice. Às mulheres foi atribuída a função do cuidar, o que faz com que muitas delas acabem por não terem condições de vivenciar a escolarização e o acesso ao mercado de trabalho, o que desemboca em um grande número de mulheres velhas analfabetas, sem acesso à renda e à aposentadoria.

Sobre isso, Menezes (2017) contribui explicitando que a desigualdade de gênero permeou a história da educação em nosso país, possibilitando o acesso de homens ao ensino formal e a negação desse direito às mulheres. Além disso, o casamento e a maternidade compulsórios e em tenras idades impostos às mulheres hoje velhas, fizeram com que a educação não fosse uma realidade para elas.

Desde a infância, as mulheres são levadas a serem mães/ cuidadoras, através do brincar de boneca, passando até à função de cuidadoras dos(as) irmãos(ãs). Em geral, as mulheres entendem que têm um futuro papel a desempenhar, onde os cuidados são transferidos para filhos(as), companheiros(as) e netos(as) (MENEZES, 2017, p. 169).

Também é preciso afirmar que as violências e preconceitos nem sempre se expressam em posturas agressivas, mas também estão presentes no excesso de cuidados,

¹⁷ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2023/03/11/video-de-universitarias-de-sp-debochando-de-colega-por-ter-40-anos-viraliza-e-gera-indignacao.ghtml>

que restringem a autonomia e a independência; na infantilização e despersonalização; na ideia de que todas as pessoas velhas possuem declínios cognitivos, motores, auditivos e/ou visuais; assim como nas posturas de *overhelping*, ofertando ajuda ou apoio excessivo, sem que a pessoa velha necessite, requeira ou esteja de acordo, pressupondo que essa não seja capaz de desempenhar a ação desejada (BRITTO DA MOTTA, 2018).

Eu ouvi dizer aqui que você chega numa sala de jovens, eles te apoiam, mas não é bem assim, não! Eu já sofri essa discriminação. Eu fazia Pedagogia na UECE (Universidade Estadual do Ceará), aí larguei e fui fazer outros cursos, outras coisas e depois eu voltei. Mas quando iam formar as equipes, né? Isso faz uns cinco anos, eu fui pra faculdade até 65 anos. Quando iam formar as equipes, em um instante formavam as equipes e eu ficava de fora. Eu tive a sorte de ter um rapaz que também já era meio... Já era adulto, né? Já tinha mais de 30 anos e era do grupo de oração da minha filha, então ele ficava na intermediária, ele nem era tão jovem quanto os outros, nem era tão velho como eu. Aí ele fazia essa mediação. Ele me levava lá para o grupo dele, né? E aí na hora das apresentações as meninas ficavam admiradas porque achavam que eu não iria dar conta, né? Eu aceitava o preconceito que elas tinham (Antônia, 69 anos).

Educação pra idoso tinha de jovens e adultos, né? Que o adulto incluía idosos, mas eu não tenho experiência. Conheço quem começou a frequentar e não gostou, entendeu? Não foi muito bem acolhido, né? Por ser idoso... (Marta, 65 anos).

Eu já vi idoso dizendo que queria estudar, ir pra faculdade, fazer um curso e comentou com o filho, com o vizinho e ouviu: o que é que velho quer estudando? Ele quer aprender pra ler o letreiro de um ônibus e não pegar o ônibus errado, ele quer ler os remédios que vai tomar, pra muitas coisas e ele pode fazer curso até profissionalizante, se ele quiser (Paula, 69 anos).

Eu mesmo, eu já senti, não de eu ser excluída, mas eu já cheguei em locais que tinha idoso atendendo e eu olhei e achei estranho. E assim... Eu sou idosa, quer dizer... Eu não discriminei, mas eu tive impacto, né? Eu tive impacto e o resultado do atendimento foi tão bom, não ficou aquém do que eu esperava, né? Pensar: Ah, eu vou demorar se aquela pessoa for me atender, ela vai ser lenta. Será que ela vai saber? Enfim... (Marta, 65 anos).

Essa aposta na incapacidade ou o excesso de cuidado, retirando por vezes a autonomia da pessoa velha, podem ser observados nos diversos espaços sociais, abarcando tanto o espaço público, como escolas e universidades, como espaços privados, como o âmbito familiar e de relacionamentos, como bem apontados nas narrativas abaixo.

Existem mulheres que casaram, tiveram filhos e sempre fizeram o que o marido quis. Eu conheço senhoras que pra pintar o cabelo de vermelho perguntam ao filho se podem. Eu sempre fiz o que quis. Quando eu conheci meu marido, meu filho tinha ciúme e não queria, não. E eu disse: problema seu, você é casado, tem sua vida e eu vou viver a minha. Ainda sou nova, vou me dar essa oportunidade de ser feliz, goste você ou não (Paula, 69 anos).

Eu acho que a situação do idoso poderia melhorar se tivesse várias instituições que fizessem como o Sesc está fazendo para que o idoso possa se reerguer e deixar de viver só no convívio familiar, escondido, isolado. Às vezes a família prende o idoso em casa, não quer que saia, e o Sesc consegue trazer pras suas dependências e o idoso fica em condições melhores de vida. Tem diversas

atividades, tem a hidroginástica, a natação, muito boas para o exercício dos idosos. Tem a ginástica também, musculação, né? Tem o esporte também, ele pode fazer. Proporcionar ao idoso que ele participe de atividades esportivas também. A projeção de vídeos deveria constar em programação semanal por aí na cidade. Atividades que possam incentivar para que o idoso se sinta animado para viver e não viva de acordo com o que dizem pra ele (Osvaldo, 76 anos).

Nesse chão histórico, as gerações se constituem de forma distanciada umas das outras, o que contribui para preconceitos e conflitos intergeracionais, sendo essencial a educação das gerações para que essa lógica seja desconstruída (PAULA, 2009). Portanto, cumpre refletir que são fundamentais as iniciativas intergeracionais nessa sociedade marcada por novas tecnologias, mudanças instantâneas, consumismo e desvalorização da velhice e dos saberes ancestrais, que remetem a uma perda da função social da velhice (FERRIGNO, 2016).

Nessa perspectiva e considerando a ampliação do idadismo no mundo, como anteriormente pontuado neste estudo, a Organização das Nações Unidas em seu Relatório Mundial sobre o tema salienta que o idadismo é uma violação de direitos humanos e impacta diretamente na saúde, nos aspectos psicossociais e econômicos (WHO, 2021).

Ademais, o idadismo se manifesta de três formas, quais sejam os estereótipos (como pensamos), os preconceitos (como sentimos) e a discriminação (como agimos), sugerindo para a prevenção desses aspectos a criação de políticas públicas antiidadistas, a promoção de iniciativas intergeracionais e o desenvolvimento de ações educativas sobre o envelhecimento (WHO, 2021).

Concordando com essa questão, Britto da Motta (2018) sublinha que esse cenário demanda ações educativas e de estímulo às relações intergeracionais, posto que a ausência de convívio com os(as) velhos(as) concorre para que as demais gerações não conheçam como essas pessoas vivem e se sentem, acabando por não valorizar suas contribuições e saberes.

Há, assim, uma conexão entre conhecimento, atitudes e estereótipos relativos ao envelhecimento e às pessoas velhas, ao passo que esses aspectos orientam a sociedade sobre a forma que percebem e tratam esse público. Dessa forma, a educação para o envelhecimento pode facilitar a desconstrução do idadismo, pois o acesso à informação sobre o tema e a percepção mais realista da velhice pode possibilitar mudanças de pensamentos e comportamentos em relação às pessoas velhas, sendo necessário que esse processo se dê durante todo o curso de vida para todas as pessoas (TODARO; CACHIONI, 2016).

Na contramão da lógica dominante, a intergeracionalidade pode significar uma estratégia para estabelecer relações igualitárias e focadas na integração, colaboração e solidariedade (LIMA; STACH-HAERTEL, 2022), lembrando que essa ocorre nos espaços intra e extrafamiliares e, que se o conceito de geração pressupõe uma perspectiva dialética, na qual é construído e reconstruído, as relações entre elas também se dão dessa forma (FERRIGNO, 2010). Outrossim:

Convém notar que as dimensões de classe, gênero e raça estão presentes na forma como a intergeracionalidade se constrói. Elementos acerca desses aspectos podem ser percebidos no cotidiano brasileiro a exemplo do crescente desemprego, subemprego e empobrecimento da população, que, dentre outros impactos, leva filhos/as e netos/as a retornarem ou permanecerem morando com seus pais, mãe, avôs e/ou avós (...) Outra questão que salta aos olhos é o genocídio da juventude negra, que afeta diretamente na forma como a intergeracionalidade é vivenciada, além de impactar na disponibilidade de fontes de cuidado e suporte às pessoas idosas nessas famílias e comunidades. Já em relação a gênero, a intergeracionalidade é por ele impactado ao lembrarmos de que o cuidado é permeado por essa questão, visto que as mulheres vivem mais que os homens, mas isso não significa que vivam em melhores condições que eles, pois, em virtude das desigualdades de gênero acumuladas ao longo do curso de vida, envelhecem mais pobres, sozinhas e frágeis (NOGUEIRA; COSTA, 2022, p.18).

No que se refere às relações intergeracionais intrafamiliares alguns aspectos se destacam, haja vista o crescimento dos lares multigeracionais; o suporte intergeracional bidirecional, marcado não só pelo cuidado ofertado pelas pessoas mais jovens às pessoas velhas, mas também pelos(as) velhos(as) representarem fonte de suporte de diversas ordens para as demais gerações, incluindo manutenção financeira, tarefas domésticas e cuidado; conflitos; dentre outros elementos (LOPES, 2008).

Ressaltando-se que nos lares multigeracionais, a coabitação de diversas gerações pode significar fonte de cuidados aos/às longevos/as, mas também pode gerar situações de conflito, violência e/ou sobrecarga das pessoas idosas, que passam a ofertar fontes de suporte emocional, de cuidado para com as gerações mais novas, além da manutenção financeira das despesas familiares (NOGUEIRA; COSTA, 2022, p.18).

Se há um crescimento dos lares multigeracionais, por outro lado se presencia um distanciamento entre as gerações, decorrente, além do contexto social apontado acima, da segregação geracional, a partir da qual as gerações interagem apenas com seus iguais em espaços sociais determinados (LOPES, 2008).

Lima (2008) explica que, na conjuntura citada, o respeito à experiência dos(as) velhos(as) é transferido para a tecnologia, o que também é observado por Bosi (1994) para quem a sociedade rejeita as pessoas velhas e seu legado, não oferecendo possibilidades de sobrevivência a sua obra, pois é a posse de propriedades que dita a

valorização ou não dos(as) velhos(as). Se a pessoa velha não possui e nem produz passa a ser tutelada como criança. Assim, para a autora as pessoas agem de forma contraditória, uma vez que ao incorporar esse ideal societário preparam seu próprio futuro nessas condições de segregação e desvalorização.

Perspectiva também destacada por Ferrigno (2016), para quem as rápidas mudanças tecnológicas e o desprezo à memória contribuem para que os(as) velhos(as) percam poder e função social, ao passo que os grupos e centros de convivência colaboram para que pessoas velhas se isolem em seu grupo geracional, embora essas iniciativas viabilizem convivência, autoconhecimento, socialização e formação de vínculos afetivos.

Esse isolamento de outras gerações surgiu no relato de uma das interlocutoras, apontando o idadismo como força motriz para um possível desejo de vivenciar o convívio restrito à própria geração.

Era bom se tivesse uma sala só pra alfabetizar idosos ou de curso só pra idosos, porque muitas vezes o idoso não quer estar com os jovens. Ele se acha melhor com a turma dele. Eu não, eu gosto de andar com jovens (Paula, 69 anos).

Língua estrangeira pra idoso seria bom, porque quando você está aprendendo e você tá numa turma da sua mesma faixa (etária), você não sofre discriminação, porque por mais que a gente bote por baixo, a discriminação existe (Antônia, 69 anos).

A respeito do convívio e a integração entre as gerações, os resultados apontam para a existência de colaboração e de conflitos, visto que as relações e as gerações são heterogêneas. Entretanto, os benefícios mais recorrentes são troca de ideias, de afeto e de cuidados; ampliação da autoestima, sentimento de pertencimento, modificação das percepções em relação à velhice; prevenção e dissipação de preconceitos (LOPES, 2008).

Concordando com Lopes (2008), Nogueira e Costa (2022) atribuem ainda como importância das relações intergeracionais:

(...) Favorecer a sensibilização para o processo de envelhecimento; o respeito às diferenças, inclusive geracionais; a construção de uma gerontocultura; estimular a comunidade para atuar como parte da rede de suporte social informal às pessoas idosas; a publicização das múltiplas velhices e dos aspectos que as compõem; a manutenção da transmissão e dos intercâmbios de conhecimento e valores entre gerações; ampliação do contato, diálogo e relacionamento entre as gerações envolvidas; prevenir preconceitos etários e mitos idadistas; prevenção ao isolamento social e a solidão; desenvolvimento de novas aptidões e saberes; ressignificação da identidade social; ampliação do sentimento de pertencimento; educação das demais gerações para o envelhecimento; inclusão digital das pessoas idosas; estímulo ao resgate de brincadeiras e brinquedos tradicionais; troca de saberes, experiências e vivências; interação entre tradição e tecnologia; contato dos mais velhos com aspectos da contemporaneidade; criação de vínculos afetivos fora do contexto familiar e coeducação entre as gerações (NOGUEIRA; COSTA, 2022, p. 12-13).

É nesse âmbito que a coeducação intergeracional é constituída tanto no espaço familiar, como nos espaços públicos a partir do convívio entre as gerações, consistindo em uma educação permanente que pode ocorrer em programas educacionais, sociais, de lazer, cultura, dentre outros (CÔRTE; FERRIGNO, 2017).

Igualmente, convém destacar que os(as) participantes dessas ações também podem atuar como multiplicadores de uma cultura intergeracional, levando a outros espaços de convivência sua experiência e vivência sobre o tema. É o que contou, com entusiasmo, Cláudia (69 anos).

Foi participando do Conectivid@des que eu fiquei sabendo sobre Gerontologia, intergeracionalidade... A gente teve atividade intergeracional no projeto, né? E eu tive oportunidade de colocar em prática lá na minha Igreja. Eu fui convidada pra apresentar uma dinâmica lá para toda a igreja, era aniversário do pastor. Aí eu tive essa ideia. Eu tinha aprendido sobre intergeracionalidade. A dinâmica era “pra quem eu tiro o chapéu”, mas só que de uma forma diferente. Era uns... não lembro quantos, quantos chapéus. Para cada chapéu tinha um tema dentro do chapéu, uma palavra que ele mesmo, o aniversariante, que era o pastor, tinha que falar sobre aquele tema. Mas para cada chapéu eu tinha que escolher uma pessoa. Aí eu tive a ideia de fazer a intergeracionalidade. Escolhi uma criança, um adolescente, um jovem, uma adulta e uma idosa pra participar. Aí de repente eu me vi praticando ali, exercendo a intergeracionalidade, né? A junção das idades. Foi muito bom! Então são coisas assim que eu tenho aprendido e tido a oportunidade de colocar em prática.

Nesse diapasão, a educação intergeracional, seja desenvolvida em programas intergeracionais ou como método pedagógico, coaduna com a educação permanente, contribuindo para sua consecução. Consequentemente, contribui para fortalecer a ideia de que os indivíduos aprendem durante todo o curso de vida; para reconhecer a diversidade cultural, de valores e atitudes das diferentes gerações, identificando diferenças e semelhanças; para estimular a aprendizagem integrada e a educação multidimensional, agregando saberes intelectuais, físicos, éticos, estéticos e emocionais; para aproximar escola e comunidade, por meio de programas intergeracionais; para conhecer e estimular os potenciais de pessoas de todas as idades; bem como para oportunizar os quatro pilares da educação ao longo da vida, quais sejam ensinar a viver juntos(as), ensinar a conhecer, ensinar a fazer e ensinar a ser (VILLAS-BOAS, 2017).

Reconhecendo que sempre é tempo de aprender, pois os seres humanos estão em processo de construção constante, a educação permanente, se mostra como fundamental, visto o inacabamento dos indivíduos, o que vai de encontro à ideia de que a perfeição humana é alcançada na idade adulta e segue em declínio na velhice (FERRIGNO, 2016).

Assim, a coeducação intergeracional pode ser observada nas ações de educação formal, não formal e informal, sendo importante realçar que conhecimentos e vivências

não são transmitidos de forma automática de uma geração a outra. Dessa forma, a coeducação intergeracional não ocorre apenas com a coexistência de pessoas com idades diversas em um determinado espaço ou atividade, o que caracterizaria a multigeracionalidade. A intergeracionalidade pressupõe diálogo de experiências, interação e construção de vivências em conjunto (FERRIGNO, 2010), o que pode ser notado nos relatos de Joana (67 anos) e Cláudia (69 anos):

Também foi importante uma coisa. A gente também foi nas escolas com o Conectivid@des, através da integração com as crianças, né? Que é a intergeracionalidade, que é muito importante, né? E o Sesc faz isso muito bem, porque ele tem esses projetos que tem todas as idades, né? A gente fez com os meninos das escolas municipais. Eu só tinha experiência de tá em grupo de idosos, né? Foi uma experiência muito boa, porque a gente levou um trabalho lúdico para eles, onde eles pudessem se integrar com a gente, né? Foi maravilhoso! A gente conheceu a história deles e eles conheceram a nossa história. Aí a nossa atividade foi uma brincadeira que é a de uma roda com todo mundo e umas malhas no meio. Aí uma pessoa falava: vamos levantar! Vamos baixar! E tudo mais... Aí a gente ia fazendo essa roda e ia se ajudando um ao outro, né? Cooperação... (Joana, 67 anos).

A primeira instituição que a gente foi pelo Conectivid@des eu escolhi trabalhar com as crianças. Eu li o livro, a história para eles. Depois da leitura, eles contaram com as palavras deles a mesma história e aí pedi pra eles dramatizarem. A gente fez tipo leitura dinâmica, sabe? Foi muito importante (Cláudia, 69 anos).

Além de projetos intergeracionais como o citado por Joana, a intergeracionalidade pode ser observada na educação formal, sendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) um dos principais espaços em que ela pode ocorrer, entretanto é necessário realçar que por vezes há uma tecnicização do processo educativo, a partir da priorização de uma profissionalização deslocada da formação de indivíduos críticos (FERRIGNO, 2016). Essa realidade compromete a construção de interação, de reflexão sobre aspectos geracionais e direitos, de valores como solidariedade e respeito, dentre outros entraves.

Da mesma forma, Gohn (2006) notabiliza que os espaços de educação formal que contemplam formação técnica e profissional, a exemplo da EJA, atendem a um público intergeracional e heterogêneo não apenas na questão etária, mas coexistindo aí diversos determinantes sociais tais como classe, gênero, raça, etnia, cultura, religião, pertencimento geográfico, dentre outros. Essa condição aponta para o indispensável conhecimento sobre quem é a pessoa velha que se encontra na escola e até mesmo as que não estão, mas podem ingressar nela (PAULA, 2009).

Tratando sobre educação de pessoas velhas, Macacchero e Almeida (2009) relatam a experiência do projeto Sesc Ler, que consiste em um projeto de Educação de Jovens e Adultos desenvolvido pelo Sesc e que congrega diversas ações. Os(as) aprendentes têm

acesso, além da escolarização, à alimentação, esporte, cultura, lazer, atendimento oftalmológico através do Projeto Ler para Aprender, dentre outras atividades e serviços ofertados pela instituição.

As autoras salientam que a convivência entre os públicos das diversas gerações na EJA é marcado pelo reconhecimento de experiências e intercâmbio de saberes, mas que muitas vezes a intergeracionalidade é vista como um problema nesses espaços, sendo necessário perceber a heterogeneidade do público e de suas características a partir dos contextos socioculturais que vivenciam.

Do mesmo modo, reconhecem que essas relações têm proporcionado a ampliação da tolerância, compreensão e respeito entre estudantes velhos(as) e as demais gerações. Além disso, apontam que no desenvolvimento das aulas percebe-se que:

Os mais velhos transmitem as tradições e saberes aos jovens, simultaneamente beneficiando-se de suas experiências, num intercâmbio permanente de valores e aprendizagens. Busca-se preservar e garantir o respeito aos mais idosos, revertendo as práticas sociais de “descarte” do que é antigo, ou de desrespeito por aqueles que não mais “produzem” e, por isso, “não servem” à sociedade contemporânea (MACACCHERO; ALMEIDA, 2009, p. 311).

Compreendendo que essas relações são dinâmicas e configuradas no cotidiano, como salientado neste tópico, as narrativas dos(as) interlocutores deslindam que embora exista idadeísmo nas relações entre as gerações na educação, também há apoio intergeracional permeando essas conexões.

Aí teve um dia que foi tão engraçado. Eu não reconheceria essa menina, não a reconheceria... Eu agradeço muito a ela assim... Pela delicadeza, fineza, até um altruísmo dela, tudo de bom que ela teve nesse momento. A gente estava numa aula no (campus) Itaperi, por volta de 9 horas da noite e teve um assalto. A sala da Pedagogia era mais no final, né? Aí todo mundo correndo, correndo, correndo e eu ali. Eu já estava meio ruim da minha perna, mancando. Ela pegou assim na minha mão e saiu correndo junto comigo, me conduzindo e eu consegui sair sem ninguém me derrubar. Isso foi uma história penosa pra mim, na verdade, mas eu fiquei muito agradecida a ela, não sei quem é, sempre que eu lembro disso eu rezo por ela. Mas todo mundo se salvou. Quer dizer, essa menina, ela não teve um preconceito de me deixar, idosa, para trás? Não, ela me ajudou (Antônia, 69 anos).

Poucas pessoas idosas do nosso século puderam e podem estudar, inclusive nas universidades, né? Tanto é que os jovens quando tem um idoso na sala de aula, eles ajudam muito, acolhem o idoso. E a educação é primordial para o desenvolvimento do ser humano, do cidadão. É uma das coisas mais importantes e o novo Governo deu prioridade a essa questão (Joana, 67 anos).

Eu tenho um tio que vai fazer 89 anos, ele já se aposentou, se formou em Direito. Quando ele se aposentou completamente, ele resolveu entrar no IFCE e cursar matemática. Então todos os dias ele estuda, pega o livro de matemática e faz exercícios. Na época que ele estudava no IFCE, eu trabalhava na Escola César Calls e ele foi estagiar lá. Teve um acolhimento na sala de aula. O que eu vejo é que o idoso tem curiosidade e interesse. Infelizmente como a gente já viu não tem apoio nem incentivo, mas se o idoso tivesse o investimento,

como o Governo investe no ensino médio, universidades, etc., investisse na educação pro idoso, teríamos muitos idosos na universidade (Vitória, 65 anos).

Em congruência com o debatido neste tópico, Neri (2007) frisa a importância dessas relações e da integração, que levam ao desenvolvimento da subjetividade, ao fortalecimento da cognição, fator essencial à autonomia, independência e qualidade de vida na velhice; contribuem para a autoestima; estimulam o respeito à diversidade; e descentralizam poder institucional e familiar.

Diante do exposto, é latente a ideia de que, assim como a realidade, as relações intergeracionais são espaços de contradição, nos quais coexistem cooperação, preconceito, aprendizado, idadeísmo, construção, conflitos, dentre outros elementos. Além disso, as narrativas reconhecem sua presença e importância na educação de todas as gerações.

Sendo assim, é preciso que a intergeracionalidade seja reconhecida, difundida, discutida e estimulada nos espaços educacionais, abordada de forma transversal e em projetos na perspectiva de letramento gerontológico, de coeducação intergeracional e de prevenção ao idadeísmo.

De igual forma, a implementação, a ampliação e o incremento da educação intergeracional requer a adaptação de metodologias, temas, espaços e materiais às realidades dos(as) participantes envolvidos(as), o que também torna imprescindível a formação dos recursos humanos da área de educação sobre os aspectos gerontológicos e intergeracionais.

4.2 Aposentadoria e tempo livre: significados no envelhecimento

Durante a realização da pesquisa, as narrativas abordaram, em diversos momentos, a relação entre aposentadoria, tempo livre e o significado dessa conexão para a vida. Dessa forma, durante este tópico, refletiremos sobre essas categorias à luz dos depoimentos e de discussões teóricas sobre o tema.

Para abordarmos as referidas questões, faz-se necessário passear sobre as reflexões acerca do trabalho em nossa sociedade. O trabalho, na sociedade capitalista, passa de fator determinante da sociabilidade e transformação humana a uma esfera de transformação da energia e capacidade humanas em dinheiro. Além disso, é fragmentado, mecanizado, alienado, com fins de utilidade à economia, desprovendo-o de sentidos e de relações sociais.

Cumprindo essa racionalidade, há uma divisão entre trabalho e vida, prevalecendo o tempo dedicado ao trabalho. O tempo, assim, ganha uma dimensão de lucratividade. Portanto, o tempo não deve ser vivido, mas utilizado para produzir, visto que consiste em uma matéria-prima cuja utilização deve ser otimizada sob uma máxima produtivista de que tempo é dinheiro (TEIXEIRA, 2008).

Esse modelo societário reduz a força de trabalho à coisa, havendo uma desvalorização dos atributos e necessidades humanas. Além disso, constrói sociabilidades que geram pobreza e os inúteis para o capital, sendo assim considerados aqueles que não geram lucro, especialmente a força de trabalho velha. Os indivíduos são também considerados mercadorias, cujo passar do tempo significa desvalorização e pobreza para as pessoas que não podem mais sobreviver da venda de sua força de trabalho, dependendo, a partir de então, de assistência pública ou privada. Há, nessa perspectiva, uma lógica utilitarista, na qual os indivíduos interessam apenas como força de trabalho ou consumidor de mercadorias. A pessoa velha, não tendo mais utilidade para o capital, é relegada à condição de não humano, tendo suas necessidades negadas (TEIXEIRA, 2008).

Essa lógica também permeia a subjetividade dos indivíduos, fazendo com que a identidade tenha forte base no trabalho, sendo comum o reconhecimento dos indivíduos ser vinculado a sua profissão. Dessarte, as pessoas acabam por serem conhecidas pelo seu exercício profissional, como se fosse um sobrenome, por exemplo, “Vitória, professora”. Com a aposentadoria, esse reconhecimento e associação pessoa-profissão termina, passando a ser reconhecida por ser aposentada, categoria farta de estereótipos, tais como inutilidade e incapacidade (SOARES, 2011).

O trabalho assume assim inúmeros sentidos, tais como renda, sobrevivência, ocupação do tempo, expressão humana, dentre outros, ao tempo que também se configura como parte constituinte de identidade, para a qual concorre diversos aspectos sociais e culturais, como o gênero (BRITTO DA MOTTA, 2009).

Essa perspectiva foi salientada em narrativas de interlocutoras, nas quais o papel de cuidadora foi aspecto motivador a participação em atividades, seja para lidar com perdas ou para exercer o autocuidado, demonstrando um dos aspectos em que a dimensão de gênero salta aos olhos na análise sobre a aposentadoria.

Eu comecei a participar das atividades pra eu me tornar uma pessoa melhor e buscar também olhar para mim. Até 2018 eu estava trabalhando, então em agosto eu fui afastada pra minha aposentadoria. Porque quando eu fiz 50 anos, eu me inscrevi no Sesc, para o TSI, só que eu nunca participei de nada. Às vezes eu vinha aqui assistir uma reunião de integração, quando eu tinha tempo,

mas participar mesmo de projeto, eu nunca participei. (...). Então, quando foi em 2019, eu comecei a fazer a Gerontomotricidade e a minha mãe também fazia comigo. Ela ainda estava com a cabecinha melhor e aí eu coloquei minha mãe pra fazer Terapia Ocupacional aqui. Então, nesse período que ela estava na Terapia Ocupacional, eu ia para a musculação, né? Quando houve o Avaliação Sesc¹⁸, eu fui participar e quando a técnica foi conversar comigo, eu comecei a falar. Falei do Girassol, falei do CVV, falei de outros projetos que eu fazia e tal, tal tal. Todos como voluntária, cuidando das pessoas, além de cuidar da minha mãe. Aí ela disse assim: eu percebo que você está sempre cuidando das pessoas, não é isso? E eu me sentindo a última Coca-Cola gelada, né? Falando que eu cuido e tudo, tudo, tudo. Aí ela disse assim: E quem cuida de você? Naquela hora a ficha não caiu, desabou. Aí nessa hora, realmente, eu vi que eu precisava de um tempo pra mim. Eu acredito que se eu não tivesse participado desse projeto, talvez hoje eu tivesse encarcerada dentro de casa, eu talvez tivesse com depressão e tivesse com a série de outras coisas (Vitória, 65 anos).

Eu entrei aqui no Sesc porque a minha mãe, eu vinha deixar todo dia no Sesc, né? E ela participava do TSI. E eu vinha só deixar ela e ficava, assim como acompanhante, né? Mas depois eu casei e fui morar fora, em Manaus. Aí eu fiquei viúva, eu fiquei numa depressão imensa, né? Porque eu tinha meu marido, ele tinha ido embora, faleceu e eu fiquei numa tristeza imensa. Aí um dia me deu vontade de vir aqui, né? Vou lá no Sesc pra ver se tem alguma coisa que faça eu ir pra lá, pra eu não ficar nessa tristeza sem fim. Aí eu cheguei aqui e me encontrei com uma colega e ela me explicou o que era o TSI. Comecei a perguntar a ela, e como é? Aí ela me disse: bora assistir, participar de um projeto ali. Eu participei e gostei. Aí fiz minha carteira e vim participar dos eventos que tinha, e tô até hoje, não só nos projetos do TSI, mas do Sesc como um todo (Joana, 67 anos).

Eu sempre conto essa história em todos os grupos que eu participo e já está manjada, mas é uma realidade. Eu cheguei aqui no Sesc, tem uns 15 anos. 15 anos que a minha filha casou. Eu tenho um casal de filhos. Meu filho mora em Recife e a minha filha casou com um paulista, foi morar no interior de São Paulo, Piracicaba. E nós éramos muito família, né? Me incentivavam, me levavam para o teatro e todas coisas artísticas, né? A gente cuidava uma da outra. Ela era minha alma gêmea e foi morar muito distante. Eu apoiei o casamento e ela em tudo. Eu não queria que ela sentisse que eu estava sentindo saudade, porque quando a gente ama, não quer ver sofrendo e atrapalhar o início da vida dela, conjugal, né? Aí eu me lembrei que ela tinha tirado a minha carteira do Sesc. Eu aqui só fazia hidroginástica. Aí eu disse: eu já tenho um remédio, o Sesc. Pra eu não ficar triste, com depressão, né? Eu vou para o Sesc, o que tiver de projeto, eu vou fazer e vou me meter. Aí assim eu fiz. Então, aqui é a minha segunda família, a minha segunda casa (...). Eu esqueci da minha filha? Não porque mãe não esquece, mas aquela dor da saudade se transformou. Tudo o que eu faço mando vídeo, foto pra ela e ela tem muito orgulho de mim (Paula, 69 anos).

Considerando as diversas dimensões que permeiam a aposentadoria, Coutrim (2010) afirma que a forma como se chega à aposentadoria, quando se chega, bem como as condições físicas e cognitivas nesse período são influenciadas diretamente pela vida laborativa vivenciada e pelos vínculos construídos para além do trabalho. Portanto, a

¹⁸Projeto de avaliação física, funcional e social da pessoa velha, realizado em formato de mutirão no Dia Internacional da Pessoa Idosa, 01 de outubro.

aposentadoria pode ser mais gratificante para um grupo determinado que para outro. Igualmente, a autora sublinha que também é preciso considerar as relações de gênero, pois mulheres acumulam diversas atribuições, dentre elas as relativas aos cuidados e aos trabalhos domésticos.

(...) as mulheres são mais oneradas, física, psicológica e socialmente, porque cabe a elas o jugo de cuidar do(a) cônjuge, dos(as) pais e mães, de outros(as) parentes velhos(as) e até de filhos(as) e netos(as), funções estas consideradas de menor poder social. No entanto, nenhuma sociedade sobreviveria sem essas funções e, contraditoriamente, não são reconhecidas como trabalho inscrito na lógica de produção de lucro do sistema capitalista(...) (MENEZES; FURTADO, 2019, p. 428).

Além disso, convém lembrar que o envelhecimento se dá sob determinadas condições sociais, a partir do lugar que o indivíduo ocupa na produção e reprodução do capital, portanto a velhice jamais será homogênea, devido às múltiplas condições de vida e de trabalho dos indivíduos (TEIXEIRA, 2008).

Portanto, a classe também é elemento base do entendimento da aposentadoria, conforme sinalizado por Coutrim (2010) para quem há uma intensificação da desigualdade social, especialmente para aqueles(as) que exerceram trabalhos manuais, com atividades laborativas mais árduas, remuneração baixa, piores condições de saúde, pouco acesso ao lazer e a outros direitos sociais.

Nesse cenário, a maioria dos(as) trabalhadores(as) velhos(as) em nosso país vive de mínimos sociais e outros(as) sequer têm acesso à renda. Além disso, parte deles(as) ingressam em trabalhos informais, após a aposentadoria, são responsáveis pela manutenção financeira de suas famílias, apresentam baixa escolaridade e maior incidência de adoecimentos (TEIXEIRA, 2008).

Constituindo o envelhecimento do trabalhador, enquanto tempo de vida, objeto de controle social e de fonte de experiências negativas com essa perspectiva de tempo, que associado às desvalorizações sociais (em função do valor econômico dos indivíduos), à pobreza e às restrições físicas e sociais, configuram parte dos problemas que essa classe enfrenta na velhice (TEIXEIRA, 2008, p. 57).

Outrossim, na sociedade contemporânea, há, em relação à velhice, um processo de individualização, ou seja, o indivíduo passa a contar consigo mesmo, havendo mais “eu” e menos “nós”, com laços, convivência e configurações familiares mais flexíveis. Outro processo identificado é a autorresponsabilização dos indivíduos por suas velhices, marcado por divulgação midiática de receitas para envelhecer de forma “bem-sucedida”,

cabendo às pessoas apenas segui-las. Assim, se uma pessoa envelhece com fragilidades é responsabilidade dela (COUTRIM, 2010).

Essa questão foi abordada por Debert (2012) e conceituada pela autora como reprivatização da velhice. Esse conceito diz respeito ao fato de que a velhice, na atual conjuntura, tende a ser transformada em uma responsabilidade individual, ou seja, há uma tendência a responsabilizar o indivíduo pela forma como envelheceu, propagando a ideia de que a juventude e a saúde são bens a serem conquistados com o esforço individual, desresponsabilizando o Estado de promover políticas públicas para garantir velhices dignas (DEBERT, 2012).

Ademais, em uma sociedade na qual a velhice é reificada, tratada como coisa, homogeneizada e desvalorizada, a imagem da aposentadoria e da pessoa aposentada também é permeada por esses estereótipos. Estereótipos esses que são absorvidos pelas diversas gerações, inclusive pelas pessoas velhas.

Sobre isso, Coutrim (2010), notabiliza que essa homogeneização da velhice se estende aos(às) aposentados(as), invisibilizando as diferenças culturais, sociais e econômicas desse grupo, além de vincular a aposentadoria à morte. Essa padronização e estereótipos vinculados à aposentadoria se espraiam aos(às) trabalhadores(as) mais velhos(as), que são demitidos ou não contratados por conta da idade.

Essa realidade toca não apenas pessoas velhas, mas atinge pessoas que ainda não atingiram a idade cronológica para assim serem consideradas. Em uma sociedade em que é comum a utilização da expressão “precisamos de sangue novo na equipe ou na empresa”, são recorrentes relatos de pessoas a partir dos 40 anos consideradas “ultrapassadas” para os cargos ofertados, a exemplo de um trabalhador de 45 anos, cujo perfil foi considerado inadequado ao cargo por “ter passado da idade”, recebendo essa resposta da empresa para a qual se candidatou¹⁹.

O direito à aposentadoria possibilitou segurança de renda às pessoas velhas, embora haja uma diminuição das finanças após esse marco. Além disso, presencia-se uma redistribuição intergeracional da renda dos(as) velhos(as), uma vez que famílias pobres com pessoas velhas dependem de sua renda para sobrevivência, o que pode ser atribuído ao contexto social de desemprego, desregulamentação de direitos trabalhistas, trabalho informal, baixas remunerações, dentre outros (COUTRIM, 2010).

¹⁹Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/09/05/muito-chateado-diz-morador-de-sc-recusado-para-vaga-de-trabalho-devido-a-idade-em-e-mail-que-viralizou.ghtml>

Diante da pandemia de Covid-19, essa situação se aprofundou, pois conforme demonstrado por Camarano (2020) e apontado anteriormente neste estudo, na maioria dos domicílios com pessoas velhas, seus proventos representam mais de 50% da renda familiar.

Acerca do retorno das pessoas velhas ao mercado de trabalho, Britto da Motta (2009) ressalta que esse pode ocorrer para ampliar a renda familiar, evitar a imagem social de inatividade, para angariar novos vínculos e relações, dentre outras razões, entretanto a maior delas representa a ajuda a familiares.

Sobre esse aspecto, Coutrim (2010) salienta que muitas pessoas velhas não possuem desejo de retornar ao mercado formal de trabalho e acreditam que esse agora é um espaço destinado a filhos(as) e netos(as). Já Britto da Motta (2009) contribui afirmando que o retorno ou permanência de velhos(as) no trabalho se dá, na maioria dos casos e a depender da formação profissional, em situações de trabalho precárias e atividades menos qualificadas, especialmente no mercado de trabalho informal e/ou de serviços. Essa questão foi mencionada pela interlocutora Clara (72 anos).

Teve um projeto anteriormente que botava um idoso pra trabalhar no supermercado e empacotava. Essa coisa... Eu não achava muito legal aquilo, não. Porque primeiro que é um trabalho meio pesado, e aí eu achei que aquilo ali fosse uma coisa muito sem significado pro idoso. Tanto que não foi pra frente. Então, não era tão gratificante, né? Não era tão gratificante, nem também tão útil para eles. Foi inovador porque nunca tinha visto projeto assim de trabalho pro idoso, mas não vingou porque não foi aquela coisa que desse mesmo um *boom* necessário para o idoso entrar no mercado de trabalho.

Urge sublinhar que embora a coabitação e a suporte financeiro das pessoas velhas nos lares seja uma realidade contemporânea, convém destacar que esse cenário não prediz cuidados, nem relações afetivas satisfatórias ou melhores condições de vida das famílias, o que, diante da insuficiência de recursos financeiros para a manutenção do lar, faz com que parte das pessoas velhas busquem o trabalho informal (COUTRIM, 2010).

Tendo em vista o discorrido até aqui, ao aposentar, o indivíduo ingressa em um novo momento da vida, dotado de ônus e bônus, como todos os outros, encontrando, dentre as vantagens, o tempo livre, que pode significar ingresso em outras atividades, novos projetos de vida, sociabilidade, mas também pode se traduzir em isolamento e depressão (COUTRIM, 2010).

Considerando essas questões, os(as) interlocutores(as) da pesquisa apontaram, dentre as razões para ingressarem em atividades para pessoas velhas, a necessidade de

lidar com perdas, criar vínculos, romper com isolamentos e acessar conhecimentos diversos.

Procurei participar do Sesc porque assim... Eu sempre fui muito independente e à proporção que eu fui envelhecendo e fui ficando só, sem filhos, sem marido vi ainda mais essa necessidade. Eu continuo sendo essa pessoa que eu quero ser independente, então, para eu ser independente, eu tenho que buscar alguma coisa que me dê uma certa independência, conhecer meus direitos, fazer uma atividade física, um curso... É lógico que nem tudo, tudo, tudo, a gente consegue, mas eu procuro (Clara, 72 anos).

Olha o motivo foi o isolamento. Assim... porque o idoso, ele fica... Você aposenta, você termina desinteressando um pouco de tá em cursos formais, né? Aí você se reduz ali à família. Não que a família não seja coisa de valor, mas você precisa de alguma coisa que mexa com o teu intelecto, que mexa com a tua autoestima. Você precisa conhecer novas pessoas, né? E aqui é uma instituição que proporciona tudo isso para gente. Você conhece novas pessoas, você redescobre seus valores, então participar daqui desses projetos ou de um dos que eu vir a participar, é uma redescoberta (Antônia, 69 anos).

Minha companheira me trouxe para o Sesc e eu comecei a participar de vários projetos que já aconteceram aqui, né? Isso foi pra mim uma oportunidade belíssima de eu me expandir, tá entendendo? Porque eu me aposentei há uns 25 anos, nem sei mais quando foi... E eu não tinha nenhuma atividade. A única atividade que eu exerci depois que eu me aposentei foi... A minha irmã era funcionária do Hospital Luís de França e eles compraram um estacionamento lá na Aldeota, né? Ela então me chamou para ficar no estacionamento e eu fiquei tomando conta do estacionamento. De manhã era eu e à tarde um irmão meu também. Então foi uma atividade dessa, do estacionamento, de controlar, entrada e saída de veículos, né? Me dei bem, me deu uma visão maior de humanidade. O contato com aquelas pessoas, ouvir os problemas delas, eu aprendi a ouvir, saber ouvir (Oswaldo, 76 anos).

Pra mim o principal é a busca de conhecimento, né? Alguma atividade nova, diferente do que eu fazia e, também, o social, né? Buscar conhecer, ter companhia, buscar entrosamento e sociabilidade. Porque assim a gente termina, encerra a carreira da gente como idoso. A gente começa jovem, a gente dá tudo o que a gente tem na busca do nosso trabalho, de crescer, profissionalizar, vai fazer outro curso e tal. Mas aí chega um momento que a gente envelhece e a gente é visto como uma pessoa que já não tem mais conhecimento (Marta, 65 anos).

Pra começar eu era muito antissocial. Apesar de a minha igreja ter muito evento lá, quando eu cheguei aqui eu sempre queria andar só. Eu não gostava de procurar lugar onde tivesse pessoas sempre. Até para o almoço procurava mesa que não tinha ninguém. Aos poucos eu fui me socializando. Isso foi muito importante pra mim. Principalmente, quando eu consegui entrar nos grupos, nos projetos e também em relação a conhecimento, a aprender muitas coisas que eu não conhecia (Cláudia, 69 anos).

Dessa maneira, a aposentadoria pressupõe mudanças e encerra múltiplos significados, tais como perda de lugar no sistema de produção, reorganização temporal e espacial, reestruturação da identidade, permeadas pela perda de poder, da identidade

profissional e de relacionamentos formados a partir do trabalho. A aposentadoria contempla, muitas vezes, sentimentos contraditórios. Por um lado, a satisfação de alcançar um direito após anos de trabalho, a possibilidade de realizar atividades que o escasso tempo durante a vida laboral não permitia e o descanso. Por outro lado, pode existir uma angústia em relação ao que fazer com o tempo livre, sentimento de vazio, necessidade de ressignificar a identidade e a rotina, perdas financeiras, de relacionamentos e de poder (SOARES, 2011).

Por vezes, os sentimentos negativos concernentes à aposentadoria são relativos à finitude, à crença de que a vida sem trabalho está no fim e que não há possibilidade de participação social e sociabilidade após a aposentadoria, pois é percebida como fim e não como recomeço (SOARES, 2011).

E isso também está vinculado ao fato de que o trabalho pode significar para essas pessoas a representação do papel de provedor(a) de suas famílias, vinculado a uma posição de “poder” e “prestígio”; independência; individualidade; socialização. Além disso, o não trabalho é visto como adoecimento ou decrepitude (COUTRIM, 2010).

Essas determinações do capital sobre as práticas temporais exacerbam as experiências negativas com o tempo para os trabalhadores, pela impossibilidade de controlá-lo, de usá-lo para fins de valorização e autodesenvolvimento da personalidade, como tempo de satisfação de ricas necessidades, principalmente, na fase do envelhecimento, na qual não apenas se aceleram as degradações físicas, orgânicas e fisiológicas, mas também as degradações sociais, as desvalorizações, reclusões, isolamentos e exclusão das relações sociais (...) (TEIXEIRA, 2008, p. 76).

Diante de todo esse cenário, a aposentadoria é um processo que deve ser planejado, englobando o antes, o durante e o período posterior a sua oficialização, uma vez que a transição para esse período é permeada de significados e vivida de forma heterogênea conforme as condições laborativas e de existência, dos direitos garantidos ou negados ao longo do curso de vida. Compreendendo essas questões, os programas de preparação para aposentadoria foram pensados, nos órgãos públicos e entidades privadas, visando dirimir os conflitos daí decorrentes, ganhando importância e ampliação ao longo dos anos (MIRANDA; TEIXEIRA, 2020).

Além disso, convém sinalizar que a preparação para a aposentadoria é um direito garantido no Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), em seu artigo 28, prevendo que esse processo seja iniciado com no mínimo um ano de antecedência da concessão do direito. A legislação estabelece ainda que nesses programas seja incentivada a

participação em novos projetos sociais, de acordo com os interesses dos(as) integrantes, bem como que os programas comportem orientações sobre os direitos sociais.

Soares (2011) concorda com essa perspectiva, afirmando que é preciso haver orientações e preparação para a aposentadoria, além da construção de um projeto de futuro, ou seja, planejamento de ações, considerando as trajetórias, características individuais e contexto social no qual se vive (SOARES, 2011).

Quando eu não participava de nenhum desses grupos, eu envelhecia. Ao mesmo tempo que eu estava envelhecendo, eu não tinha muita... Não tinha noção nenhuma do que era envelhecer, a não ser a minha velhice e olhe lá... Quando eu passei a conhecer os grupos, os projetos, participar, ouvir pessoas. Então eu fui abrindo a minha mente para as múltiplas velhices e ao mesmo tempo eu fui abrindo a minha mente pra isso, pra minha também (Clara, 72 anos).

Eu sou uma pessoa muito dinâmica, então eu nunca gostei de estar parada, né? Desde a minha época de jovem, entendeu? Sempre gostei de estar fazendo alguma coisa. E assim... Quando eu atingi os meus 50 anos, então já comecei a pensar na minha velhice, né? Até as pessoas diziam assim: Mas você vai demorar muito até lá! Eu tinha que me programar para alguma coisa? E a coisa que eu tinha mais medo na vida, era de ficar inútil, de ficar, principalmente com a minha mente vazia, né? Então fui me programando e depois que eu me aposentei, eu tive mais liberdade pra fazer determinadas coisas. E comecei a buscar pra minha mente não ficar parada, então tudo que eu posso fazer para que eu possa colocar a minha cabecinha pra funcionar, pra estar sempre em evidência, eu faço (Vitória, 65 anos).

Esse planejamento para o futuro ou construção de projetos de vida se relacionam com as oportunidades de acesso e com o propósito de vida, que diz respeito ao sentimento de que a vida tem sentido e objetivo, orientando os indivíduos em suas metas e decisões (RIBEIRO; YASSUDA; NERI, 2020).

Ribeiro, Yassuda e Neri salientam que pessoas velhas com esse sentimento, percebem que o momento atual e o passado de suas vidas são repletos de significado, com anseios e planos pelos quais a vida tem valor. Da mesma forma, velhos(as) com propósito de vida são mais engajados(as) em atividades de autocuidado, sociais e significativas para suas trajetórias, tendo uma percepção mais positiva sobre a vida e o envelhecimento (RIBEIRO; YASSUDA; NERI, 2020).

Nesse sentido, é perceptível nas narrativas das pessoas velhas participantes da pesquisa, o desejo de contribuir para velhices de outras pessoas, de multiplicar seus saberes e compartilhar suas experiências como propósitos de vida.

Gostaria de participar na criação de leituras. Eu podia pegar um livro qualquer e partir para ler para os idosos, assim como existe... Se não me falha a memória, tem uma pessoa lá na Criação Literária que ela faz leitura para as pessoas com deficiência visual lá do Instituto dos Cegos. E isso assim... despertou em mim uma sensação boa de que eu pudesse ler um livro para aquele que não tem, que não pode ver, que não sabe ler. Outra coisa boa é

participar do (projeto) Cidadania Ativa em que eu tive contato com aquelas pessoas, aquelas famílias mais necessitadas, viu? Onde eu pude exercitar minha imaginação, meu poder de criação junto a eles, contribuir de alguma forma com essas pessoas e aprender também com elas (Osvaldo, 76 anos).

Tem assim, uma atividade que eu nunca fiz, mas que eu gostaria, porque eu gosto desse dinamismo seria tipo uma contação de histórias. Até dentro do Conectivid@des, a gente teve dois encontros com crianças das comunidades e pra mim foi muito bom. Eu gosto daquela coisa, daquele envolvimento, sabe? Então, nas brincadeiras com as crianças eu sempre estava, porque para você lidar com criança, você tem que tem que gostar de brincar, ser mais ativa, mas eu nunca fiz um curso mesmo de contação de história, sabe? Essa parte eu nunca fiz. Eu tinha vontade de entrar num curso desse, até por causa das representações do teatro, entendeu? Então eu gosto dessa parte. Tem também o Cidadania Ativa, que trabalha nas comunidades. Eu gostaria, porque eu gosto muito dessa parte de estar junto, tá naquele dinamismo com idoso, de conversar, de fazer dinâmica, de ensinar o que eu sei. É o meu perfil, mas eu tenho a minha mãe. Eu não posso porque eu sou limitada, né? (Vitória, 65 anos).

Eu faço palestras pra comunidade, no (projeto) Cidadania Ativa e eu gosto demais. Isso me incentiva muito, porque eu leio muito para poder falar pra comunidade. Isso me faz feliz, levar alguma coisa, algum conhecimento pra aqueles idosos. E outra coisa, você também aprende muito. Se fosse possível, gostaria não de dar aula, porque você não dá aula, você faz uma troca, mas eu gostaria de estar sempre interagindo com a comunidade, com turmas, conversas, né? Rodas de conversa. Multiplicando meu saber com outras pessoas (Antônia, 69 anos).

Existem muitos sonhos nessa área. Eu assim como idosa... Ninguém melhor do que uma idosa pra saber a necessidade de outros idosos. Às vezes não pensamos igual, mas existem muitas necessidades que são iguais. Se eu tivesse oportunidade, eu gostaria muito de levar conhecimentos para os idosos. Mostrar o mundo pra aquele que não sabe ler nesses grupos de educação de idosos. Eu gostaria muito participar, de levar essa luz. É um prazer muito grande, você ter o prazer de ensinar as primeiras vogais e depois, no fim do ano, ele sabe escrever seu nome, porque teve sua ajuda, né? Então eu gostaria muito se tivesse esse trabalho. Eu faço um trabalho na Jurema, pelo (projeto) Cidadania Ativa e lá são 62 idosos. Lá eu faço a parte de integração e a gente conversa muito com os idosos. É maravilhoso! A gente chega lá no grupo duas horas, termina quatro. Pra mim o tempo passa rápido porque é tanta coisa que eu partilho, sabe? Eu saio de casa de manhã e chego cinco, seis horas. É fora de casa que eu sou útil. Em casa eu sou útil assim... pra fazer comida, pras coisas de casa, mas eu acho que eu sou mais útil lá, visitando esse povo, conversando com um, com outro. Nós precisamos conhecer tudo pra gente ter gratidão pela vida. Eu não posso me multiplicar, mas eu convido outras pessoas pra participar (Paula, 69 anos).

Entretanto, considerando todas as representações que o trabalho e a aposentadoria carregam, ter um propósito de vida para além da atividade laboral muitas vezes consiste em um desafio para as pessoas velhas, pois “para muitas pessoas trabalhar significa viver, sendo a única atividade útil e as demais são vistas como perda e desperdício de tempo” (SOARES, 2011, p. 38).

Sobre isso, Silva (2021) afirma que o lazer é uma das atividades mais desafiadoras para as pessoas velhas, posto que historicamente, na nossa cultura, o lazer não foi possibilitado e ensinado de forma ampla de uma geração a outra, especialmente nas famílias pobres, visto que para elas o lazer nunca foi algo pensado ou priorizado.

O autor salienta que lazer significa lícito, ser permitido, correspondendo ao tempo de ócio, descanso, entretenimento, ao que se faz por desejo e não por obrigação familiar ou social, sendo uma dimensão cultural que contribui para pensarmos para além da atividade laboral e se relaciona com a ciência, a saúde, a economia e a educação (SILVA, 2021).

Ainda nos apoiando em Silva (2021), no Brasil o lazer é permeado pelas dimensões de classe, gênero, idade, raça e etnia, obstaculizando que ele seja vivido sem culpa ou constrangimento. Se para muitas pessoas velhas o lazer é visto como algo não destinado a elas, para as mulheres isso é ainda mais forte, haja vista as atribuições de cuidado a ela destinadas como cuidar de netos(as), cozinhar para a família, dentre outros.

Menezes (2017) corrobora essa reflexão, quando em sua pesquisa sobre mulheres velhas na EJA, encontrou como um dos resultados a percepção da educação como um lazer e o sentimento de culpa presente nos momentos em que as velhas deixavam as atribuições relativas a cuidados e atividades domésticas para frequentarem as atividades escolares. Para a autora:

(...) A geração de velhos(as) com a qual a sociedade convive hoje não teve a oportunidade de aprender a atribuir importância ao tempo livre e ao ócio, sendo o trabalho o grande protagonista de suas existências. Alguns(mas) velhos(as) apresentam muitas dificuldades em se adaptar ao tempo livre e ao não-trabalho remunerado adquiridos com a chegada da velhice e com o advento de suas aposentadorias (MENEZES, 2017, p. 180).

Cabe destacar que ter propósitos de vida é uma habilidade que também pode ser desenvolvida através da participação em atividades educacionais, culturais, de lazer, familiares, filantrópicas e sociais, o que pode levar as pessoas velhas a um maior sentido de intencionalidade e relevância, bem como ao fortalecimento de reservas cognitivas e a prevenção de incapacidades na velhice (RIBEIRO; YASSUDA; NERI, 2020).

Com o tempo livre pós-aposentadoria, as pessoas nessa condição se veem diante do tempo da memória. Como no capitalismo o tempo valorizado é o da produção de lucros, o tempo de socialização, de lazer, de ócio e de lembrar são considerados desperdícios (COUTRIM, 2010). Assim, há uma alienação do tempo do trabalhador, levando a uma sensação de vazio na aposentadoria (TEIXEIRA, 2008). Igualmente, há

uma fusão do trabalho com a vida, presente nas narrativas encontradas por Bosi (1994), a partir de um enlaçamento entre memória e trabalho.

Todo e qualquer trabalho, manual ou verbal, (...) acaba-se incorporando na sensibilidade, no sistema nervoso do trabalhador; este ao recordá-lo na velhice, investirá na sua arte uma carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação. (...). Na velhice, quando já não há mais lugar para aquele “fazer”, é o lembrar que passa a substituir e assimilar o fazer. O lembrar agora é fazer. É por isso que o velho tende a sobrestimar aquele fazer que já não se faz (BOSI, 1994, p. 480).

Ante esse contexto referente à aposentadoria, a partir da década de 1990 surge um novo mercado de consumo, composto por atividades, produtos e serviços voltados a pessoas velhas com renda garantida, tais como grupos de convivência, atividades turísticas, esportivas e de lazer. Esse mercado de consumo, desde o começo, ofertou atividades de ocupação do tempo livre dirigidas, especialmente, às mulheres velhas, visto que suas trajetórias foram destinadas ao espaço privado durante todo o curso de vida e para os homens a esfera pública sempre foi uma realidade. Para as mulheres, a participação em grupos de convivência e atividades destinadas a cultura e lazer representavam uma liberdade, sendo elas a maioria nesses espaços, já os homens, que sempre desfrutaram dessa liberdade, por vezes não se enxergam nesses locais, tendo maior representatividade em associações de aposentados (BRITTO DA MOTTA, 2009).

Há, assim, uma conexão entre ocupação do tempo livre na velhice e liberdade. Para as mulheres, a velhice representa uma transição do espaço regado para outro tempo, no qual criam suas próprias regras. Assim, para as velhas, suas velhices se diferenciam das vivenciadas por suas mães e avós. A liberdade alcançada pelas mulheres definiria seu envelhecer e poderia ser experienciada, de forma coletiva, nos programas voltados para pessoas velhas (DEBERT, 2012).

Esse aspecto foi mencionado por Paula (69 anos): “Eu sou muito feliz de ter envelhecido nessa época, no século XXI, onde a gente pode participar das coisas, não tem que ficar só em casa, diferente do que outras gerações tiveram, por exemplo minha avó, minha mãe, né?”

Também é preciso pontuar que as iniciativas de ocupação de tempo livre para pessoas velhas não consideraram a heterogeneidade da velhice e que grande parte dos(as) idosos(as) em nosso país não estão ociosos(as), ocorrendo na realidade desses(as) longevos(as) um acúmulo de funções, especialmente pelas mulheres velhas, que concentram as atribuições de prover e cuidar, explicitando um contexto de crise do capital, do crescente desemprego das gerações mais novas e de diversas configurações

familiares, o que pode impor a elas múltiplas responsabilidades para atender as necessidades de suas famílias ao passo que abdicam de solucionar suas próprias demandas (RABELO; ROCHA, 2020). É o que pode ser visualizado na narrativa de Vitória (65 anos)

Atualmente, como a minha mãe tem Alzheimer e somos nós duas, eu quem cuido dela, então eu tive que me afastar de alguns projetos como, tipo, o projeto da associação dos voluntários do Hospital São José, né? Que é o Grupo Girassol. Eu participei por 16 anos do projeto, mas tive que me afastar. Do CVV (Centro de Valorização da Vida) também eu tive que me afastar. Então, tem alguns projetos que eu tive me afastar, né? No Sesc eu encontrei um apoio, principalmente com relação a minha mãe. Porque é muito complicado, muito difícil... Ela é idosa, já tem 87. Eu sou idosa também, é uma idosa cuidando de uma outra idosa. Então somos nós duas. Eu não tenho outra pessoa. Somos cinco irmãos, mas a minha irmã mora em São Paulo e homem é muito complicado... Eles não cuidam! Eu tenho um irmão, eu sempre digo: eu tenho irmão que mora vizinho, mas ele é apenas o meu vizinho. Porque ele não vai lá em casa, não é porque nós somos brigados, não, mas é da índole dele. Ele sempre disse: minha família, só eu e minha mulher. Ele toda vida disse isso, né? Se eu precisar de alguma coisa ele me acode, mas não é aquela pessoa que está ali presente no dia a dia. Tem outro irmão que também mora próximo aqui, que esse é mais um pouco do suporte de todos os dias lá em casa, inclusive para eu vir para cá, ele fica com a minha mãe. Ele me dá mais um suporte, né? Eu não quero ficar parada. Eu quero, eu procuro uma brechinha, eu gosto de ser dinâmica, então eu não quero ficar... Eu vejo a situação da minha mãe. Minha mãe era uma mulher que ela sempre foi muito dinâmica nas coisas dela, ela costurava, ela bordava, fazia croché, todas essas coisas de trabalhos manuais ela fazia divinamente bem. Hoje eu a vejo da forma que eu vejo, então nesse ponto eu tenho medo. Aí eu não quero de jeito nenhum, né?

A participação social traz benefícios às condições de saúde e funcionais das pessoas velhas, visto que otimiza suas habilidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais, além de fortalecer as condições para desempenhar as atividades avançadas de vida diária, tais como as atividades sociais (participação política, conversar ao telefone, reunião com amigos(as), ir a eventos e estabelecimentos, grupos sociais e religiosos, dentre outras), de lazer (atividade física, atividades manuais, leitura, tocar instrumentos musicais, dentre outros) e produtivas (serviços comunitários, trabalho voluntário, trabalho remunerado, atividades religiosas, dentre outras). Outrossim, a participação de pessoas velhas em atividades depende de inúmeros fatores, tais como oportunidades, renda, gênero, idade, independência, autonomia, fatores subjetivos de identificação com determinado tipo de atividade, estilo de vida, cultura, nível educacional, dentre outros (NERI, 2014). Aspectos que também emergem das falas dos(as) interlocutores(as) da pesquisa.

Eu acho que se o governo investisse nessa área social para o idoso, acho que ele gastaria bem menos com remédios, medicações. Eu vejo... eu tenho um irmão, ele vai fazer 67 (anos) agora em janeiro, mas esse meu irmão parou no tempo e no espaço. Então eu vejo assim... Hoje eu olho pra ele, que é esse que

vai me ajudar lá em casa, e digo: cara, tu não vai fazer nada? Ele diz: não quero fazer mais nada na vida, não. Mas aí tu vai pro bar, cheio de cabra que não tá fazendo nada, bebe, aquela coisa toda. Eu não consigo, não! Eu, particularmente, não consigo ficar dessa forma. Eu estou dentro de casa, cuidando da minha mãe, mas no momento que ela tirou a soneca dela ou mesmo quando ela às vezes não tá dormindo, mas eu dou um livro, dou outra coisa pra ela se entreter ali, eu já me entreto com outras coisas, coisas pra eu pesquisar. Eu não quero ficar parada (Vitória, 65 anos).

Participar das coisas é muito importante para que o idoso se sinta vivo. Porque antes de frequentar o Sesc eu me sentia quase morta. Trabalhar a mente, se sentir autor da sua própria vida, não tô lembrando da palavra, é... Protagonista, ser protagonistas da nossa própria vida, escolher coisas, cursos, estudar, não ficar parado (Cláudia, 69 anos).

Então se abrisse mais os campos pro idoso, a vida seria muito mais... seria mais diferente pra ele. Ele iria menos ao psicólogo, ao psiquiatra, ao médico. Porque quando você está pegando seu tempo e fazendo algo por você, ou doando a outra pessoa, ou trabalhando numa pequena coisa, já se sente importante. Eu fiz isso, eu produzi isso, eu aprendi, eu ganhei esse dinheiro. Se o poder público pensasse nisso, a prefeitura, os órgãos do governo pensassem no idoso, mas só pensa no jovem. Porque a pessoa chega com 50 anos aí acha que já não serve mais pro trabalho, não serve mais pra nada (Paula, 69 anos).

Miranda e Teixeira (2020) anunciam que a aposentadoria é marcada por aspectos individuais e sociais, nos quais as percepções pessoais e a trajetória de vida interferem nesse processo. Ademais, afirmam que a compreensão sobre trabalho e aposentadoria são diversificadas a depender do contexto histórico, social e cultural, sendo transpassadas pela lógica capitalista produtivista e estigmatizante do envelhecimento, havendo, assim, duas percepções: a da aposentadoria como prêmio e a da aposentadoria como retirada da vida pública. Entretanto, é essencial que ela seja vista como direito e como processo social.

Considerando esse terreno de significados e contradições, é preciso que o envelhecimento e a aposentadoria sejam analisados à luz da intersecção de desigualdades e opressões que permeiam nossa sociedade e impactam diretamente na forma como esse período é vivenciado, dentre elas as de gênero, as condições de trabalho ao longo da vida, a negação de direitos e a necessidade da efetivação e articulação de políticas públicas para o envelhecimento nas diversas áreas, tais como educação, assistência social, saúde, previdência social, cultura e lazer.

Ademais, ao longo deste tópico, importantes aspectos que podem direcionar atividades educacionais foram mencionados pelas pessoas velhas, tais como a preparação para a aposentadoria, propósito e projetos de vida, memória, participação social.

Nesse escopo, a educação, inclusive a EPT, é um direito que amplia a possibilidade de acesso a outros direitos e a uma velhice digna. Vale pontuar que pensar em uma EPT para velhos(as) não significa uma apologia ao trabalho na velhice, mas compreender que

a EPT não deve se restringir à formação para exigências do capital, devendo ser ampla e agregar saberes para a vida, bem como considerar que a velhice é heterogênea e nem todos os perfis alcançam a aposentadoria ou frequentam atividades voltadas para esse momento do curso de vida.

4.3 Letramento digital: pertencimento social e prevenção à violação de direitos

O acesso à tecnologia como agente facilitador de participação social, autonomia, independência e de prevenção a situações de violação de direitos, emergiu das narrativas das pessoas velhas interlocutoras da pesquisa, como veremos ao longo deste tópico.

A rapidez das informações e a ampliação das ferramentas de comunicação se dão simultaneamente ao aprofundamento do neoliberalismo, cujas pautas centram-se no Estado mínimo, na retirada de direitos e no enfraquecimento das políticas públicas. Por outro lado, compreende-se que a comunicação é aspecto chave dos Direitos Humanos, conforme entendimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Dessa forma, urge entender se os avanços da informação e da tecnologia têm subsidiado a garantia de tal direito ou se têm se constituído como estratégia para manutenção e/ou aprofundamento das estruturas de poder (AZEVEDO, 2020).

No que se refere às opressões relativas à idade, o idadismo tem afetado pessoas velhas nas mais diversas esferas, dentre elas a equidade digital, visto que diante do imaginário social marcado por essa lógica, velhice e tecnologia são realidades opostas e inconciliáveis. Dentre os mitos etários existentes em relação ao envelhecimento, estão presentes concepções como que velhos(as) são incapazes de aprender, que velhice equivale à dependência e doença, que são improdutivos e incapazes.

Assim, ao longo do tempo, o idadismo contribuiu para que velhos(as) não fossem consideradas diante do desenvolvimento tecnológico mundial, embora tal questão seja para além de viável e necessária, um direito previsto em documentos internacionais, como o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (ONU, 2002), bem como em aparatos legais brasileiros, tais como a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e o Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003).

O Plano Internacional de Ação Sobre o Envelhecimento (ONU, 2002) informa que as transformações digitais e as intensas mudanças tecnológicas podem favorecer a marginalização de pessoas velhas, por outro lado educar as pessoas ao longo da vida para

essas transformações contribui para que haja maior integração entre as gerações, o que requer, assim, iniciativas para promover o acesso e a participação de velhos(as) nas tecnologias. Ademais, o mesmo documento demonstra preocupação no que se refere ao acesso de trabalhadores(as) velhos(as) aos conhecimentos tecnológicos, uma vez que sua atuação pode se tornar obsoleta e sua experiência desvalorizada caso não sejam educados(as) para as tecnologias de informação.

Outrossim, o referido plano propõe que todas as pessoas possam fazer uso e se beneficiar das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), considerando diversos fatores, dentre eles, idade e gênero. Assim, faz-se necessário a divulgação desses conhecimentos para as pessoas velhas no sentido de que essas possam utilizar tais informações tecnológicas para facilitar suas atividades cotidianas, além de incentivar a criação de equipamentos e materiais que considerem as mudanças advindas com o processo de envelhecimento.

Já a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) prevê o desenvolvimento de programas de educação na modalidade de ensino a distância, reconhecendo as demandas da população velha; implementação de universidades abertas para velhos(as) visando a universalizar o acesso aos diversos conhecimentos; e o estímulo às formas alternativas de participação das pessoas velhas com o objetivo de integração intergeracional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) define que as tecnologias estejam inseridas nas diversas modalidades e níveis de ensino, bem como na formação de professores.

No que trata do Estatuto da Pessoa Idosa (2003), essa lei estabelece que o Estado deve proporcionar o acesso das pessoas velhas à educação por meio da adequação de currículos, material didático e programas, bem como incluirá, nos cursos destinados a esse público, conteúdos sobre técnicas de comunicação, computação e avanços tecnológicos. Da mesma forma, essa legislação prevê que as instituições de educação superior disponibilizarão cursos e programas de extensão para velhos(as), tanto na modalidade presencial como à distância, formados por atividades formais ou não formais de educação, em uma lógica de educação permanente ao longo da vida.

Dessarte, os documentos acima expostos estabelecem que a educação digital deve ser proporcionada à população velha como um direito social que viabilizará o acesso a outros direitos, tais como educação, formação profissional, participação social, comunicação, saúde, cultura, relações familiares, intergeracionais e comunitárias, dentre outros. Sobre isso, as narrativas apontam que:

A tecnologia é uma maravilha porque tem muitos idosos que ainda não conhecem a tecnologia e ele tendo essa educação, esse aprendizado, ele pode melhorar muito a vida dele. Usar a tecnologia, que hoje é de grande importância. Hoje eu pago minhas contas em casa, no celular. Hoje eu passo o pix e evita o idoso estar no banco, na lotérica. Entende? (Paula, 69 anos).

Por exemplo, eu quero ir ao médico. Quero ir não, preciso ir. Aí a minha filha diz: mãe, hoje eu não posso, porque hoje não dá para eu sair do escritório. Mas aí eu sei pedir um transporte para mim, um Uber, né? Um aplicativo eu sei manusear. Se eu não soubesse, isso aí ia ser um transtorno. Eu ficaria sem a minha consulta, eu ficaria dependendo de quando ela pudesse ir comigo (Antônia, 69 anos).

Eu, por exemplo, eu sou artesã. Às vezes eu quero fazer uma coisa, eu fico pensando: eu quero fazer isso, como é que eu vou fazer? Aí eu vou lá na internet, aí olho os vídeos. Ah, eu não estava fazendo assim... Olha esse jeito assim... Então, quer dizer, a tecnologia está me ajudando a abrir minha mente para eu começar a produzir alguma coisa diferente pra mim. Diferente para mim, né? Porque outra pessoa já fez (Clara, 72 anos).

Essa perspectiva foi evidenciada durante a pandemia de Covid-19, que inaugurou uma nova forma de atendimento às necessidades da população, com o funcionamento de instituições e serviços de maneira remota e intensificou teleatendimentos de saúde, anteriormente já difundidos, mas não utilizados como principal forma de atuação. Em suma, o necessário distanciamento social ocasionado pela pandemia levou as redes de suporte social formal e informal a utilizarem as tecnologias como ferramenta para garantia de direitos, fortalecimento dos vínculos e oferta de cuidados e assistência.

Portanto, o contexto pandêmico significou o aprofundamento de diversas desigualdades sociais, dentre elas a desigualdade digital, uma vez que devido ao distanciamento social, o acesso a atendimentos de saúde, políticas públicas, serviços da justiça, lazer, socialização, suporte e demais direitos passou a ser efetivado por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Cria-se uma nova forma de discriminação e exclusão (infoexclusão) que se trata da segregação e isolamento das pessoas do espaço público comunicativo mediatizado pelas tecnologias. Ao mesmo tempo, também ocorre um silenciamento informacional, pelo qual pessoas não informadas são silenciadas, invisibilizadas e oprimidas, reforçando vulnerabilidades pré-existentes e reiteradas pela nova esfera digital (ONUMA, 2022, p. 225)

Por outro lado, historicamente velhos(as) não foram integrados à tecnologia devido a uma perspectiva alimentada pelo idadismo e que o retroalimenta ao manter pessoas velhas deslocadas do cotidiano cada vez mais digitalizado, as apartando das demais gerações e causando um estranhamento às pessoas velhas da tecnologia, presença constante no dia a dia de todas as gerações. Concernente a esse contexto, as participantes enfatizam:

A gente teve um momento ontem que foi uma pequena confraternização, onde a gente sente essa necessidade de falar, né? Todos nós falamos da necessidade de ter mais autonomia, de aprender, de não depender muito do vizinho, do filho, do neto. Isso é educação e até algumas pessoas falaram que não tiveram a oportunidade de se formar, de ter o ensino médio, né? Mas a tecnologia está aí para todos, independente do nível de instrução e da idade, direito nosso, né? (Marta, 65 anos).

A tecnologia é uma coisa que faz parte da vida da gente como um todo, né? Tudo é tecnologia. Tanto é que agora estão chamando novas tecnologias, né? Mas é isso mesmo! A máquina de escrever era uma tecnologia, assim como o computador é uma tecnologia. E assim o idoso, ele precisa estar atualizado por conta de tá exercendo sua autonomia e seu protagonismo, porque quando você se isola, você se isola da sua comunidade e fica ali, quando você precisa de alguma coisa você vai ficar na dependência de alguém (Antônia, 69 anos).

Tal cenário motivou a Organização das Nações Unidas (ONU) a adotar, como tema a ser refletido mundialmente no Dia Internacional da Pessoa Idosa no ano de 2021, a equidade digital para todas as idades, destacando a importância desse letramento para as pessoas velhas, que devido à desconexão tecnológica, sofrem diversos impactos em sua vida, contribuindo para a intensificação do idadismo, o isolamento social, o distanciamento entre as gerações e o comprometimento da participação social dos(as) velhos(as).

Corroborando essas informações, o Relatório emitido pela União Internacional de Telecomunicação (ITU, 2021) afirma que 4,9 bilhões de pessoas estavam usando a Internet em 2021, o que equivale a 63% da população mundial, entretanto embora os dados representem um crescimento de em média 17% desse índice em comparação ao ano de 2019, há um abismo de conectividade entre aqueles(as) que têm acesso às tecnologias e os(as) que dela são desabilitados.

De acordo com o documento, as desigualdades digitais são marcadas por aspectos como idade, localização, gênero, dentre outros. Assim, os(as) que fazem uso da internet em países desenvolvidos chega em média a 87% enquanto os que residem em países menos desenvolvidos, 19%; nas áreas urbanas são duas vezes maior do que nas zonas rurais e no que tange à idade, 71% da população com idade entre 15 e 24 anos utilizam a internet, já as pessoas das demais idades representam 57% desse público. Ao relacionar o uso da internet e gênero, identificou-se que 62% dos homens utilizam essa ferramenta enquanto as mulheres significam 57%, essa diferença é ainda maior nos países mais pobres (ITU, 2021).

Falando acerca da relação entre envelhecimento e tecnologia no Brasil, embora o número de pessoas velhas acessando meios tecnológicos tenha crescido, principalmente durante a pandemia, na qual foram intensificadas as videochamadas, lives e atendimentos

diversos realizados de forma remota, pesquisa realizada pelo Serviço Social do Comércio e pela Fundação Perseu Abramo junto a 2.369 velhos(as) revelou que 62% não utilizam redes sociais e 72% nunca fizeram uso de aplicativos (SESC; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020).

Cabe destacar que a velhice é a geração com menor intimidade com a tecnologia, tanto na adesão, como no uso e na compreensão das ferramentas digitais, bem como apresenta menor senso de autoeficácia nesse quesito quando comparado às demais gerações. Esse desconforto e falta de intimidade das pessoas velhas com a tecnologia pode gerar uma “ansiedade tecnológica” como uma resposta cognitivo-emocional a essa realidade. Da mesma forma, essas questões acabam por comprometer a equidade tecnológica para pessoas velhas, que diante do sentimento de frustração, do receio de errar, do idadismo, acabam por desistir de aprender e acessar os diversos dispositivos e tecnologias (CACHIONI, 2020). Esse receio e dificuldade de aproximação da velhice com as tecnologias também se destacou na pesquisa.

A tecnologia, ela veio para melhorar a vida dos idosos, embora muitos tenham medo de usar, de aprender. Tem pessoas que não tem. Minha tia com 86 anos, ela tem o celular de última geração e eu ajudo ela a mexer. É difícil na idade dela aprender, mas a família tem que fazer isso pelo idoso (Paula, 69 anos).

Um tema muito palpitante hoje, na atualidade é a tecnologia, certo? E nós temos muitas pessoas, principalmente idosos, que não sabem usar um aparelho telefônico, né? Não sabe. Então eu gostaria muito de aprender mais ainda tecnologia, do que eu sei, para passar para eles (Osvaldo, 76 anos).

A gente não tem muitos profissionais para se dedicar a um só, a uma só pessoa na sala de aula, né? Então acho que faltava um pouquinho disso... Desse corpo a corpo com o idoso. Eu não sei te dizer assim como, de que forma isso poderia ser feito. Talvez para alguns conseguirem chegar, né? Porque a gente vê que às vezes eles até tentam e até querem aprender um pouquinho mais, mas eles têm uma certa dificuldade, às vezes são inibidos e você tem que tipo assim, cutucar para que ele possa ir em frente, né? (Vitória, 65 anos).

Eu sentia um pouco de dificuldade na parte de informática, né? No começo do Conectivid@des nós tivemos umas aulas de informática. Foi difícil, mas foi prazeroso e ao mesmo tempo assim... aquela coisa que eu senti que eu tinha que fazer porque era, é muito necessário para mim, para minha vida no dia a dia (Clara, 72 anos).

A gente vê gente no curso de tecnologia que realmente tem conhecimento zero, então isso faz com que aquela minha ansiedade de busca, eu freie um pouco, porque aquilo eu já sei. Deixar as outras pessoas que não têm essa experiência, ficar perguntando mais, ficar mais ativo. Ou então não cobrar muito, não ficar falando: olha que pergunta besta essa que ela está fazendo, né? Não é besta, né? Ali é o espaço que ela tem que se incluir, independente do conhecimento dela, né? Então é isso! (Marta, 65 anos).

Dessa forma, embora crescente, a participação de pessoas velhas no mundo digital ainda é pequena, visto que essa realidade se constituiu quando essas pessoas já eram adultas ou velhas. Ademais, há diversos graus entre o não uso e o domínio de ferramentas tecnológicas, transitando de alfabetização (processo inicial de aprendizado), letramento (conhecimento para utilização na vida pessoal e coletiva) e fluência digital, numa perspectiva de uso dos recursos tecnológicos e desenvolvimento de uma análise crítica nessa utilização durante o curso de vida, requerendo a promoção de programas de inclusão digital adaptados às características das velhices a fim de proporcionar autonomia no manejo das tecnologias. Tais programas podem ser desenvolvidos por meio de oficinas, cursos modulares, de curta e de longa duração, bem como de ações intergeracionais, nas quais os jovens possam conduzir a interação das pessoas velhas com as tecnologias (DOLL; MACHADO; CACHIONI, 2017).

Durante a pesquisa, ao abordarmos o tema da educação, interlocutoras afirmaram estarem participando de iniciativas de educação tecnológica para velhos(as), manifestando a relevância dessa participação para elas.

Atualmente eu estou fazendo o curso, que é do projeto, é do Instituto Idear, que também é voltado para idosos. Esse projeto é voltado para a área de... Como é que eu posso dizer? Eles vão ensinar pra gente, orientar e melhorar a questão do uso das tecnologias, né? Smartphone, tablet? Então eles até deram um tablet para cada idoso que está participando e está sendo online. Eles estão explicando pra gente tudo. A questão do *(Google) Meet*, das redes sociais, entendeu? Então eles, esse projeto, está visando a facilidade para nós, idosos, de continuarmos sendo independentes (Vitória, 65 anos).

O (Instituto) Idear eu busquei mais pelo fato... Assim eu conheço bastante coisa da área de informática, né? De tecnologia e tal, mas quando a gente para de trabalhar, realmente tem uma quebra, porque você não tem aquela prática diária. Você fica um pouco restrito e a tecnologia, ela avança muito rápido, né? Então a gente sente! Embora a gente tenha feito aqui para começar o Conectivid@des a gente teve umas atividades de inclusão digital. Então isso de uma certa forma eu avancei, mas como era de inclusão digital para idosos eu imaginei assim... a gente vai tirar mais alguma dúvida, vai aprender a ter mais autonomia em algum aplicativo que eu ainda não domine, né? E está sendo muito válido. (...) Pra mim está sendo prazeroso essa troca, né? de ver que tem pessoas mais idosas que eu, de 70, 75 anos, que não tem essa habilidade, esse conhecimento, então é uma oportunidade de troca (Marta, 65 anos).

A realidade da não integração dos(as) velhos(as) à tecnologia gera nessas pessoas um sentimento de não pertencimento a uma sociedade globalizada e informatizada, que avança tecnologicamente a passos largos e tem nos meios digitais sua fonte preferencial de acesso e comunicação, especialmente após o período pandêmico. Esse contexto deságua em isolamento social, insegurança e desvalorização da velhice, o que ganha

maior vulto com o discurso idadista sobre ela, que inibe, por vezes, a progresso das relações intergeracionais e a integração da velhice às tecnologias.

Da mesma forma, urge reafirmar que as pessoas velhas são indivíduos do tempo presente e, portanto, podem ser afeitas a assuntos atribuídos, pelos estereótipos, à juventude, como as tecnologias. A tecnologia é presente no cotidiano de todas as gerações, seja nos terminais de autoatendimento em bancos, lojas e supermercados; uso frequente de aparelhos celulares e eletrodomésticos digitais; ingresso nas redes sociais; realização de compras online; dentre outras atividades rotineiras na atualidade. Como afirmam Antônia (69 anos) e Vitória (65 anos):

Eu acho que as tecnologias também não se resumem a celular e computador. Hoje dentro de uma casa tudo tem tecnologia, saber ligar as coisas, saber mexer naqueles botões, nas coisas. Você chega no elevador, você tem que saber. Eu tenho uma pessoa que trabalha lá em casa e é muito difícil pra ela, ela não é idosa, ela tem uns 50 anos, mas ela não sabe ligar uma máquina de lavar porque a máquina não tem aqueles botões de água e sabão, então ela não sabe manusear. Então essas dificuldades é que dá a diferença das velhices que tem aí (Antônia, 69 anos).

Então eu acho que isso para o idoso precisaria ser bem focado nessa parte, né? (...) Tanto você nas redes sociais, na parte financeira. Entendeu? No (Instituto) Idear eles vão dar essa aula financeira para a gente também, mostrando como você deve manusear seu dinheiro, Como você deve pagar suas contas pelo celular, porque daqui a pouco já não tem nada no papel. Já praticamente não estão mais dando de luz, de água... Então você vai ter que fazer tudo isso pelo celular (Vitória, 65 anos).

Em primeiro lugar, seria a tecnologia mesmo em si, né? A informática que hoje tudo envolve isso. As máquinas do supermercado, tudo o que você vai exigir pôr o dedinho lá, né? E até depois da pandemia aí que ficou mesmo, né? Depois da pandemia aí vem robótica, vem isso, vem aquilo, isso tudo é um bicho de sete cabeças para o idoso. Como que ele vai? Porque nós somos da era da máquina de escrever, do escrever na caneta, não é? Então assim... Essa parte aí seria importante em toda e qualquer área. Começa por aí. Eu acho que começa por aí (Clara, 72 anos).

Convém notar, assim, que vivemos em uma imersão digital, na qual as tecnologias estão presentes dos postos de trabalho e instituições a residências. Por outro lado, são escassos os investimentos em iniciativas de educação de pessoas velhas para a tecnologia e estudos voltados para o impacto de seu uso na velhice (CACHIONI, 2020).

Ademais, é preciso entender que tal deslocamento possibilita que velhos(as) estejam mais vulneráveis a violações de direitos, tais como violência financeira, vazamento de seus dados, *fake news*, crimes cibernéticos, golpes em aplicativos de relacionamento, restrição na comunicação, dentre outras violências.

A questão da educação tecnológica como prevenção a violências fez parte das narrativas durante a pesquisa.

Já conversei com idosos que não sabiam mexer em nada da tecnologia e eles diziam: minha filha, tudo que me dizem eu aceito. Eu tenho que aceitar o que me dizem porque não sei ir sozinho. Só recebo meu dinheiro se alguém receber por mim. Aí se a pessoa disser que tirou R\$ 1.000,00 ele acredita porque não sabe mexer, não sabe ler (Paula, 69 anos).

Essa parte de informática para você não ser enganado é essencial, porque tem muita gente sabida aí. (...) Isso tudo que fizer e estiver para que você possa trabalhar essa parte de orientação é importante demais. Olha que eu estou cansada de estar ali embaixo, esperando meu irmão vir pegar eu e minha mãe. Aí chega senhoras pedindo pra eu pedir um Uber. Ela dá o celular e eu vou tentar ensinar. Às vezes algumas não querem aprender mesmo, dizem: não, não, não, não. Vou conseguir fazer isso aí não. Mas são coisas tipo assim básicas, mas que está no nosso dia a dia e a gente precisa, porque nem todo tempo você vai ter alguém ali do seu lado e alguém que possa chegar, pode querer te enrolar. A gente precisa disso porque a gente tem que se tornar independente. Eu fico assim... porque esses idosos da comunidade ficam muito dependentes de netos e de outras pessoas e acabam sendo enrolados, ficam com cartão, gastam o dinheiro do idoso irresponsavelmente e às vezes a gente percebe que eles queriam fazer as coisas, mas não conhecem. Não conseguem ir no caixa eletrônico, retirar seu dinheiro, fazer um planejamento financeiro. Eu vejo isso! Se pudesse... Eu gostaria muito dessa questão pro idoso (Vitória, 65 anos).

Sobre isso, Vitória (65 anos) continua a explicitar a importância de uma educação tecnológica ampla, que envolva não só o manuseio, mas uma análise crítica das informações.

Pra mulher idosa seria importante ter uma educação em relação a relacionamento pela internet, esses golpes que têm aí. Eu fico triste quando eu vejo a quantidade de idosas sendo enganadas. Eu acredito que seja a questão da carência muito grande, ficam dentro de casa, não têm acesso à informação. Eu tenho várias amigas que passam muito tempo em computador em sites de relacionamento. As mulheres têm que ser incentivadas a saírem de casa, a aprenderem coisas, a segurança na internet e a não se deixar iludir.

No que concerne crimes pela internet, o Relatório de Crimes Cibernéticos da *LexisNexis Risk Solutions*²⁰ apontou que, em 2021, o grupo etário acima de 75 anos foi o segundo mais atingido por fraudes em transações digitais, antecedido apenas pelas pessoas de 18 a 24 anos. Os golpes foram intensificados, no referido ano, em 11% no grupo de 55 a 64 anos; de 20% entre pessoas de 65 a 74 anos; e 26% entre pessoas com idade a partir de 75 anos. Dentre o grupo mais velho, as violações mais identificadas foram golpes, bem como fraudes efetivadas por familiares que, utilizando o celular da pessoa velha, realizam empréstimos, compras e transferência de valores sem consentimento, o que caracterizaria violência financeira.

A digitalização de diversos serviços durante a pandemia de Covid-19 e a pouca familiaridade das pessoas velhas com a tecnologia são vistos pela empresa responsável

²⁰ Pesquisa disponível em: <https://risk.lexisnexis.com.br/about-us/press-room/press-release/20200223-biannual-cybercrime-report>.

pela pesquisa como as principais causas para essas ocorrências, por conseguinte, aponta a educação digital como fundamental ação de prevenção às violações.

Diante dessa realidade, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2021) recomenda iniciativas para a equidade digital de pessoas velhas, quais sejam: sensibilizar a sociedade para a importância do tema, prevenindo estereótipos, preconceitos e discriminações relativas ao acesso de velhos/as à tecnologia, bem como considerando suas condições socioculturais e autonomia; fortalecer o papel das políticas públicas e legislações para garantir privacidade e segurança dos dados de pessoas velhas no mundo digital; criar leis que contemplem uma abordagem intersetorial dos direitos humanos de pessoas idosas, com foco na construção de uma sociedade para todas as idades, dentre outras ações.

Reconhece-se que as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) podem dirimir distâncias geográficas e facilitar o acesso à informação e à socialização de pessoas de todas as idades, bem como estimular a autonomia e potencial criativo e crítico dos(as) velhos(as), porém para que haja intimidade entre todas as gerações e essas ferramentas existirão dificuldades que podem gerar desigualdades digitais (CARLETO; SANTANA, 2017).

É de amplo entendimento que as tecnologias representam ganhos à vida dos(as) velhos(as), promovendo saúde, contribuindo para a cognição, facilidade nas atividades de vida diária, sentimento de pertencimento social e envolvimento no processo de aprendizagem, entretanto há entraves no acesso e utilização das ferramentas digitais, além de dificuldades para analisar as informações disponibilizadas na internet, o que pode repercutir em questões objetivas e subjetivas das pessoas velhas (CACHIONI, 2020).

Reconhecemos esses benefícios, mas questionamentos relativos à tecnologia se fazem necessários, mormente quando consideramos que essa não é um bem democratizado e que a possibilidade ou negação de seu acesso expõe desigualdades. Portanto, questionamos: a tecnologia está sendo percebida como um direito? Há a noção de que esse direito viabiliza outros, tais como a informação e o acesso a serviços? Quem são as pessoas velhas que têm acesso à tecnologia? Que papel a educação tem exercido para a ampliação desse aspecto? Quais alternativas são disponibilizadas àqueles/as que estão apartados do mundo tecnológico por abismos sociopolíticos, econômicos, educacionais e culturais?

Revela-se que a relação entre velhice e tecnologia pode ocorrer em diferentes espaços, situações e finalidades, quais sejam: aperfeiçoamento profissional, lazer,

segurança, participação social, aumento da autoestima, socialização, ações preventivas e de reabilitação à saúde, dentre outras.

Com o fito de estudar essa conexão, surgiu a Gerontecnologia, que intenciona utilizar as tecnologias para a garantia de maior qualidade de vida e participação social às pessoas velhas. As possibilidades de aprendizado são múltiplas: efeitos preventivos de saúde, tecnologia assistiva para possibilitar a execução de atividades de vida diária a pessoas velhas frágeis, comunicação a longas distâncias e participação social, engajamento em atividades de lazer e educação virtuais, aperfeiçoamento para o mercado de trabalho, acesso a serviços públicos e produtos etc. (DOLL; MACHADO; CACHIONI, 2017).

Nesse sentido, a Gerontecnologia tem dado importantes contribuições, sendo definida como uma área interdisciplinar que associa a Gerontologia, ou seja, o estudo biopsicossocial, cultural e político do envelhecimento humano; com a tecnologia, tendo como objetivos pesquisar e desenvolver inovações tecnológicas relativas a produtos e serviços que apoiem o cuidado, considerando as diferenças socioculturais; contribuir para formatar ambientes sustentáveis e adaptados à velhice, dando suporte à vida e à participação social de pessoas velhas; e favorecer a formação de uma geração de velhos/as independentes e autônomos. Para tanto, a Gerontecnologia considera que as ferramentas tecnológicas ainda são incipientes na prestação de cuidados, que há desigualdades no acesso à conectividade, que há pouca habilidade no uso dessas ferramentas entre os sujeitos velhos e que as informações são compartilhadas sem análise crítica, dando margens à disseminação de *fake news* (SANTANA, 2020).

Da mesma forma é preciso salientar que tratar sobre tecnologia e envelhecimento toca em temas como acesso, projetos de vida, comunicação, oportunidades, direitos, dentre outros aspectos que apontam para uma educação integrada. Conforme afirma Cachioni (2020), a inclusão digital é relacionada à inclusão social, possibilitando desenvolvimento social, interpessoal e cognitivo das pessoas velhas. Sobre esse aspecto, Joana (67 anos) salienta que:

A tecnologia é muito importante pra gente, porque a gente se conecta com o mundo e com as pessoas, com outros grupos, né? É muito importante essa conexão, porque é uma troca de ideias. A gente teve um trabalho muito importante no projeto Conectivid@des, que a gente trocou ideias com idosos que participam do projeto em outro estado, né? Isso foi muito bom, porque eles conheceram nosso projeto e a gente conheceu o projeto deles através da tecnologia. Foi muito importante!

Freire (1982) revela a necessidade de superar a suposta contradição entre humanismo e tecnologia, pois vivemos em um tempo cada vez mais tecnológico e uma educação que não envolva a preparação técnica do educando, ou que não englobe a humanização, será pouco instrumental, podendo estagnar diante do desenvolvimento ou lançá-lo à massificação.

Ademais, é importante considerar que a inclusão digital não é proporcionada apenas com a disponibilização de equipamentos, mas que perpassa uma educação atenta às condições biopsicossociais do envelhecimento, superação de estereótipos, adaptação de linguagens, conteúdos, materiais e tecnologias, bem como que respeite e estimule a autonomia dessas pessoas, conhecendo seus interesses e necessidades, pois cabe registrar que para parte delas essa realidade não é atraente.

Porém, é fundamental elucidar que tal discussão não é centrada no desejo ou desinteresse das pessoas velhas pela tecnologia, mas pelo direito de todos(as) a terem acesso a ela, de forma correspondente às suas peculiaridades, como ponte para outros direitos e oportunidades de participação social.

Concordando com essa afirmação, Cachioni (2020) realça que para além da disponibilização de equipamentos, a inclusão digital passa pelo desenvolvimento de habilidades para a sua utilização, o que seria a etapa de alfabetismo digital, contemplando acesso e utilização das tecnologias. A etapa seguinte é a do letramento digital, que consiste na formação para a compreensão, análise crítica e condições para administrar e reelaborar as informações acessadas. Para finalmente alcançar a fluência digital.

Além disso, no que se refere a práticas pedagógicas, apenas disponibilizar um novo modelo de aprendizagem não garante a ampliação da participação das pessoas velhas nas questões tecnológicas, uma vez que o planejamento, a metodologia e os recursos didáticos necessários ao desenvolvimento das iniciativas educacionais dessa área devem ser adaptados às especificidades da velhice. Nessa perspectiva é necessário que as atividades para a aprendizagem do uso de tecnologias por pessoas velhas conciliem teoria e prática, agregando conceitos para a utilização e aplicabilidade dos conteúdos na vida prática dos(as) velhos(as) (CACHIONI, 2020).

Então eu acho que se tivesse assim... um dinamismo, uma coisa mais dinâmica. Como é que eu faria essa dinâmica? Eu gosto muito das coisas lúdicas, entendeu? Então eu acho que às vezes na própria informática, se talvez fizesse um curso que tivesse alguma coisa bem lúdica. Eu acho que seria bem melhor para o idoso. Porque o idoso, ele tem essa percepção melhor se você tem alguma coisa dessa forma pra ele. Se você for com aquela seriedade... Eu sei que precisa das

informações, mas para o idoso, aquilo ali não vai. Se você chegar aqui e disser: ó, gente, isso aqui é um RAM, isso aqui é um, digamos... isso aqui você vai deletar, você vai não sei o quê... Se você for com a teoria o idoso não vai, ele não vai entrar naquilo ali, entendeu? O idoso é... Nós precisamos mais da prática. Eu estou falando por mim, mas eu penso nos outros também. Eu acho que se você for logo na prática, fizer uma coisa mais dinâmica com eles... Assim eu acho que eu aprenderia bem melhor (Vitória, 65 anos).

Nesse escopo, convém afirmar que a velhice não pode ser novamente reprivatizada no que se refere ao seu acesso às tecnologias em uma ótica de sua responsabilização por esse acesso, visto que a participação e integração de pessoas velhas às tecnologias de comunicação e informação não podem depender exclusivamente de sua iniciativa, mas de políticas públicas e de tecnologias inclusivas que facilitem seu acesso. Outrossim, também é preciso destacar que não há obrigatoriedade das pessoas velhas se integrarem às tecnologias, entretanto é preciso propiciar que haja essa possibilidade, considerando a necessidade de democratizar as tecnologias (ONUMA, 2022).

O cenário apresentado aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas e iniciativas que ampliem o acesso dos(as) velhos(as) à tecnologia, devendo-se para isso considerar a autonomia e interesse desses sujeitos na adesão a tais propostas. Igualmente, é fundamental desconstruir os estereótipos, preconceitos e discriminações referentes à relação tecnologia e envelhecimento, uma vez que no contexto de desigualdades adensadas pela pandemia de Covid-19, as tecnologias têm se configurado como importantes estratégias na minoração de tais efeitos, inclusive para a população velha, o que requer remover barreiras de acesso e de comunicação.

Ademais, é importante a oferta de programas de letramento digital para a velhice que tem direito a acompanhar as inovações e distribuição dos bens e informações digitais, em uma ótica de educação permanente, que ultrapassa o treinamento, contemplando questões comunitárias, sociais e políticas (CACHIONI, 2020).

Eles gostariam de saber mais, principalmente essa questão de você saber mexer no celular, de ter essa informatização, então a gente percebe que eles querem, mas a dificuldade é grande, porque se tivesse uma sala de aula pública pra idosos seria diferente. O Sesc por exemplo tem, mas um idoso da comunidade não tem como pagar, como participar, porque R\$ 100,00 pra eles é um remédio, é alimentação. A gente precisa desse acesso pros idosos mais carentes, porque pra gente que teve oportunidade, a gente paga e corre atrás, mas pro idoso que tá lá na comunidade, que tem aquela sede de aprender, não. A gente vê que muitos filhos desses idosos, tentam ensinar seus pais também (Vitória, 65 anos).

E as políticas públicas, né? (...) Uma das minhas amigas trabalhou a vida inteira no balcão dos correios, trabalhava colocando selo, então ela não evoluiu nada

de informática e hoje ela sabe fazer as coisas porque fez curso de tecnologia pra idosos. Ela foi chamada pra trabalhar de novo nos Correios, mas receberam ela mal, não foi acolhida pela chefia. Só apontaram pra mesa com um computador e ela nem sabia mexer na época (Marta, 65 anos).

Ressaltamos que aqui não se trata de entronar a tecnologia como uma obrigação para a velhice se manter “atualizada” e “interessante” para a sociedade, nem de demonizá-la, colocando-a como vilã dos novos tempos, responsável por distanciar as gerações e para a intensificação do idadismo. Trata-se de reconhecer o terreno contraditório, marcado por desafios e possibilidades, bem como de entendê-la como um direito que deve ser garantido, socializado e democratizado para as pessoas velhas que assim desejarem por meio de políticas públicas, pois como apontado pelos(as) participantes da pesquisa, o acesso ao letramento digital na velhice ainda é escasso, restrito, privado e caro, o que inviabiliza que as diferentes velhices o alcance.

Atribuir à tecnologia para pessoas velhas o papel de vilã estimula o idadismo e fortalece a ideia de que tecnologia e velhice são opostas, que à primeira cabe a inovação e a juventude, ao passo que a segunda se refere à memória e à tradição, bem como de que ambas são inconciliáveis.

Distante disso, as narrativas apontaram para a necessidade de aproximar as múltiplas velhices da tecnologia. Assim, consideramos que a Educação Profissional e Tecnológica pode facilitar o letramento tecnológico de pessoas velhas, não apenas no que se refere a cumprir tarefas do cotidiano ou a assistir lives, utilizar aplicativos de mensagens e participar de videochamadas, mas contribuindo para a participação social e política desses sujeitos, para a construção de sentimento de pertencimento e consciência crítica na sociedade da informação, para prevenir violações de direitos e para que memória e tecnologia possam caminhar juntas na produção e disseminação de conhecimentos, saberes e possibilidades de transformação.

4.4 Perspectivas para uma Educação Profissional e Tecnológica em uma ótica gerontológica

Neste tópico, evidenciaremos a categoria educação e os significados a ela atribuídos pelos(as) interlocutores(as) da pesquisa, que apontaram suas percepções sobre a EPT, sugeriram temas e metodologias, além de avaliarem a educação para pessoas velhas no Brasil.

De início é importante pontuar que a educação é um direito de todas as gerações, essencial ao pleno desenvolvimento dos indivíduos, não se restringindo à formação para o trabalho, mas também para o exercício da cidadania em seu pleno sentido e para a construção de uma consciência crítica (RODRIGUES; MAFRA, 2018).

Em nosso país a educação é direito constitucional e é orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nessa legislação, a Educação de Jovens e Adultos é estabelecida como:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996).

Embora a LDB estabeleça a articulação da EJA com a educação profissional, não define como essa articulação poderá ser realizada nem estabelece suas condições, trazendo logo em seguida, no artigo 39, a Educação Profissional e Tecnológica, que deve abranger a formação inicial e continuada, a educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação.

Visando estabelecer essa articulação, dez anos depois da promulgação da LDB o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), por meio do Decreto nº 5840/2006.

O PROEJA inclui cursos de educação profissional técnica integrada ou concomitante ao ensino médio; qualificação profissional, contemplando a formação inicial e continuada integrada ou concomitante ao ensino fundamental e ao ensino médio (BRASIL, 2006).

É interessante observar que o PROEJA não propõe uma EPT articulada à EJA que ultrapasse o acesso à escolarização e profissionalização daqueles(as) que foram impossibilitados de alcançá-las na idade esperada, o que colide com os dados encontrados durante a pesquisa e que são discutidos neste tópico. Ademais, não rompe com a dualidade entre educação básica e educação profissional.

Reconhecemos que a educação é um direito humano fundamental, que ao longo do tempo não foi acessada por todos os indivíduos. No Brasil, seu histórico é marcado

por uma dualidade estrutural entre educação básica e educação profissional. A educação básica seria voltada para a elite, contemplando cultura, artes, ciências, a continuidade dos estudos e o acesso às profissões mais valorizadas. Já a educação profissional seria destinada à população pobre, à classe trabalhadora, no sentido de preparar mão de obra de acordo com as exigências do capital (BORGES; CAMARGOS, 2022). Esse dualismo é fortalecido pelo contexto social atual, caracterizado por desigualdades cada vez mais latentes, oportunizando que ricos(as) e pobres tenham acesso díspare a uma educação diferente para cada uma dessas classes (SIPAÚBA FILHO et al., 2022).

Hooks (2013) lembra que a segmentação da educação também é propagada com a divisão entre o conhecimento obtido nos livros e o conhecimento obtido na vida e de como viver no mundo, na cisão entre mente e corpo, na separação entre público e privado, na desconexão entre vida e profissão, havendo um incômodo quando os(as) aprendentes desejam ser vistos(as) como seres humanos integrais, com contextos e experiências de vida complexas, e não como pessoas que buscam acesso a conhecimentos compartimentalizados.

Na contramão dessa perspectiva, se propõe uma educação integral, politécnica e omnilateral, pública e igualitária, na qual os indivíduos tenham acesso a conhecimentos nas mais diversas áreas, possibilitando não apenas a formação para o trabalho, como também ampla leitura do mundo e formação crítica, superando a referida dicotomia (BORGES; CAMARGOS, 2022). Nesse escopo, as diretrizes ético-políticas da EPT defendem a superação dessa fragmentação educacional, garantindo acesso à cultura e ao conhecimento sistematizado, como estratégia para superar desigualdades sociais (SIPAÚBA FILHO et al., 2022).

Considerando esse cenário, é necessário que se entenda o perfil da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na qual também estão inseridas as pessoas velhas, visto que essa modalidade é composta por trajetórias pessoais e escolares heterogêneas, marcadas pela desigualdade, demandando, assim, uma educação para além do trabalho (SANTOS; ANDRADE, 2021).

A referida heterogeneidade diz respeito à classe, gênero, raça, etnia, geração, local de origem e está presente tanto na EJA como no próprio envelhecimento, demandando a efetivação de diversos direitos, dentre eles a educação formal e não formal, a cultura, o esporte, o transporte, a assistência social, a saúde, dentre outros (TODARO; CACHIONI, 2021).

Ademais, convém lembrar que os(as) aprendentes da EJA apresentam trajetórias de vida marcadas por desigualdades que obstaculizaram seu acesso à educação durante a vida e embora a legislação seja essencial para garantir esse acesso, elas, de forma isolada, não conseguem superar essa realidade sem que haja uma construção crítica que perceba e reverta os efeitos das condições históricas e culturais que originam o analfabetismo (SANTOS; ANDRADE, 2021).

Nessa perspectiva, há ampla diversidade, como já mencionamos, nos públicos atendidos pela EJA, que se dá em um terreno em comum entre eles, as condições de classe e a desigualdade em seu curso de vida expressas na pobreza, desemprego, trabalho informal, dificuldade de acesso às políticas públicas, dentre outros. Essa realidade impõe o desafio de pensar em uma educação que não restrinja a educação para pessoas adultas e velhas à adaptação aos anseios do mercado, focada na formação técnico-científica a medida em que relega a formação humana e crítica ao esquecimento (PAULA, 2009).

Paula (2009), salienta que o público da EJA busca a escola por vontade própria e não por uma obrigatoriedade de escolarização imposta por lei, como no caso das crianças, o que faz com que a educação para esse público seja pensada considerando seus perfis e trajetórias.

Contribuindo com essa reflexão, Menezes (2017), sublinha que para as mulheres velhas que frequentam a EJA, frequentar a escola representa extrema importância, diante de suas histórias de vida marcadas por privações, exclusão educacional e negação de direitos sociais. Essas mulheres começaram a trabalhar ainda na infância, sem espaço para o lazer, por elas entendido como a ausência de afazeres.

Dessa forma, muitas delas, durante a pesquisa realizada pela autora, identificaram a ida à escola como um momento de lazer, identificado por atividades prazerosas oposta às obrigações e responsabilidades, cuja realização não persegue um objetivo em específico ou uma recompensa para além da própria vivência em si. Outrossim, a escola como lazer reflete a possibilidade de construir novos vínculos e relações de amizade, ampliando e fortalecendo a sociabilidade, a partir de grupos que oferecem suporte, rede de troca e sociabilidade (MENEZES, 2017). É o que afirma Vitória (65 anos): “A gente vê que é muito importante pro idoso a força do grupo, sabe? Porque muitas vezes sozinho ele não vai, mas aí quando tem alguém que puxa, que estimula, que chama, que acompanha, já muda, né? Que tem aquele grupo que um vá envolvendo o outro, vai crescendo.”

O grupo assume grande importância para pessoas velhas. Sobre o tema, Bosi (1994, p. 414) aponta que:

O grupo é o suporte da memória e nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. Quando o grupo é efêmero e logo se dispersa, como uma classe para o professor, é difícil reter o caráter e a fisionomia de cada aluno. Para os alunos as lembranças são mais sólidas, pois tais fisionomias e caracteres são sua convivência de anos a fio. O grupo de colegas da faculdade é, em geral, duradouro, constitui, pouco a pouco, uma história e um passado comuns, não raro se definindo por alguma maneira de atuar na sociedade que caracteriza sua geração.

Além disso, na velhice, a troca de experiências e vivências, presentes na convivência grupal, representam além de um processo de ensino e aprendizagem, a ampliação da autoestima e do bem-estar, pois pessoas velhas possuem desejo de partilha e de pertença (PEREIRA, 2021).

Assim, o convívio e a socialização em grupo oportunizam a troca de experiências e percepções, podendo deflagrar uma ressignificação e reconstrução da participação e da vida das pessoas velhas, além de fornecerem apoio emocional, estímulo, sentimento de pertença, aprendizado, fortalecimento da autonomia e produtividade, entretanto sem objetivos mercadológicos (MENEZES, 2017). Ribeiro e Neri (2013) contribuem nesse escopo afirmando que:

De modo geral, a vivência grupal proporciona reflexão sobre a maneira de estar no mundo, valores, direitos e relações com a coletividade (...). Os grupos para idosos são espaços que utilizam o diálogo e a comunicação como a base de suas atividades. São inúmeros os benefícios advindos da participação neste tipo de proposta de intervenção: trocas sociais, de experiências e dificuldades, aprendizagens, estímulo das capacidades cognitivas, apoio emocional, favorecimento de sentimentos positivos, compartilhamento de preocupações, dúvidas e medos e a emergência de soluções criativas para os problemas enfrentados no cotidiano (p. 45).

Ainda sobre essa questão, Menezes (2017) aponta que o sentimento de pertença se relaciona com o fortalecimento da cidadania, da democracia e da igualdade de direitos, sendo a escola cidadã uma escola de coletividade e de colaboração, oposta à perspectiva neoliberal de individualismo e competitividade.

Ante esses aspectos, a educação em uma ótica emancipatória, tem como intento a socialização, a formação integral dos sujeitos, o desenvolvimento da reflexão e o aperfeiçoamento da criticidade, ultrapassando a racionalidade instrumental do conhecimento (MENEZES, 2017). Portanto é essencial desconstruir a ideia de educação compensatória na EJA, que não pode ser ofertada a partir de uma adaptação do ensino básico ao seu público, mas deve ser planejada em sua totalidade, contemplando os perfis

dos indivíduos, suas demandas e saberes, em uma perspectiva de que esse é um direito de todas as pessoas (SANTOS; ANDRADE, 2021).

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura (FREIRE, 2011, p.51).

Nesse sentido, a educação deve contribuir para a transformação da vida dos(as) educandos(as), em uma ótica que envolva o conhecimento de si, do contexto social e da realidade global com uma concepção libertadora da educação que adote a transversalidade do envelhecimento como princípio. Assim, o espaço educacional é também um espaço de construção e fortalecimento da autonomia e da independência na velhice (MENEZES, 2017).

Portanto, a EJA não deve se limitar a ensinar a ler e a escrever, mas estimular novas formas de pensar, criatividade, anseio por aprender, autodesenvolvimento e transformação pessoal e comunitária (MACACCHERO; ALMEIDA, 2009), pois como enfatiza Freire “não podemos alimentar a ilusão de que o fato de saber ler e escrever, por si só, vá contribuir para alterar as condições de moradia, comida e mesmo de trabalho (...) essas condições só vão ser alteradas pelas lutas coletivas dos trabalhadores por mudanças estruturais da sociedade” (1991, p. 70).

Diante dessa perspectiva, a educação emancipatória se coaduna com a educação permanente e se opõe à educação neoliberal, dicotômica, utilitária e produtivista, que percebe a escola como espaço para formação de mão de obra e limita sua função à preparação para o mercado, descartando as pessoas velhas do contexto escolar, na qual a escola é restrita à relação educação-trabalho, em uma perspectiva de empregabilidade, desprovida da formação humana e da produção de conhecimentos que contribuam para a vida dos indivíduos (PAULA, 2009).

Dessa feita, condiz adotar metodologias, conteúdos, objetivos e atividades conforme as demandas das pessoas velhas e da sociedade que está em processo de envelhecimento, em uma lógica de educação permanente e que perceba as pessoas velhas como agentes no processo de educação em relação com o outro em um movimento dialético e de envolvimento com a vida (PEREIRA; TODARO; CACHIONI, 2021).

A educação para pessoas velhas deve estimular a participação social desses indivíduos, ofertando ferramentas para tanto, em uma prática educativa progressista. Por conseguinte, educar pessoas velhas não é apenas ocupar tempo livre, mas suprir suas

demandas educativas e socioculturais, por meio de metodologias participativas, horizontais e dialógicas, integrando os(as) velhos(as) como detentores de conhecimentos teóricos e práticos essenciais à transformação social e que foram adquiridos ao longo do curso de vida (PEREIRA; TODARO; CACHIONI, 2021).

Como professora, reconheço que os alunos de grupos marginalizados têm aula dentro de instituições onde suas vozes não têm sido nem ouvidas nem acolhidas, quer eles discutam fatos - aqueles que todos nós podemos conhecer -, quer discutam experiências pessoais. Minha pedagogia foi moldada como uma resposta a essa realidade. Se não quero que esses alunos usem a "autoridade da experiência" como meio de afirmar sua voz, posso contornar essa possibilidade levando à sala de aula estratégias pedagógicas que afirmem a presença deles, seu direito de falar de múltiplas maneiras sobre diversos tópicos. Essa estratégia pedagógica se baseia no pressuposto de que todos nós levamos à sala de aula um conhecimento que vem da experiência e de que esse conhecimento pode, de fato, melhorar nossa experiência de aprendizado. Se a experiência for apresentada em sala de aula, desde o início, como um modo de conhecer que coexiste de maneira não hierárquica com outros modos de conhecer, será menor a possibilidade de ela ser usada para silenciar. (...) Visto que esse exercício transforma a sala de aula num espaço onde a experiência é valorizada, não negada nem considerada sem significado (HOOKS, 2013, p. 113-114).

Nesse sentido, Menezes (2017) observa que as interlocutoras de seu estudo salientam a relevância da educação formal sem desprezar o valor do senso comum, o definindo como o saber da vida, perspectiva que coaduna com os dados identificados durante esta pesquisa.

Eu fui vendo necessidades muito maiores do que as minhas, outras pessoas que têm menos do que eu. Mas eu vi que as necessidades são totalmente diferentes umas das outras em todos os âmbitos. Financeiro, social, psicológico... Então isso aí me trouxe mais empatia com as pessoas. Eu não tinha essa empatia. Não tanto quanto eu tenho depois que eu passei a participar de atividades. De procurar entender as velhices mesmo de um modo geral. Até a ser mais tolerante, me ensinou muita coisa. Me ensina! A cada dia eu aprendo mais, me ensina a ser mais tolerante, a ter mais empatia. Até a ter mais assim... Olhar o meu semelhante com outros olhos que eu não olhava antes porque eu não tinha conhecimento. Eu não tinha. E a partir do momento que eu passei a ter esse conhecimento me trouxe essa visão mais ampla em relação às velhices. Isso me ajudou muito e tem me ajudado (Clara, 72 anos).

Participar das atividades, dos projetos, fez eu me jogar na realidade. Tem muitas coisas minhas que estavam aqui dentro, presas. E eu consegui, sabe, me abrir assim com as pessoas. Encontrei muito apoio (Vitória, 65 anos).

Eu tenho uma amiga, a Cacique Pequena. Ela não estudou, não teve acesso a uma universidade, mas ela soube se impor na sociedade da própria tribo dela. Ela disse que quando assumiu a tribo Jenipapo Canindé, que fica ali em Aquiraz, ela disse que os caciques tudinho foram contra porque ela é mulher e não podia assumir. Ela lutou e ela é conhecida no mundo inteiro como a primeira mulher cacique no Brasil. Ela é idosa e até hoje ela luta pelos direitos dela e das outras mulheres da tribo. Eles têm escola lá na tribo, alguns jovens estão em universidade. Ela pediu um posto pra ver a saúde deles e hoje eles vivem bem porque de primeiro eles viviam de sobressalto porque iam tomar as

terras deles. Ela não foi alfabetizada, mas ela tem uma educação de dar inveja, ela é uma escola viva, eu passo horas conversando com ela. Uma das netas dela vai assumir uma pasta a favor dos indígenas porque eles são muito massacrados. Ela sempre diz que não tá velha pra assumir posto nenhum. Ela tem muita sabedoria! (Joana, 67 anos).

Eu fui muito acolhida aqui no Sesc. Eu cheguei aqui vindo de empresa, de um mundo muito fechado. Eu ouvia música, mas não refletia sobre ela. Ensinar as pessoas a ouvir, a sensibilidade, o lúdico. Conviver com as pessoas aqui me ensinou tanto, sabe? A me relacionar, a não desperdiçar, a ser melhor, sabe? Tenho coisas e não quero, enquanto tem tanta gente que não tem nada. Aprendi sobre sobrevivência (Marta, 65 anos)

Corroborando essa reflexão, Todaro e Cachioni (2021) afirmam que a sabedoria envolve aspectos cognitivos, motivacionais, emocionais, consistindo em uma expressão da inteligência prática, dos mecanismos de seleção, otimização e compensação, em uma perspectiva de ser mais, visto que como somos seres inacabados, na busca por autonomia, podemos irmos além e nos reinventar.

(...) um grande respeito, também, pelo saber só de experiências feito, como diz Camões, que é exatamente o saber do senso comum. Discordo dos pensadores que menosprezam o senso comum, como se o mundo tivesse partido da rigorosidade do conhecimento científico. De jeito nenhum! A rigorosidade chegou depois. A gente começa com a curiosidade indiscutível diante do mundo e vai transformando essa curiosidade no que chamo de curiosidade epistemológica (FREIRE, 1995, p.6).

Nesse sentido, pessoas velhas podem apresentar sabedoria devido à capacidade de recordar acontecimentos, estabelecer novas associações, propor hipóteses, apresentar análises éticas e soluções para situações a partir de suas experiências acumuladas, sendo o(a) velho(a) sábio(a) detentor da herança cultural, fonte de conhecimentos e referencial para o grupo. A sabedoria não é exclusiva da velhice nem significa que todas as pessoas velhas são sábias. Embora haja maior probabilidade de que a sabedoria esteja presente na velhice mais que em outros momentos do curso de vida, visto que se relaciona com a experiência acumulada, ser velho(a) não é a única condição para que essa característica emerja, dependendo de vários fatores, como situações vivenciadas, experiências individuais e sócio-históricas, personalidade, inteligência, dentre outros (NERI, 2014).

Sobre o tema, Alves reforça: “Aprendi muito com a velhice. Acho que fiquei um pouco mais sábio. Sábio não é quem sabe mais que os outros. O sábio diminui saberes. Ele escolhe o que é essencial. Os saberes essenciais são aqueles que nos ajudam a viver” (2001, p.79).

Chama a atenção nas narrativas a ideia de que a construção de conhecimentos pode agregar educação formal, saberes ancestrais, senso comum, vivências, memórias e outros elementos que proporcionem novas perspectivas e projetos de vida.

A questão da educação profissional, quando a gente pensa nisso, a gente pensa em salário, a gente pensa em atribuição de cargos, em horários, mas eu posso ver o profissional não como uma profissão a desempenhar, mas como um conhecimento a adquirir, né? Então o idoso precisa estar sempre adquirindo novos saberes, inclusive técnicos. Educação profissional pro idoso trabalhar eu discordo, nós idosos precisamos ter educação para uma melhoria de vida, como um todo, educação para viver melhor, não pra trabalhar porque muitos idosos, eu por exemplo, comecei a trabalhar aos 17 anos, então porque com 70 anos temos que pensar em arranjar emprego? Eu sei que tem muito idoso que aos 70 anos ainda precisa trabalhar, mas o bom é que ao longo da sua vida você vá se construindo pra quando chegar nessa idade aprender outras coisas da vida, saber das novas tecnologias, né? (Antônia, 69 anos).

Não é obrigado idoso fazer curso e ir trabalhar. Ele pode, por exemplo, fazer um curso de cabeleireiro e pintar o próprio cabelo, o das filhas dele. A pessoa quando tá ativa, ela faz as coisas. Uma pessoa de 70 anos faz o curso de costura e pode costurar pra fora ou pro filho ou pro neto. E aí se ela gosta, se ela faz disso um exercício, ela vira outra pessoa, ela não se lembra de artrose, ela não pensa em tristeza, ela não se lembra de nada. O que as políticas públicas precisam é abrir coisas pro idoso fazer, cursos, atividades. Pra quem tem dinheiro tem a Universidade Sem Fronteiras e pra quem não tem, quantas universidades tem? (Paula, 69 anos).

A partir dessa visão, durante o grupo focal e as entrevistas, os(as) participantes opinaram sobre temas a serem trabalhados na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), restando evidenciado que suas concepções ultrapassam a visão de uma educação mercadológica, segmentada, dicotômica, defendendo uma perspectiva que proporcione às pessoas velhas conhecimentos que contribuam para sua vida cotidiana, para sua independência, autonomia e segurança.

A questão profissionalizante é importante. Não é que a gente vá trabalhar, mas eu tô dizendo assim... Eu já fiz curso profissionalizante de bombeiro hidráulico, porque eu tinha uma dificuldade enorme, quando quebrava uma coisa na minha casa, de procurar alguém. Principalmente por causa da discriminação. Quando tem um homem na casa, infelizmente, rapidinho o profissional faz as coisas. Então eu fiz esse curso nos Bombeiros mesmo. Quando lá em casa quebra alguma coisa, eu sei trocar o sifão se for preciso. (...) Interessante seria assim um curso profissionalizante não pra você trabalhar, mas pra você aprender. Eu até fui no SENAI um dia desses pra ver se tinha um curso assim de pedreiro. É bom você saber fazer uma massazinha, um reparo pequeno, que é justamente pra você não ser enrolada, enganada. Pra você ter argumento. Esse conhecimento é importante (Vitória, 65 anos).

Por exemplo de carro. Esse conhecimento é importante. Uma vez eu fiz um curso na (Concessionária) Saga, eu ainda era jovem. Primeira turma de mecânica pra mulheres e eu fui pra aprender por exemplo a tirar um prego de

um pneu, coisas bestas e que eu não sabia. Então ter cursos que vão nos ajudar na nossa vida, nos ajudar a viver. E na velhice, a gente vê muitas vezes entrevistas na TV de profissões que não existem mais cursos pra exercer aquilo e quem é que ensina? Aquele idoso que trabalhou ou trabalha com aquilo, aquele idoso que faz xilogravura, cordel, ferreiros. Aquele pessoal mais antigo que tá lá no interior, que domina as técnicas, as tradições, as artes de couro, os sapateiros. O idoso formado que trabalhou a vida inteira, o administrador, o advogado, o não sei o que, ele continua trabalhando na casa dele, ou se informando na área ou debatendo com amigos. Ele continua. Se ele quiser exercer o trabalho de contador, ele trabalha como autônomo. Meu vizinho é contador aposentado, bem idoso, mas na época do imposto de renda ele trabalha muito. Tem gente que se aposentou, mas escreve artigo, dá umas aulas. Tem situações diversas (Marta, 65 anos).

Dentre os temas apontados, os(as) velhos(as) integrantes deste estudo mencionaram educação sexual, financeira, nutricional, interpessoal, para os direitos, para a saúde, tecnológica, para o trânsito, física, corporal, cultural, para o lazer, artística, ambiental, dentre outras temáticas, como veremos a seguir.

Temas com relação à saúde em geral. Trabalhar a questão da diabetes, da pressão, tudo isso! Como agora que teve recente essa questão do Alzheimer. Então acho que esses assuntos que se voltam mais pra gente, entendeu? Uma educação que seja para a vida prática vivida. Na vida prática do idoso, os cuidados com as quedas, essa parte pra facilitar. E assim, no campo geral, existem muitos idosos que querem fazer curso de línguas, eu acho que também seria muito interessante, porque coloca a mente da gente para funcionar. Eu acho que a gente tem que fazer isso, coisas que funciona a mente da gente. Eu acho a Educação Profissional e Tecnológica maravilhosa! Eu tenho vontade de fazer algumas coisas. Como sou só eu e minha mãe, então eu tenho aquela curiosidade, aquela necessidade de fazer alguma coisa em área, tipo eletricidade de casa. Eu troco lâmpada, eu faço essas coisas, mas eu queria saber mais. Eu queria fazer um curso de Pedreiro, fazer curso de pequenos reparos de casa. Tinha vontade de fazer um curso de bombeiro hidráulico. Tem algumas coisinhas que eu sei mexer por curiosidade. Eu não quero mais trabalhar sendo empregada, com horário fixo, com aquela obrigação. Não quero! As pessoas às vezes perguntam: tu parou de trabalhar? Digo: não, tô trabalhando em casa. Em casa eu trabalho e estou fazendo minhas coisas, tô investindo em mim, mas eu tenho vontade de fazer muitas coisas assim, coisas mais práticas. Não pra eu viver como empregada de firma, de estar ganhando dinheiro. Queria fazer para mim, para o meu bem-estar, para me sentir bem. Oferecer cursos tecnológicos que os idosos pudessem, tipo, pra quem gosta e já costura fazer um curso, tipo de Design, uma coisa assim, entendeu? Que traga um novo olhar pro que a pessoa já sabe fazer. Seria uma abertura muito grande. Eu acho que o idoso, ele ficaria bem mais consciente do que vai fazer e mais feliz, né? Porque quando você dá oportunidade, tudo muda. Não pode pensar: esse tá velho serve mais de nada (Vitória, 65 anos).

Gosto muito de trabalhos manuais, que eu acho que também é educação. Embora seja ligado à arte, né? Mas você tá aprendendo, tá levando um conhecimento. E também a parte digital. A parte do direito, né? A gente já viu muito isso aqui! Inclusive, o Estatuto do Idoso que é muito visto aqui. Direitos é muito importante (Marta, 65 anos).

O idoso aprender um ofício é uma maravilha. Não precisa ser pra trabalhar, não, mas pra ele se motivar, conhecer as coisas. Aqui nós temos artesanato e muitos que fizeram artesanato aqui no Sesc, estão participando de feiras. Então teve agora a EXPOECE, eles colocaram a mesinha lá pra expor tudo o que aprenderam aqui. É uma renda que eles têm, é motivação, é conhecer outras pessoas. Isso através do artesanato, da culinária, da gastronomia... existe muitas coisas pro idoso, fazer um crochê, tapeçaria... Por que ninguém pensa no idoso? Ensinar o idoso a estar por dentro das coisas atuais. Instruir o idoso para se defender na própria vida. Porque quando você não conhece nada. Você está disposto a ser usado por pessoas de má fé. E quando você conhece, é mais fácil você sair de certas situações. É a tecnologia, é educação. Gente educada é ser humano. Quando você não sabe nada, você chega em todo canto fica aéreo. Conhecimentos gerais, idiomas. Quando tinha aqui no Sesc, eu fiz inglês. No *Conectivid@des* eu aprendi muito. Aprendi primeiro sobre direitos, aprendi sobre saúde, sobre tecnologia, justiça. Tanto que meu nome foi pra votação no FOCEPI (Fórum Cearense de Políticas para o Idoso) e eu que ganhei. Já fiz gravações sobre direitos... (Paula, 69 anos).

No Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007), é reconhecido que as políticas públicas de EJA têm se limitado à alfabetização, inexistindo uma articulação com a educação básica como um todo, com a educação profissional e com as especificidades de seu público, inclusive geracionais. Diante disso, estabelece como princípios do PROEJA a inclusão da população em uma perspectiva ampla, visto que muitas vezes a EJA acaba reproduzindo e fortalecendo as desigualdades sociais dentro da educação; EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos; ampliação do direito à educação básica com a universalização do ensino médio; trabalho como princípio educativo; pesquisa como fundamento da formação dos(as) educandos(as); considerar as dimensões de geração, gênero, étnico-raciais como fundantes da formação humana e da produção das identidades sociais.

O mesmo documento considera a educação como direito de todas as pessoas a ser desenvolvida ao longo da vida. Além disso, define que a EJA deve contribuir para o exercício da cidadania, desenvolver a criticidade, a autonomia e a participação social dos(as) alunos. Assim, deve abordar os direitos sociais, superar as estruturas rígidas de tempo e espaço; possibilitar o acesso aos bens e espaços culturais, tais como teatros, cinemas, exposições, dentre outros; e reconhecer os saberes e histórias de vida dos(as) aprendentes.

Tendo em vista que o referido documento foi elaborado no ano de 2007, após dezesseis anos, as orientações previstas vêm sendo efetivadas? Considerando o que foi apontado anteriormente neste estudo, de que o Catálogo de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (BRASIL, 2021) contém apenas um curso técnico que aborda o

envelhecimento, Curso Técnico em Cuidados de Idosos e que não se identifica no referido catálogo referência aos(as) velhos(as) como público participante, a realidade aponta para que a articulação entre EJA e EPT em uma perspectiva omnilateral está distante da proposta no Documento Base do PROEJA.

Esse prisma esteve presente nas narrativas dos(as) participantes, que salientaram em diversos momentos o quão fulcral se constitui a educação de forma integral, possibilitando conteúdos convencionais e saberes essenciais à vida.

Participo de um grupo onde a gente aprende a cultura da nossa cidade, né? Do nosso Ceará, que são as formas de cultura, do reisado, do boi... A gente tem que preservar essas culturas! Outra coisa que acho importante é o que eu aprendo no (projeto) Percursos Urbanos, que a gente vai nos lugares, é como um turismo diferente daqueles de agência, é um turismo a lugares onde ninguém vai lá, tá entendendo? São coisas inusitadas que tem na nossa cidade, lugares, pessoas que são cultas e que não tem aquele reconhecimento, sabe? Vamos à casa de artista plástico. Agora nós fomos na casa do Servo Esmeraldo que quem está na frente é a esposa dele, a Dora Guimarães, que ele já não se encontra mais entre a gente, né? Participam várias gerações. Idosos, crianças, adolescente, sabe? É também uma integração entre gerações. Acho muito importante essa questão cultural, teatro, coral. Isso enriquece muito, a pessoa exerce o protagonismo, traz cultura, traz sociabilidade, né? Pra mim, eu tenho uma integração com as pessoas, né? Outro projeto maravilhoso é o Povos do Mar, que traz a história do nosso povo, que mora nas praias, além disso me ensina muita coisa, a gastronomia, né? Como como eles fazem, né? (...) O Projeto Herança Nativa também, que é sobre as etnias do nosso Ceará, né? Como os indígenas vivem, a cultura do pajé, dos remédios naturais, né? Do lambedor, da cura através de ervas e tudo, né? Então é muito importante a gente está interagindo com outras pessoas, com a cultura. Trabalhar também temas de habitação, saúde, respeito, profissionalismo, computação... Direito de viajar, de ir e vir, hospitais, alimentação, né? Orientação de advogados também, temas de cidadania (Joana, 67 anos).

Assim a questão da língua... Eu sempre gostei muito, né? De língua estrangeira. Não tive muita facilidade de aprender, mas o pouco que eu aprendi foi bom pra mim e a parte de informática também, porque é super importante, né? É questão de necessidade mesmo pra nós idosos. Então acho que essas duas questões são importantes oferecer na educação pra o idoso (...) E eu vejo isso também, participando do (projeto) Cidadania Ativa, que é em comunidades mais carentes. Eu vejo como eles têm necessidades até no dia a dia mesmo, sabe? Em pegar ônibus, numa fila de banco, você vê como os idosos têm necessidade dessa educação, de ter esse acesso a essa educação de um modo geral, conhecimento de um modo geral, que envolve muitas coisas. São muitos temas, viu? (...) Outra coisa é atualizar o conhecimento que a pessoa já tem. Por exemplo, o idoso tem conhecimento sobre mecânica ou gráfica. Aí tem um aperfeiçoamento com as tecnologias, sabe? Então são muitas áreas profissionais que o idoso às vezes já tinha o conhecimento, mas não tem a atualização daquele mercado. Está um pouco ultrapassado no modo de fazer, não é só pra trabalhar. Eu acho que tudo, todas as áreas que a gente se envolve tem um pouco da tecnologia, porque eu acho que tudo se resume nisso hoje (Clara, 72 anos).

Aqui no Sesc eu conheci as leis necessárias para a pessoa idosa, correto? (...) Gosto muito do Estatuto do Idoso, da Pessoa Idosa, né? Que por sinal, não sei,

eu ainda não fui averiguar porque mudaram esse termo do idoso para pessoa idosa. Então eu gostaria de que as leis fossem divulgadas para a pessoa idosa porque muitas pessoas idosa não tem conhecimento, né? Não chega a atingir a eles e eles ficam na ignorância, né? Gostaria que eles também fossem instruídos sobre isso, certo? (...) O idoso também necessita se autovalorizar e tomar consciência de que ele pode fazer as coisas, que ele tem a capacidade de fazer aquilo que ele quer (Oswaldo, 76 anos).

Tudo, todos os assuntos! Eu, por exemplo, conhecia muito pouco sobre os direitos do idoso, direitos sociais. Sobre essa parte de Gerontologia, empreendedorismo, as novas tecnologias. Tudo foi muito bom. Aprendi muito para minha própria vida. Os direitos, muitas coisas eu não sabia em relação ao direito do idoso. Todos os dias eu venho pra cá, todo dia, de segunda a sexta e eu venho de ônibus. E quando eu entrava no ônibus, eu ia lá para trás, pra descer por trás, porque eu não sabia que o idoso tinha direito de descer pela frente do ônibus. Quando foi um dia eu fui descer por trás, o motorista foi fechando a porta e eu fui teimar pra descer com a porta me imprensando e eu caí, eu caí lá embaixo, feri minhas pernas. Aí eu cheguei aqui no Conectivid@des. Nesse dia que eu cheguei aqui estavam falando sobre os direitos do idoso e um dos direitos era esse, que o idoso tem direito de descer pela frente. Até então eu não sabia. A informática também acho muito importante. Em relação à informática também eu sabia muito pouco (...) também tô com vontade de fazer no próximo ano idiomas. Outro tema que eu gosto muito é qualidade de vida. Tudo que se relaciona com a qualidade de vida do idoso acho muito importante. Alimentação, saúde... (Cláudia, 69 anos).

Diante do acima apontado, percebe-se como fundamental estimular os indivíduos a conhecerem sua força política a partir de um fazer pedagógico crítico que cumpra as legislações que asseguram o direito à educação (SANTOS, ANDRADE, 2021), transformando conceitos e teorias na realidade vivenciada pelos diferentes educandos(as).

Para tanto, trabalhar Temas Geradores a partir de metodologias interdisciplinares, nas quais as diversas disciplinas interagem mostrando que não há fronteira nem dualidade no conhecimento, pode significar uma estratégia para uma formação emancipatória. Ainda mais, os conteúdos programáticos a serem trabalhados na EJA devem considerar as necessidades formativas de seu público, tais como suas condições de vida e trabalho (ANDRADE; PEREIRA, 2021).

Em todas as etapas da descodificação, estarão os homens exteriorizando sua visão do mundo, sua forma de pensá-lo, sua percepção fatalista das “situações-limite”, sua percepção estática ou dinâmica da realidade. E, nesta forma expressada de pensar o mundo fatalistamente, de pensá-lo dinâmica ou estaticamente, na maneira como realizam seu enfrentamento com o mundo, se encontram envolvidos seus “temas geradores”. Ainda quando um grupo de indivíduos não chegue a expressar concretamente uma temática geradora, o que pode parecer inexistência de temas sugere, pelo contrário, a existência de um tema dramático: o tema do silêncio. Sugere uma estrutura constituinte do mutismo ante a força esmagadora de “situações-limite”, em face das quais o óbvio é a adaptação. É importante reenfatar que o tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo. Investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis. (FREIRE, 2013, p.98-99).

Dessa forma, os Temas Geradores proporcionam a aprendizagem contextualizada, significativa e interdisciplinar, englobando diversas áreas de conhecimento sobre o conteúdo abordado. Tendo como horizonte a proposta freiriana, os conteúdos programáticos devem ser discutidos a partir das problematizações estimuladas pelos Temas Geradores, visando construir e conectar os conhecimentos sobre a ciência, o mundo do trabalho e as experiências dos movimentos sociais (ANDRADE; PEREIRA, 2021).

A EJA deve, assim, envolver o diálogo entre a produção dos conhecimentos críticos e as experiências de vida dos estudantes, em um exercício democrático e um processo de inclusão dos indivíduos (ANDRADE; PEREIRA, 2021). Inclusão que passa por diversas questões, pois conforme apontado por Menezes (2017) a escola promove educação e qualidade de vida às pessoas velhas, proporcionando lazer, novas atividades, conhecimentos diversos, alargamento dos vínculos e amizades.

A produção de saberes na EJAI precisa estar atenta ainda à consolidação de princípios fundantes à formação dos sujeitos, tais como: 1) princípios éticos: autonomia, responsabilidade, solidariedade; respeito ao bem comum; 2) princípios políticos: direitos e deveres da cidadania; criticidade; respeito à ordem democrática; e; 3) princípios estéticos: sensibilidade, criatividade; diversidade de manifestações artísticas e culturais (ANDRADE; PEREIRA, 2021, p. 224).

O que pode ser observado no estudo efetivado por Menezes (2017). A referida autora sinaliza que a educação significa para suas interlocutoras acesso à cidadania e sentimento de pertença, em uma perspectiva de educação libertadora, que proporciona consciência, desalienação e humanização dos(as) aprendentes, para além de uma concepção legalista de cidadania e de direitos, visto impactar em suas vidas e cotidianos, cujos significados independem dos direitos formais, se relacionando com suas trajetórias (MENEZES, 2017).

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (BOSI, 1994, p. 82-83).

Portanto, quando uma pessoa velha reconhece seus direitos fortalece a noção de cidadania, uma vez que os indivíduos possuem direitos que só serão vivenciados se alcançarem informações sobre eles, as formas de acesso, os equipamentos e serviços que os desenvolvem, urgindo o investimento em uma formação permanente para afirmação das identidades socioculturais, valores éticos, direitos humanos, prevenção e quebra de preconceitos, estímulo à participação e controle social (MENEZES, 2017). Joana (67 anos) demonstra como a educação contribui para que as pessoas velhas passem a reivindicar seus direitos: “Pra que tem o FOCEPI? Pra que serve a ACEPI²¹? A gente tem que participar e ser educado pra participar, pra cobrar, pra reivindicar. Tem muito idoso que tá alienado.”

Nesse sentido, as interlocutoras apontam os direitos como tema essencial na educação para pessoas velhas:

(...) Assim, um tema social, né? Os direitos que muita gente não tem conhecimento dos seus direitos. O acesso é superdifícil e não ter conhecimento dificulta mais ainda você procurar ter o acesso, entendeu? Então, assim, é o conhecimento da parte dos seus direitos, né? Em relação a tudo, à saúde, à família também, né? Qual o seu papel dentro da família? Qual a sua importância? Que às vezes o próprio idoso acha que ele está relegado a ser um estorvo. Então, quando ele passa a ter conhecimento, a ter educação, ele sabe que o papel dele e a importância dele diante da sociedade e da família. Que ele não é uma coisa qualquer que envelheceu e tem que ficar esperando a morte (Clara, 72 anos).

São projetos que você exerce o seu protagonismo, que é muito importante para o idoso isso, né? Eu como pessoa idosa, eu sei por que antes eu não sabia os meus direitos, né? E hoje eu sei que nós temos um Estatuto e que onde eu chegar e a coisa não tiver funcionando eu posso dizer que está errado e que eu tenho direito. Sempre carrego na minha bolsa o Estatuto do Idoso. A educação ela é muito abrangente. Eu vejo a dificuldade dos idosos em desenvolver um estudo sobre os direitos deles porque eles não são alfabetizados e tem essa dificuldade. A gente levou o Estatuto do Idoso, mas eles não sabem ler, não tiveram como se desenvolver, estudar, os pais eram muito pobres e tudo... não tiveram esse acesso à escola (Joana, 67 anos).

O idoso que tem essa educação, que não é leigo, que conhece seus direitos, que ele tem direito a saúde, que ele tem direito a ir e vir, que ele tem direito a ir ao posto de saúde se consultar, receber um remédio, que tem direito a subir no ônibus, que a cadeira dele muitas vezes a mocinha tá sentada e pergunta: a senhora quer a cadeira? Isso é errado! Eu digo: Obrigada. Eu não quero porque ela é minha, então não é querer, é direito. Nós temos o costume de ter medo de magoar os outros, mas uma coisa é você magoar por fazer mal, outra coisa é um direito que é seu. Quando eu entrei aqui no Sesc, eu era bem diferente do que eu sou. Eu era mais tímida. Hoje eu cobro meus direitos, eu abro a boca mesmo. A lei não foi passada pela Câmara dos Deputados? Não foi aprovada? Não existe artigo? Não saiu no Diário Oficial? Então por que eu não vou usar

²¹ Associação Cearense Pró-Idosos

essa lei? Por que deixar só no papel? Mas pra isso o idoso tem que ser incentivado, tem que mostrar ao idoso que ele tem direito. Tem que juntar os idosos, dar essa educação do direito dele que ele não tem, ele não sabe e muitas vezes fica calado (Paula, 69 anos).

Dessa forma, a luta pelos direitos, sejam eles já previstos ou ainda não estabelecidos pelas legislações, passa também pela educação, em seu sentido amplo, reunindo questões referentes ao cotidiano dos indivíduos, com o conhecimento construído a partir do diálogo e interação entre professor(a) e alunos(as), pois a educação destinada à libertação e humanização dos(as) participantes também se dá pelos aspectos concernentes à cidadania, com a conscientização de suas condições por meio da problematização do mundo ao seu redor (MENEZES, 2017).

A educação é capacitante e libertadora, ampliando a capacidade dos indivíduos serem livres a partir de um processo educativo para a transgressão e a liberdade. Dessa forma, as práticas didáticas devem ser flexíveis, perceber os(as) educandos(as) a partir de suas particularidades e propor atividades que acompanhem suas necessidades, podendo coexistir metodologias empolgantes com atividade intelectual séria (HOOKS, 2013).

Nesse sentido, a educação não é restrita a ajuntar conhecimentos em uma ótica conteudista, mas agrega possibilidades cidadãs e democráticas de debater valores, rever conceitos, encontrar e se identificar com o(a) outro(a) e a reconstruir de formas de ver a vida, em um movimento dialético de opressões e resistências (MENEZES; FURTADO, 2019).

Educar as pessoas velhas para os seus direitos é ofertar possibilidades de insubmissão e de resistência desse grupo geracional em um contexto social como o vivenciado na contemporaneidade, no qual pessoas velhas são, por vezes, coisificadas, desvalorizadas, vistas como subumanas, cujos direitos são constantemente negados. Dessa forma, uma educação para os direitos pode contribuir para a autonomia, a participação social e o protagonismo desse público.

Essa questão foi evidenciada durante os encontros do grupo focal, nos quais os(as) interlocutores deste estudo trocaram informações e percepções, atribuindo significados diversos à educação na velhice, demonstrando a necessidade de uma interlocução com outras políticas públicas, tais como habitação, saúde, assistência social, cultura, dentre outras.

Muitos idosos sofrem muito na família, têm muita violência dentro de casa. Poucas são as famílias que os idosos são felizes. E às vezes eles precisam muito conversar, por isso é fundamental que a educação tenha uma parte de

integração, de socialização. Outra coisa que não tem muito a ver com a educação, mas é fundamental é ter associações onde o idoso tomasse café, almoçasse, depois do almoço, pudesse aprender mais coisas, como trabalhos manuais, artesanato, tapeçaria, crochê. E à tardinha voltasse pra sua casa, que seria centro dia, né? Porque muitas vezes a família trabalha fora e o idoso passa o dia sozinho, vendo programa de violência. Precisava que muitos políticos se interessassem pelos idosos, apesar de que muitos deles são idosos. Só que são idosos ricos, que tem plano de saúde, que se ficarem doente tem dinheiro pra cuidadora em casa ou vão pra casa de repouso de luxo(...). Então, não vão se interessar por esses lares pobres de idosos, eles não tão nem aí. Então é uma luta muito grande e por causa disso você não vai se calar, não vai se acovardar. Tem que lutar. Um dia chega um político que pense no idoso (Paula, 69 anos).

Pro idoso é fundamental a saúde mental. Uma das coisas mais importantes é a valorização do ser humano porque as pessoas chegam arrasadas e nesse sistema que a pessoa pobre não tem sustentação nem apoio, eles chegam arrasados, com depressão, com síndrome do pânico. E eu vejo a evolução dessas pessoas como ser humano porque eu vejo que cada pessoa é valorizada. Tem pessoas lá no Projeto Quatro Varas que voltaram a estudar, outros que terminaram faculdade e outros que tem outros projetos. A sociedade que a gente vive tem a mania de dizer que a pessoa pobre não pode nada, né? Pobre e idoso, então... Então pra educação, eu acho fundamental participar desses grupos (Joana, 67 anos).

Tem muito idoso que tem talento, que faz cordel e isso pode ser estimulado. Tem idosos que até escrevem, têm coisas guardadas que nunca mostraram pra ninguém. Essa semana mesmo vi na televisão uma senhora que nunca tinha mostrado as coisas dela e estava apresentando. Então eu acho que poderia ter assim nos bairros, perto da casa dos idosos, grupos como esse pra estimular a escrita que pode começar com um desenho, uma pintura pra ir aprendendo a se expressar e de repente ele já começa a escrever o que ele sente. Tinha que se estimular. Fazer grupo de leitura a partir do que eles têm, do que eles já fazem, do que eles têm feito, escrito. Trocar entre eles. Isso daria muito resultado. Contação de histórias. Numa comunidade se você consegue formar esses contadores idosos é bom demais. Mostrar pras pessoas o que tem dentro da comunidade que esse idoso pode participar, sabe? (Vitória, 65 anos).

A interdisciplinaridade pode contribuir com esse processo, propiciando o entendimento do processo ensino-aprendizagem de maneira integral, uma vez que trabalhar um Tema Gerador em uma abordagem interdisciplinar presume conhecer a realidade e os problemas vivenciados pelos(as) educandos(as) em seu contexto social. Ademais, a interdisciplinaridade visa alcançar superar dicotomias, em um processo educativo em que a integração das disciplinas interage com o contexto vivenciado pelos(as) aprendentes, propiciando a construção de saberes significativos (ANDRADE; PEREIRA, 2021).

É importante lembrar que os contextos de vida das pessoas velhas que demandam ações educacionais não se tratam de situações individualizadas, mas expressam contextos de desigualdades que percorrem a história de longa data, muitas vezes repetindo histórias coletivas de negação de direitos vivenciadas por seus(suas)

ancestrais, sua comunidade, sua raça e etnia, seu gênero e sua classe social (ARROYO, 2005).

Diante dessa realidade e do fato de que as atividades e propostas da EJA não contempla, na maioria dos casos, as especificidades demandadas pelos(as) alunos(as) velhos(as) é frequente a evasão desse público das ações. Essa questão esteve presente nos dados obtidos durante a pesquisa, exposta nos depoimentos dos(as) participantes que apontaram possíveis dificuldades, tais como aulas em períodos noturnos, materiais pouco interessantes para o público velho, distância da escola, acessibilidade, cursos que não atendem as demandas desse grupo etário, invisibilidade das pessoas velhas, dentre outras. Como estratégia, foi apontada a busca ativa de pessoas velhas para comporem a EJA.

A educação tem muitos temas pra trabalhar sustentabilidade, meio ambiente, estímulo da mente, a memória, botar pra pensar, trabalhar o cognitivo, noções básicas de higiene. Isso é educação! Desenvolver projetos pensados pra aquele grupo, a partir do nível de escolaridade, gostos, mobilidade dos idosos. A partir do momento que tiver um incentivo do governo a coisa muda. Por que não pode abrir turma de educação numa casa dessas pra idoso? Num abrigo, né? Qual o risco que corre a prefeitura botar um pessoal lá pra incentivar a leitura, a pintura, fazer atividade. Isso é educação! Sei que é difícil, mas o ideal seria copiar o modelo da Saúde da Família pra educação. Criar um agente de educação, seria aquele profissional que iria na comunidade. Eu já trabalhei na comunidade do Poço da Draga, eles têm lá um pavilhão e foram muitas pessoas, muitos idosos trabalhar lá como voluntário, educando as pessoas. Tem muitos idosos que não sabe escrever o nome e desse pavilhão saiu muitos alfabetizados, sabendo escrever o nome, etc. Então esse agente de educação ia incentivar, colocar os idosos pra pensar, pra ver a importância de participar, fazer roda de conversa. Não criou um agente de saúde que vai na casa, ver se tá doente? Eu acho que precisaria fazer isso, fazer tipo um mutirão de educação. Ver o que eles querem, o que eles gostariam de aprender, de conversar. Também levar lazer, filmes, profissionalização, artesanato. Então eu acho que as políticas públicas deviam chegar nas pessoas, levar esse conhecimento porque esperar que o idoso vá, chegar em outro lugar, pegar transporte, tudo é mais difícil (Marta, 65 anos).

Essa ação é prevista na LDB (BRASIL, 1996), em seu artigo 5º, com o recenseamento de jovens e adultos(as) que não concluíram a educação básica. Ademais, a mesma lei estabelece que a EJA deve respeitar as condições do educando e coloca como princípios de todo o ensino elementos como a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais; respeito à diversidade étnico-racial, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva; e o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Questão ratificada no Documento Referencial para Implementação das Diretrizes Operacionais de EJA nos Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL,

2022), que aponta que há desafios de acesso e permanência do público da EJA, orientando que haja busca ativa nos territórios a serem feitas por divulgação em carros de som, comércios, feiras, espaços religiosos e comunitários, rádios, dentre outros.

Considerando os dois documentos, cumpre refletirmos algumas questões. A LDB não se reporta diretamente à diversidade geracional, nem ao respeito às necessidades e demandas desse público. Além disso, cabem algumas questões: as condições e direcionamentos previstos para o desenvolvimento da EJA estão efetivados na realidade? A forma como a EJA foi pensada contempla as demandas gerontológicas, seus anseios e necessidades? A esses questionamentos, os dados obtidos pela pesquisa respondem negativamente e propõem um olhar direcionado para o envelhecimento, não só como público das ações educacionais, mas também como tema a ser refletido com as outras gerações e como vivência nas atividades e projetos intergeracionais.

A escolarização tardia resulta de histórias de vida repletas de sofrimentos e desigualdades, portanto mesmo que as narrativas se apresentem de forma individual e pessoal, essas são expressões de violações de direitos vivenciadas coletivamente (SANTOS; ANDRADE, 2021).

Nesse cenário é preciso retomar valores éticos como a coletividade e a solidariedade, superando o individualismo e opressões, inclusive relacionadas à idade, presentes na contemporaneidade, sendo a intergeracionalidade um importante instrumento.

Considerando esse contexto e que a Educação Profissional Tecnológica (EPT) visa oportunizar uma formação integral baseada na equidade e justiça social, porém, por vezes, acaba adotando uma postura tecnicista e segmentada, entende-se que a intergeracionalidade pode contribuir para a formação humana e cidadã, permitindo compreender a educação como meio de planejar políticas públicas para o envelhecimento e possibilitando construir conhecimentos a partir da interação das demais gerações com a realidade de pessoas velhas. A EPT tem na sua missão e valores a práxis educativa, a formação integral, a ética, o respeito à diversidade e a inclusão social. Assim, agregar temas relativos ao envelhecimento e à intergeracionalidade faz parte de desenvolver os princípios da EPT (SILVA; CORDEIRO, 2019).

Outrossim, abordar temas inerentes ao envelhecimento e aos direitos é também uma ação política de contraposição aos ditames neoliberais. Sobre isso, cabe considerar que a escola é pressionada a contribuir para a manutenção das relações de dominação, sendo fundamental adotar uma pedagogia crítica historicizante como aparato de

resistência e construção de uma educação atenta aos interesses da classe trabalhadora e dos(as) oprimidos(as), que compreenda e aja de forma crítica a partir do entendimento dos determinantes sociais e contradições da educação em nosso país (SIPAÚBA FILHO et al., 2022).

Nesse escopo, a formação humana integral articula a escola aos interesses da classe trabalhadora, superando métodos acríticos, ahistóricos, alienantes e fragmentados, ao não se limitar a organizar conteúdos, mas promover uma formação ampla e emancipatória. Essa metodologia deve ocorrer por meio da problematização, da consciência social e da instrumentalização dos indivíduos para o enfrentamento e transformação de sua realidade social, considerando três sentidos articulados, quais sejam a formação omnilateral com a integração de todas as dimensões da vida; a indissociabilidade entre formação profissional e formação geral, visando superar o dualismo estrutural da educação; e a importância de trabalhar as múltiplas determinações dos processos de produção, possibilitando compreender a realidade em suas construções e contradições (SIPAÚBA FILHO et al., 2022).

Ambrosini (2012), chama a atenção para a necessidade da educação ultrapassar a ideia utilitarista, não se limitando ao ensino de competências, ensinar apenas à fazer e à preparação para atender as necessidades do mercado. Diante de uma sociedade desigual, a educação deve apontar para caminhos emancipatórios, pensada em uma perspectiva de transformação social. Assim, a educação deve preparar os sujeitos para a vida em sociedade, para a realidade histórica, cultural e social, não apenas para aplicação de técnicas e teorias deslocadas do contexto. O autor salienta que efetivar uma educação emancipatória em contexto em que os indivíduos são percebidos como menores é um desafio, especialmente quando se considera que o avanço científico não significou emancipação dos indivíduos. Assim, defende a necessidade de pensar a educação de forma crítica, destacando o papel fundamental de uma racionalidade ética e comunitária.

Essa questão é pensada por Freire, que assinala a ideia de que os sujeitos oprimidos ao conhecerem a realidade de forma crítica, podem, coletivamente, libertar-se da opressão, sendo essa uma tarefa educacional, direcionada para a práxis pedagógica. Ademais, salienta o que o sujeito do processo de conhecimento é o educando, que ensina ao passo que também aprende, visto que o ser humano está historicamente em construção, reforçando sua não conformação com condições históricas de subordinação e opressão (FREIRE, 2013).

Portanto pensar a EJA a partir de processos pedagógicos que atentem para a história, as necessidades e anseios do seu público, é reconhecer que esse é composto por cidadãos(ãs) dotados(as) de heterogeneidade, muitas vezes desconsiderada pela cultura escolar, sendo essencial refletir que só é possível atender as necessidades se conhecer as realidades, a partir das quais pode-se delinear as ações a serem ofertadas (SANTOS; ANDRADE, 2021). Dessa forma, não há como adaptar currículos, temas, espaços, metodologias e material didático sem conhecer os(as) aprendentes, bem como seria inviável atender às diversas expectativas, especificidades e gerações sem uma aproximação de suas realidades (TODARO; CACHIONI, 2016).

Essas questões assumem ainda maior importância quando se considera que no Brasil, a maioria da população não acessa os direitos básicos, tais como a educação, além de contar com um mundo do trabalho repleto de desregulações, exigências e transformações, demandando projetos educacionais na EJA que contemplem essas questões e o conhecimento de amplos contextos sociais enfrentados pelos indivíduos (MACACCHERO; ALMEIDA, 2009). Dessarte, conhecer a heterogeneidade presente na EJA se configura como um desafio presente nessa modalidade, haja vista que além de outros aspectos, contar com alunos(as) de diversas faixas etárias na sala de aula, aponta para um cuidado nas aulas, metodologias e materiais que atendam às necessidades heterogêneas (TODARO; CACHIONI, 2016).

Ao tratar sobre as metodologias a serem adotadas na educação de pessoas velhas, incluindo a EPT, posto que neste estudo trabalhamos com uma perspectiva de educação integral, oposta à educação segmentada e neoliberal, os(as) interlocutores expuseram questões que abordam desde o conhecimento sobre a realidade vivenciada pelos(as) alunos(as), a escuta dos saberes e experiências, a técnicas que podem ser utilizadas durante as atividades pedagógicas, como veremos nas narrativas abaixo.

Olha, eu acho que para você saber um tema e uma metodologia que você vai aplicar ao idoso, você, primeiro, precisa conhecer a realidade dele, né? Então nada melhor do que fazer um projeto de acordo com a necessidade dele, daquele grupo. Então eu poderia te dizer uma coisa muito boa, bonitinha, e tal, mas que não teria serventia, certo? Então melhor mesmo, fundamental, primordial, que eu acho é você perguntar à comunidade qual a necessidade dela e como ela gostaria de receber aquilo. Aí, partindo dali, eu vou escolher qual tema e a metodologia que eu vou dar para aquela comunidade de acordo com o saber que ela já tem. Mas, de forma geral, eu acho que vídeo é um sistema muito bom de aprendizagem, de passar conteúdos, pra discutir. Também textos, né? Começando assim... Com textos mais leves sobre o tema que vá trabalhar (Antônia, 69 anos).

Feito pelos idosos teatro, cinema, seria super interessante porque ali o idoso trabalha a parte cognitiva, se sente ativo, aumenta a autoestima. Por exemplo,

peçoal aqui do coral, o peçoal também do pastoril. Eles sentem assim, envaidecidos de botar aquela roupa, de dançar, de cantar. Entendeu? Então assim projetos que o idoso pudesse fazer esse tipo de coisa, criar peças de teatro feito por idosos, cinema. Eu tenho uma colega lá em Natal que ela tem em torno de 60 anos, ela participa de peça de teatro, de cinema. Peças nordestinas, aquela coisa bem raiz mesmo. Ela gosta de fazer, entendeu? Então isso também seria bom, porque abrange duas coisas, é o lazer e a educação (Clara, 72 anos).

Artes cênicas, literatura, pintura. Eu acho lindo e importante demais essas atividades que o idoso pode realizar pra aprender os temas (Osvaldo, 76 anos).

Acho que tudo que se relaciona a dinamismo. Tem que ser bem dinâmico! Mexer pra o idoso se sentir mais motivado. Uma forma de você ver, visualizar o conteúdo, é mais fácil de aprender, é mais interessante. Aulas que a gente possa não só ouvir, mas quando visualiza é melhor. Usar música, cartazes, leitura dramática. Lá na minha igreja tem uma espécie de escola bíblica. Eu gosto muito de dar aula com visual. Eu não gosto de estar o tempo todo falando. Então, da mesma forma como eu faço, eu também gosto de que seja feito (Cláudia, 69 anos).

De metodologia é que seja assim mais prático do que teórico, sabe? Porque eu acho que na nossa idade a gente já fica com aquela teoria muito cansativa. E outra coisa, às vezes a gente não grava, não assimila muito ouvindo tanto como a gente aprende praticando, entendeu? Lógico que tem que ter a teoria, mas eu acho que a prática é muito importante em tudo. Focar também. Não podem ser conteúdos muito amplos, muito distantes. Tem a questão da adaptação, né? Tem que pensar em tudo porque a gente não pode ficar muito tempo sentado, né? Tem pessoas idosas que têm problemas de coluna, de incontinência, né? Então, assim essas coisas que eu tô te falando são questões que tem que ver. Porque entra na questão de se adaptar à necessidade dos idosos (Marta, 65 anos).

Uma coisa que eu sempre assisto aqui e eu acho muito importante é o cinema. O filme aqui a gente tem um filme, né? A gente assiste bons filmes escolhidos pelas técnicas e depois a gente faz um debate. Isso entusiasma os idosos, porque todo mundo quer dar sua opinião. Fazer dinâmicas também é muito bom. Meditação, exercício físico, a parte da leitura, é... tipo assim uma Criação Literária que nós temos aqui pra incentivar o idoso a ler. Essa semana uma amiga do FOCEPI me deu uma recomendação pra assistir um filme *SUK SUK – Um Amor Em Segredo* e me chamou atenção para uma coisa que no Brasil nós ainda não temos... é muito lento o progresso das autoridades para com o idoso em todas as áreas. Lá na China onde acontecia esse filme, um idoso casado e um divorciado se apaixonam. Então ela me passou esse filme pra gente observar o desenvolvimento do país e a preocupação com o idoso gay porque eles sempre têm família e vivem com alguém, mas um dia chega a velhice e a pessoa fica só. Lá eles estão trabalhando pra fazer casa de idosos só pra pessoas gays porque algumas instituições não aceitam essas pessoas. Eu achei isso muito importante e fiquei muito pensativa (Paula, 69 anos).

Assim, a arte e a cultura assumem nessas falas um papel central na forma como temas podem ser discutidos, trabalhados, construídos, ensinados e aprendidos, em uma metodologia que integre as pessoas velhas como participantes ativas nesse processo de ensino aprendido. Ademais, os(as) interlocutores(as) salientaram a perspectiva de que

integralidade da educação e a necessidade de envolver técnicas diversas e adaptar materiais para as especificidades do envelhecimento.

É interessante trabalhar a saúde mental, a memória... A ginástica cerebral deveria ter pra esse grupo, a questão cognitiva, né? Porque a partir do momento que você estimula o seu cérebro você tem alma nova pra outras coisas. Grupo de estudos, leitura em grupo, discutir esses textos em grupo. Uma coisa interessante que participei, foi uma atividade que tinha várias imagens de alimentos e a nutricionista pedia pra gente montar um prato como a gente comeria normalmente. Aí depois ela analisava e dizia o que tava errado, o que tava certo. Foi trabalhando a questão da diabetes, da pressão alta. Foi bom demais! Isso é bom até pra ver como as pessoas estão tendo acesso à alimentação, como tão se alimentando (Vitória, 65 anos).

Acho legal nessa questão da educação, as hortas, sabe? Esse projeto onde cultiva aquela horta, colhem pra sua alimentação e aprendem muita coisa. No Bom Jardim tem, no Pirambu tem. E tem gente que mora em casa e tá fazendo sua hortinha no quintal. Horta doméstica. Metodologia tem muitas, né? Dança, música, cinema, teatro, jogos educativos (Joana, 67 anos).

Ter materiais ilustrados, com desenhos que não sejam de criança, que ele possa pintar, fazer colagem, anotar, criar histórias, recortar. Materiais ricos com algumas opções de uso, sabe? Fazendo materiais de acordo com a experiência, com o local que esse idoso nasceu, que ele mora, né? O idoso tem tanta memória, tanto conhecimento. Se você sabe puxar, sai tanta coisa boa, tanta riqueza. Isso também trabalha a coordenação motora, a memória, né? Considerar o saber que esse pessoal tem, reforçar e repassar pra outras pessoas. O hortelã, o capim santo... As ervas, os chás, os remédios caseiros. Também seria muito bom se tivesse nas comunidades um espaço de atividade física, de dança pro idoso como tem aqui também no Sesc. Dança, música, arte, né? Porque aí o idoso pode estudar e praticar atividade física, aprender um artesanato. Pode preencher a vida dele. Tem que ser num espaço próximo onde ele mora (Paula, 69 anos).

Eu acho que o material não pode ser muito teórico, né? Tem que ser criativo, lúdico, entendeu? Que tenha conteúdo, mas que envolva, que chame a atenção. Nada muito técnico. Adaptar as atividades, o material, né? Idoso que traga o que ele já sabe pra enriquecer a atividade. Faço a pergunta pra um, peço pra outro comentar. Então eu acho que tem que ser mais lúdico mesmo, estimular a curiosidade. Eu quando vou pra uma atividade que tem um monte de coisa na sala, eu já fico curiosa, me perguntando o que vai ser, o que vai ter. Incentiva, né? É importante também educar pra saber dialogar, entende? Esperar a vez do outro falar pra não ficar aquele tumulto porque às vezes a ansiedade é tão grande de colocar pra fora tudo que não espera o outro falar, que não dá oportunidade, né? Falar que não precisa dessa ansiedade, que tem espaço pra ele também. Trabalhar coisas temáticas. Janeiro é mês de que? Fevereiro que é carnaval. Eles mesmo confeccionarem as máscaras, trabalhar as memórias dessa festa, fazer um baile. Essas coisas, né? (Marta, 65 anos).

É possível perceber que diversas iniciativas voltadas à educação de pessoas velhas, a despeito de serem dotadas de válidas intenções, não logram resultados efetivos e acabam por fracassar devido a não conhecerem a heterogeneidade desse público e desconsiderarem que o(a) trabalhador(a) adulto(a) ou velho(a) ingressa ou reingressa na escola não para retomar a trajetória escolar ou para suplementar conhecimentos, mas no intuito de reconstruir essa trajetória e acessar conhecimentos significativos para seu atual

momento no curso de vida, em condições que não se igualam às que vivenciavam quando os estudos foram interrompidos (MACACCHERO; ALMEIDA, 2009).

Assim, os corpos dos indivíduos da EJA apresentam as marcas de suas histórias de vida e diversidade, de trabalhos que iniciaram por vezes na infância, marcas identitárias e que muitas vezes são alvo de segregação e preconceito diante de uma sociedade que padroniza corpos e atribui preconceitos a gênero, cor, raça, etnia, idade, deficiências. Essas questões se expressam não só no tratamento dispensado a esses corpos, mas também nas estruturas segregadoras sociais e escolares (SANTOS; ANDRADE, 2021)

Na sociedade brasileira a disputa histórica entre dominados(as) e dominantes se apresenta de forma mais intensa, portanto as demandas e especificidades das minorias sociais se dão a partir de suas práticas cotidianas, nas quais os direitos de cidadania se conectam com o direito à cidade ao ocuparem espaços até então marcados pela segregação (MENEZES, 2017).

Dessa maneira, garantir a acessibilidade de pessoas velhas à escola é garantir seu acesso ao direito à educação e a outros direitos, como bem apontado pelos(as) participantes da pesquisa que sinalizaram as dificuldades enfrentadas por pessoas velhas para acessar à EJA.

O tempo! O tempo porque eu vejo que eles fazem mais essa EJA, por exemplo, eles fazem à noite. Muitos idosos não tem como sair à noite, né? E fica mais difícil, então uma facilidade do acesso a uma EJA mais perto, no centro comunitário, no seu próprio bairro, durante o dia, talvez o interesse fosse maior do idoso em relação a isso e em outro horário, porque à noite não é uma boa. Acessibilidade de um modo geral, né? Acessibilidade no horário, porque você sabe que nós vivemos a cada dia um mundo muito violento, né? Então, nós, idosos, estamos mais propensos a sofrer violência, não que todo mundo não esteja, mas assim, pela fragilidade da idade, né? Então, assim, muitos idosos, eles ficam reclusos, dizem: Ai, eu tenho medo, isso e aquilo. E muitas vezes também não têm o apoio da família para facilitar esse acesso a muitas coisas, porque a mentalidade de muita gente ainda é que o idoso é para ficar em casa. O que é que você quer na rua? Fica em casa, é melhor ele quietinho, sabe? Aí o idoso termina achando que aquela pessoa quer o seu bem. Diz: ele quer o meu bem, então é melhor eu ficar em casa! Então, não existe um incentivo lá de fora, não tem incentivo dentro de casa, aí o idoso fica sem perspectiva (Clara, 72 anos).

Na minha área de Pedagogia, quando chegou uma fase do estágio, a gente foi dar aula na EJA em Messejana. As aulas eram à noite e tinha muita pessoa idosa. Tinha casais de idosos. Às vezes o marido chegava e eu perguntava: cadê dona fulana? Não veio por quê? Aí o marido dizia que ela tava lavando pratos, que tava esperando o filho chegar, que a neta tava doente. Ou seja, esse horário não era bom pras idosas. (...) É difícil pra gente que já é mais avançado, imagina pra criatura que tá ali na aula online, chega a vez dela falar e ela não fala, não participa, porque ela tem ali do lado o neto chorando e é ela quem

cuida. Aí diz: perai, que vou dar o almoço do neto. Peraí que o menino tá aqui chorando do lado. E, além disso, ainda não tem a habilidade de lidar com o microfone, com a aula online. Então tudo isso entra no contexto pra eles. Pra ter aula, ele precisa de tempo, ele precisa aprender a utilizar o telefone (Marta, 65 anos).

E da parte da tecnologia nem se fala... Não tem curso grátis para os idosos. Aqui no Sesc eles fazem, até por um preço razoável. Dá pra fazer, mas o tempo é pouco. Um idoso não aprende a usar o smartphone em dois, três meses, né? Deveria é investir nesses CRAS, nesses locais assim na comunidade, com cursos grátis para o idoso ter oportunidade nas diversas áreas (Paula, 69 anos).

Convém mencionar que a acessibilidade não diz respeito apenas à estrutura, mas também às atitudes, linguagem, materiais utilizados, metodologias e horários em que as aulas são ofertadas. No que se refere à linguagem, participantes da pesquisa afirmaram:

Eu fiz Pedagogia. Não cheguei a terminar porque eu saí para fazer Filosofia e depois eu fiz uma especialização em Coordenação Pedagógica, então a gente fica muito atrelada a alguns termos técnicos, leituras técnicas, né? Da faculdade que a gente tem que fazer! Aí quando a gente vai para a comunidade, é uma experiência nova. É tudo novo. Claro que aquele saber que a gente traz, a gente vai aplicar ali, mas de forma aplicada, né? Você não vai... Uma vez uma colega falou que eu teria que explicar a transversalidade. Eu disse: Olha, eu não vou usar essa palavra transversalidade porque se pra mim é até complicado explicar o que é transversalidade, imagina para a comunidade heterogênea, né? Não tô desvalorizando o saber da comunidade, mas é uma comunidade heterogênea. Tinha alguém que poderia entender, tinha alguém que ficasse sem entender, né? Essa experiência, essa troca de saberes, é muito boa. (...) Você não pode ir assim, cheio de si, achando que sabe tudo, né? Apesar das leituras que eu faço. Você tem que dialogar com a comunidade e trazer aquele vocabulário daqueles textos que nos foram dados(...). Traduzir aquilo de forma que a comunidade entenda (Antônia, 69 anos).

Uma educação para idoso? Eu creio que deva ser uma educação, primeiramente, bem planejada, ter acessibilidade e fazer com que o idoso entenda o que eu quero transmitir para ele, mas para isso eu tenho que saber o grau de instrução do idoso, né? Para que eu possa fazer com que ele me entenda para que eu possa transmitir para ele o que ele necessita aprender porque quando eu vou fazer palestra nas casas espíritas, eu sei, já de antemão, porque eu conheço as casas aqui de Fortaleza, os públicos. Eu já faço a minha palestra no nível deles, uso palavras e expressões que eles possam entender. Teve até um momento, aqui no *Conectivid@des* para gente elaborar o projeto pra falar sobre o idoso, mas a pesquisa que eu fiz estava muito elevada, aí eu refiz e a pesquisa anterior, guardei. Fiz outra com maior acessibilidade porque o vídeo ia pra idosos do interior com menos acesso e o pessoal que ia assistir não iria entender o que eu tinha pensado antes. Então é casar o conteúdo com o público, conhecer o público para poder elaborar esse conteúdo se não a produção é zero (Osvaldo, 76 anos).

Aspectos que coadunam com o apontado por Hooks (2013):

Assim como muda nossa maneira de atuar, também nossa "voz" deve mudar. Na vida cotidiana, falamos de um jeito diferente com as diferentes plateias. Para nos comunicar melhor, escolhemos um jeito de falar determinado pelas

particularidades e características únicas das pessoas a quem e com quem estamos falando. Nesse espírito, nem todos estes ensaios têm a mesma voz. Refletem meu esforço de usar a linguagem de modo a levar em conta os contextos específicos, bem como meu desejo de me comunicar com plateias diversificadas. Para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos. A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela (HOOKS, 2013, p.22).

Ideias com as quais Paula (2009) concorda ao afirmar que há uma fragilidade na oferta, qualidade e permanência em relação à EJA, pois a oferta, geralmente, é no período noturno, além de que a qualidade e a permanência são comprometidas pelas condições de vida dos(as) alunos(as), a juvenilização da EJA, os conflitos intergeracionais e a desconsideração da heterogeneidade do público nas ações desenvolvidas. Sobre isso, Macacchero e Almeida (2009) apontam que quando não se atenta para a experiência dos(as) aprendentes, acaba ocorrendo uma desvinculação das áreas de conhecimento das suas vivências e saberes, podendo desaguar em desinteresse e abandono das atividades educacionais.

A questão da diversidade etária aparece como uma das principais dificuldades percebidas pelos(as) professores(as), pois requerem uma atenção maior às propostas apresentadas nas aulas visando atender tanto às necessidades e expectativas dos(as) educandos(as) mais jovens como dos(as) alunos(as) velhos(as). Essa realidade demonstra que é necessária uma formação específica e permanente para os(as) profissionais dessa área (TODARO; CACHIONI, 2016). Nesse sentido, por vezes a EJA não atende às necessidades e desejos da pessoa velha, pois não olha para suas especificidades e vivências, tratando da mesma forma jovens, adultos(as) e velhos(as), sendo importante formação profissional em educação gerontológica e no estudo de metodologias de ensino para pessoas velhas (RODRIGUES; MAFRA, 2018).

Essa necessidade se mostra ainda mais premente quando refletimos que historicamente, um dos principais problemas encontrados na EJA consiste na necessidade de formação dos(as) professores(as) para atuar com jovens, adultos(as) e velhos(as), uma vez que, geralmente, foram formados para atuar com crianças e adolescentes, o que acaba refletindo na elaboração de planos e materiais didáticos infantilizadores (MACACCHERO; ALMEIDA, 2009).

Isso leva a considerar que atuar na EJA requer conhecimentos sobre o processo de envelhecimento e sobre a velhice. Aprendentes velhos(as) apresentam um perfil próprio que pressupõe uma educação dialógica, afetiva, com um aporte teórico que

contemple a singularidade histórica desses indivíduos, que são dotados de experiências adquiridas em trajetórias de vida marcadas por situações-limite sobre as quais refletiram, sentiram e agiram. Dessa forma, além da formação permanente dos profissionais da área, é preciso que as metodologias sejam diversificadas, considerem o ritmo de aprendizagem, vivência extrassala de aula, faixa etária, dificuldades e potenciais dos(as) alunos(as), além de contemplarem o desenvolvimento de conhecimentos e saberes que tenham importância para o cotidiano das pessoas velhas (TODARO; CACHIONI, 2016).

Dessarte, é necessário ouvir as pessoas velhas, direcionar um olhar atento para o que comunicam em suas falas, posturas e silêncios, em uma perspectiva de construção de uma EPT em uma ótica gerontológica assumindo o lema “nada para nós sem nós²²”.

É o que afirma Antônia (69 anos):

O importante numa atividade de Educação Profissional e Tecnológica para idosos é você valorizar o saber que ele já tem. Valorizar porque muitas vezes a sociedade atual, parte dela, desvaloriza o saber que o idoso traz. Aliás, tudo atualmente é descartável. Só vale mais a coisa nova. Ah passou, tá antigo! Pra você hoje uma coisa tá nova, amanhã já tá velha, já vai sendo substituída e assim acontece com o idoso. Vai ficando cada vez mais isolado.

Outrossim, é preciso afirmar que a educação não é neutra, pois a escolha de temas, metodologias e atividades são decisões políticas. Uma pedagogia para a liberdade reconhece a importância de todos(as) os(as) alunos(as), demonstrando em práticas pedagógicas esse reconhecimento. Os valores e posicionamentos éticos e políticos definirão o que e como será ensinado, pois quando um professor branco aborda apenas obras escritas por outros homens brancos adota uma prática que reforça invisibilidades e preconceitos relativos a gênero, classe e raça (HOOKS, 2013).

Os alunos brancos e homens, por exemplo continuam sendo os que mais falam em nossas aulas. Os alunos de cor e algumas mulheres brancas dizem ter medo de que os colegas os julguem intelectualmente inferiores. Já dei aulas a brilhantes alunos de cor, alguns de idade avançada, que conseguiram, com muita habilidade, nunca abrir a boca em sala de aula. Alguns expressam o sentimento de que, se simplesmente não afirmarem sua subjetividade, terão menos probabilidade de ser agredidos. Disseram que muitos professores universitários jamais manifestaram menor interesse por ouvir a voz deles. A aceitação da descentralização global do Ocidente, a adoção do multiculturalismo obrigam os educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê? (HOOKS, 2013, p. 56-57).

²² O lema surgiu nos Estados Unidos, no início do século XX, sendo propagado por todo o mundo para representar o movimento das pessoas com deficiência e de outros grupos sociais marcados pela opressão, significando que decisões relativas a esses públicos devem considerar sua participação e posicionamentos.

Dessa forma, a educação para pessoas velhas vai além do ensinar conteúdos, envolvendo conhecer cada aprendiz, integrar os conhecimentos escolares com os saberes oriundos das experiências de vida e, dessa forma, compartilhar ideias, objetivos e significados. Na contramão dessa perspectiva estão práticas facilmente identificadas em propostas de EJA, tais como alfabetizar com livros didáticos do primeiro ao quinto ano que originalmente são direcionados ao público com seis a dez anos de idade; ofertar literatura infantil aos(as) aprendentes; não propor atividades escritas, utilizando apenas a oralidade; não propiciar evolução nos aprendizados com base em discursos que invalidam a capacidade dos(as) alunos e alimentam o idadismo; abordam apenas conteúdos relativos à língua portuguesa e matemática; e mantém a organização espacial da sala de aula em filas (TODARO; CACHIONI, 2016).

Como evidenciado pelas participantes:

A educação pra idoso precisa de pessoas também. E isso é uma coisa que ainda está em formação. Nós não temos educadores próprios para educar o idoso. Não sei se já tem formação ou disciplina nos currículos que trate sobre isso. Tem quem vai dar o curso para o idoso, que fica tratando como infantil, infantilizando o idoso. Não deve ser essa a atitude! Ou tem a pessoa que dá aula, mas acha que o idoso não vai mais aprender (Antônia, 69 anos).

A forma de ensinar do profissional que vem atender o idoso, ele já vem com aquele jeito de ensinar para esses idosos. Aquele conhecimento, posso dizer que o trabalho que ele faz com o idoso é diferente do trabalho que ele faz com o jovem. Ele sabe que ele tem que ter um pouco mais de paciência, porque o raciocínio do idoso já não é tão rápido quanto do jovem. Isso é natural, né? Então, o profissional, ele tem que ter essa visão e essa preparação, essa capacidade de saber trabalhar com idoso, ter um pouco de paciência de alcançar, ter a simpatia de conquistar a confiança do idoso e isso é primordial para que idoso se interesse. Eu vou tirar por mim, eu comecei a fazer um curso de francês. Eu gosto de francês também, só que as primeiras aulas que eu fui eu não gostei da maneira da professora ensinar e saí porque não me identifiquei. Então é isso... É importante também. Então o profissional que vai trabalhar com idoso seja lá onde for, ele sabe que ele tem que ter uma metodologia diferente do que ele trabalha com jovem. A comunicação, a forma de falar, tem que entender que o idoso ele já não tem aquela rapidez de raciocínio, como tem o jovem, ele não tem (Clara, 72 anos).

Além da formação permanente de professores(as), é preciso que o envelhecimento seja tema trabalhado de forma transversal nos currículos de todos os níveis de ensino, pois apesar das previsões legais, iniciativas nessa área são escassas.

A educação sobre o processo de envelhecimento pode contribuir para a mudança de postura frente a pessoas velhas e prevenir o idadismo, porém a realidade encontrada é de incipientes propostas nesse sentido, sendo recorrente que nas escolas brasileiras o envelhecimento seja refletido apenas em datas comemorativas como no dia dos avós (26 de julho) ou no dia nacional da pessoa idosa (01 de outubro). Convém pontuar que educar

as diversas gerações e criar oportunidades para que as diversas gerações compreendam mais amplamente a velhice, possam se colocar no lugar dela e reflitam sobre os preconceitos é pensar em uma formação integral e cidadã (TODARO; CAHIONI, 2016).

A ausência dos aspectos acima mencionados, tais como a não consideração da heterogeneidade do público da EJA e das peculiaridades dos(as) aprendentes velhos(as), a ausência de formação continuada dos(as) profissionais da área sobre o processo de envelhecimento e metodologias para esse público, bem como a consequente inadequação de temas, métodos e materiais didáticos, que acabam por infantilizar pessoas velhas com base em preconceitos precisam ser discutidos e superados para que se proponha melhorias na EJA (TODARO; CACHIONI, 2016).

Desse modo, garantir o direito à educação na velhice requer investimentos na educação formal, bem como recursos materiais e humanos destinados a esse público (TODARO; CACHIONI, 2016). Ademais, é preciso adotar metodologias horizontais e problematizadoras no intuito de contribuir para uma educação para pessoas velhas voltada para a liberdade, com base na criticidade e permanente, que estimule sua autonomia, valorize sua cultura, seus conhecimentos empíricos, sua individualidade e seus anseios referentes ao aprender (PEREIRA; TODARO, 2021).

Todos os alunos, não somente os de grupos marginalizados, parecem mais dispostos a participar energicamente das discussões em sala quando percebem que elas têm uma relação direta com eles. (...) Os alunos, mesmo quando versados num determinado tema, podem ser mais tendentes a falar com confiança quando ele se relaciona diretamente com sua experiência. Devemos lembrar de novo que existem alunos que não sentem a necessidade de reconhecer que sua participação entusiástica é deflagrada pela ligação da discussão com sua experiência pessoal (HOOKS, 2013, p. 118).

Sendo assim, a educação assume o papel de capacitação e empoderamento da população velha, conforme oferta instrumentos e conhecimentos que contribuam para seu processo de envelhecimento, visto que a ação socioeducativa com esse público oferta benefícios físicos, cognitivos e sociais, ampliando a sensação de bem-estar e a qualidade de vida das pessoas velhas (MENEZES; FURTADO, 2019).

Tese apoiada por Macacchero e Almeida (2019) que afirmam que a educação é condição básica para que os indivíduos participem da sociedade com independência e autonomia, possibilitando, dentre outros aspectos, acessar os bens culturais, o mercado de trabalho e de consumo. Além disso, contribui com aspectos subjetivos das pessoas velhas, que quando avaliam sua satisfação em relação à vida associam essa questão a elementos da afetividade, que podem ser fortalecidos por meio dos vínculos e laços de amizade construídos nas atividades educacionais (TODARO; CACHIONI, 2021).

Salientamos também que a educação contribui para a melhoria das funções neuropsicológicas, dos tempos de respostas aos desafios cotidianos, possibilitam o acesso a novos conhecimentos e interações, estimulam a autonomia e o pensamento crítico, sendo essenciais para o bem-estar social, físico, cognitivo e para o desenvolvimento pessoal. Dessa forma, espaços educativos para pessoas velhas podem significar a formação integral e humanizadora, elementos importantes para a vivência de uma velhice digna (PEREIRA; TODARO; CACHIONI, 2021).

Portanto, além de ser um direito garantido, a educação para pessoas velhas é aspecto importante para a saúde e qualidade de vida, representando “(...) uma forma de (os) manterem vivos não apenas biologicamente, mas também socialmente” (COURA, 2008, p. 15), concordando com o apontado por Vitória (65 anos) “quando você tem educação, você tem saúde, você vai ler, você vai se informar”.

Embora a educação se constitua em uma garantia legal e proporcione inúmeros benefícios às pessoas velhas, essa ainda não se configura como uma realidade para esse público, conforme salientado pelos(as) interlocutores da pesquisa. “A nossa educação no Brasil é falha desde a infância, então quando chega na nossa idade dá um nó porque nosso cérebro já não é mais tão jovem, né? O que uma criança aprenderia de 1 a 7 anos, nós de 70, 80 não podemos da mesma forma” (Antônia, 69 anos).

Além disso, convém pontuar que uma pessoa velha retomar sua trajetória escolar é resistir contra a negligência, a negação de direitos e o sistema de opressões que domina e aliena as classes populares. Dessa feita, é essencial a ampliação e fortalecimento de políticas públicas com foco no ingresso e permanência na educação não só para as pessoas velhas, as desde a infância, prevenindo todo um curso de vida marcado por desigualdades educacionais (SANTOS; ANDRADE, 2021).

Além disso, o contexto vivenciado pelas pessoas velhas é muitas vezes marcado pelas opressões de gênero, raça, classe e outras desigualdades, enfatizando assim, que a pedagogia bancária e fragmentada deve dar lugar a uma pedagogia ampla, crítica, integral, transformadora e humanizadora (SANTOS; ANDRADE, 2021)

Assim, a educação deve formar pessoas críticas desde a infância passando por todo o curso de vida, especialmente na velhice, entendendo e cuidando do processo de envelhecimento como possibilidade de desenvolvimento, agregando homens e mulheres de diversas idades, classes, raças, religiões e nacionalidades. Para tanto, é essencial o engajamento dos grupos historicamente deslocados do direito à educação formal, os quais as pessoas velhas integram, para que se identifiquem como protagonistas e contribuam

para os processos educativos e de construção de uma nova ordem societária com sociabilidade pautada na equidade (MENEZES, 2017).

Nesse sentido, o direito à educação promove cidadania através dos relacionamentos que proporciona e da construção de saberes que possibilita. Portanto negar ou dificultar o acesso das pessoas velhas a esse direito é uma forma de preconceito e de colocar essas pessoas à margem dos processos sociais (RODRIGUES; MAFRA, 2018).

Reconhecer essa questão ganha ainda mais vulto quando se reflete que a política de educação no Brasil atende a interesses de organizações internacionais, a exemplo do Banco Mundial, que estabelecem a educação em uma ótica mercadológica e econômica, estimulam a privatização e a redução de investimento estatal em políticas públicas, como moradia, saúde, alimentação e educação (RODRIGUES; MAFRA, 2018).

A política educacional e o acesso à educação por pessoas velhas no Brasil foram pontuados pelos(as) integrantes deste estudo, que apontaram desafios e negações de direitos nessa área.

A educação no Brasil não é boa, não. Ela deixa muito a desejar, principalmente para o idoso. A gente tem aí esses programas de EJA, né? As pessoas vão, mas nem é pro idoso mesmo, é mais pro jovem e pro adulto. Pro idoso o que eu vejo é que ainda há muita discriminação. Porque como eu falei anteriormente, existe velhices e velhices, não é? Cada velhice dependendo do seu status social, da sua intelectualidade... Então é difícil. Acho que o mais dificultoso da educação do idoso é essa multiplicidade de velhices. A Isolda Cela é uma idosa no auge, né? Aí eu já sou idosa mais embaixo na educação, e tem idoso com escolaridade ainda menor. A política pública para a educação do idoso a dificuldade maior é essa, porque as políticas, geralmente elas... não sei como está hoje porque agora já tem esses fóruns de discussões, né? Mas até bem pouco tempo, os projetos eram criados bem distantes, né? Cada técnico achava lá no seu gabinete como nós estamos aqui, que nós não estamos vendo nenhuma realidade lá fora. Criava e lançava, né? A Educação Profissional e Tecnológica ainda é pior porque precisa de mais recurso, equipamento e ninguém pensa nisso pra idoso (Antônia, 69 anos).

Realmente não vejo investimento na educação pro idoso. Eu não me lembro se foi televisão, se eu vi na internet, alguma coisa que eu li, que estão almejando a tecnologia para o idoso, do idoso fazer alguns cursos nessa área e tudo. Até mesmo uma faculdade, acho que foi um senhor que apareceu na televisão que ele, já com 70 anos, entrou numa faculdade para fazer um curso tecnológico. Não sei se o curso que ele ia fazer era radiologia, alguma coisa desse tipo. Então não é porque eu tô idosa que eu vou parar no tempo e no espaço, mas não tem investimento nessa área. Eu vejo que todas as vezes que o idoso conseguiu fazer uma faculdade, mesmo que seja curso de tecnólogo, ele teve que pagar, porque não tem gratuidade. Não é nem pra dizer que o idoso vai trabalhar nessa área, mas eu acho que para satisfação dele, pessoal. Porque eu vejo que tem muitos idosos que teriam vontade de fazer uma faculdade, mas não tiveram a oportunidade quando jovem, às vezes, porque tiveram que trabalhar, cuidar de filho, muita coisa. Então o governo investe no ensino

fundamental, médio, universidade, mas para jovens. Tá na hora de investir pra idosos também, porque atualmente a gente está com longevidade bem alta. Não é porque eu cheguei a essa idade que eu vou parar porque eu tenho coisas que eu gostaria de fazer. Agora tem outras coisas que eu digo: aqui não vai dar porque às vezes se torna um pouco caro. Eu acho que isso é saúde. Então todas as vezes quando eu invisto em alguma coisa que me faz bem, isso aí é a minha saúde que eu estou investindo. Depois que eu passei a ser idosa, né? Comecei a observar melhor tudo que tá aí na frente. As dificuldades que as vezes você tem, né? Eu vejo até a própria questão de que não tem aquela preocupação do transporte público com relação a você subir aquelas coisas muito altas (Vitória, 65 anos).

Olha, eu acho assim que não tem muito investimento e que sempre é colocada outra prioridade. Você sempre coloca o idoso como prioridade, né? Porque se vão vacinar, os idosos têm prioridade, têm prioridade na fila, os idosos têm prioridade em algumas coisas, mas eu acho que na educação essa prioridade não acontece, porque acho que falta interesse e políticas públicas, né? Hoje os governantes acham que talvez não seja viável, que não vão ter retorno, né? De investir no essencial para uma pessoa idosa, entendeu? Pode ser que isso melhore porque a tendência é a gente ser mais longo, né? Vai chegar uma época que a faixa etária das pessoas.... vai ser muita gente idosa. Então tem que abrir isso aí, entendeu? Eu acho que é mais isso de não ter um retorno financeiro (Marta, 65 anos).

A educação no Brasil, ainda é muito falha. Apesar de no Ceará, uma escola lá em Santa Quitéria, escola estadual ter sido considerada a melhor do Brasil, mas ali é pra jovens. Pra jovens essa escola é boa, porque eles têm poder intelectual mais rápido e maior do que o idoso. É que o idoso já tem o seu pensamento mais lento, né? Não tem mais aquela agilidade de acompanhar o pensamento como o jovem. Então eu acho, que a educação para o idoso praticamente não existe (...) Os idosos, a maioria deles não têm oportunidade de ser letrado. Ainda bem que tem professores, professoras que se dedicam a alfabetização de um adulto. Isso é o que salva, mas de um modo geral, partindo do governo, não existe muito incentivo (Osvaldo, 76 anos).

A educação é péssima. As autoridades, o poder público nunca pensou na educação nem de jovem nem de idoso. Você vê mesmo agora, nesse novo governo, do ex-presidente para o atual, o abacaxi que ele tá pegando. Eles tiraram o dinheiro das faculdades, das bolsas dos alunos, como é que podemos ter profissionais de grande porte se não tem oportunidade? Por que o rico tem, pode pagar e o pobre não pode. Assim, mesmo com toda essa drástica que é a educação no Brasil nós ainda temos muitos campeões em matemática, em outras coisas... Deveria ser uma prioridade, coisa que não podia se mexer era dinheiro de educação, era dinheiro da saúde. São coisas principais! Você precisa da saúde pra viver. E outra coisa... Uma pessoa que tem educação, ela faz a diferença no mundo, mas parece que eles não querem ninguém inteligente, eles não querem ninguém sábio, não querem que ninguém aprenda a voltar. Aí faz isso. Desde jovem que eu vejo isso e olha que eu já vou fazer 70 anos em março. (...) A gente foi fazer um trabalho na Jurema com as crianças, que também é outro ponto, viu? Aqui estamos falando de idoso, mas as crianças também é outro ponto que tem muita carência. Educação no nosso país carece. Eu assisti que um diretor de um grupo escolar no interior tava levando frango pra casa. As crianças pobres sem ter o que comer e ele levando pra casa. Você vê às vezes em época de política, denúncia de pegarem remédio, de sumir tudo e o povo pobre precisando. É triste. É porque não tem fiscalização. O descaso, né? Ninguém fiscaliza? (Paula, 69 anos).

Ante esse contexto neoliberal, é mister elucidar que a educação não depende do indivíduo a ser educado, mas sim do Estado. Assim, a educação deve ser efetivada por meio de ações estatais que possibilitem o acesso de todas as pessoas, inclusive pessoas velhas, pois a idade avançada não pode ser vista como um impedimento à aprendizagem, sendo essencial superar preconceitos nesse aspecto, especialmente quando consideramos que a pobreza e a violação de direitos de toda uma trajetória se manifestam na velhice de forma ainda mais intensa (RODRIGUES; MAFRA, 2018). Essa perspectiva é percebida por Joana (67 anos) que afirma: “idoso tem potencial, o que falta é incentivo por parte das autoridades”.

Ademais, quanto mais baixo o nível de escolaridade na velhice, menor é a renda e piores são as condições de saúde (RODRIGUES; MAFRA, 2018). Essa situação é denunciada na fala de Clara:

Pelo que eu conheço, acho que quase não existe educação para idoso, nem existe essa parte da educação tecnológica. Isso aqui nem existe! O que eu vejo é que as políticas pensam em relação ao idoso é tipo a facilitar a medicação, que é super importante, mas que é só no papel, porque na prática mesmo, nada disso funciona. Essa coisa da saúde, do remedinho, dos direitos, de andar de ônibus, de sentar no assento, isso e aquilo. Isso é bom, é importante, mas não é só isso! Não é só isso! Inserir o idoso como um cidadão, que não tem 20 nem 30 anos, mas continua sendo um cidadão. Essa parte é super importante e isso não existe. Pensam: vamos fazer uma festinha ali na praça! (...) Na pracinha tem um grupo de idosos, toda segunda vai lá dançar, não sei o que e acabou. Vai todo mundo para casa bonitinho, pronto! Já lhe dei seu lazer. Não é só isso! Então, assim... Para que o idoso, ele tenha vida ativa por mais tempo, tem que tem que ser mais coisas, tipo, cursos, teatro, fazer peça de teatro, cinema, tudo! Inserir o idoso no mercado de trabalho, no lazer, ou seja, que eles continuem ativos e isso não existe! E isso deve ser feito pelas políticas públicas, né? Inserir esse tipo de coisa como uma forma de ser feito realmente. Não como uma coisa que faz hoje, amanhã, um mês. Não! Fazer como uma coisa permanente, como um projeto permanente para que as gerações que vão envelhecendo, vão tendo essa oportunidade de fazer esse tipo de coisa. Isso parte das políticas públicas. Porque de boas intenções, tem muita gente que faz, tem muitas pessoas que participam, são voluntários, mas é muito pouco. Não dá para fazer tudo isso que é necessário, então o poder público é que teria que tomar a frente nesse sentido. Eu não vejo interesse nesse sentido do poder público. Não tem essa prioridade! Assim, eu não quero desanimar de acreditar que um dia possa acontecer, mas quando eu participei de um fórum e a falação daquele pessoal dos órgãos públicos, fala isso, fala aquilo e fica só nisso. Eu ficaria feliz se eu visse alguma coisa em prática, em prol do idoso, porque eu sou uma idosa de classe média baixa, moro num bairro considerado pobre, e eu vejo muitas pessoas idosas passando por situações tão difíceis, sabe? Em todos os sentidos. Eu não vejo ninguém fazer nada, nada, nada. Às vezes, sabe? Você desanima. Então eu gostaria de ter voz pra dizer pra eles: vocês falam, falam e cadê a atitude? Eu não tô vendo. Só falar não resolve! (Clara, 72 anos).

Ainda sobre o contexto neoliberal que se espalha na educação ofertada, inclusive a profissional e tecnológica, sinalizamos que a educação neoliberal forma indivíduos

fragmentados para serem vulneráveis, adaptáveis e contribuam para a manutenção do sistema, no qual a velhice é preterida, segregada, invisibilizada e tem seus direitos negados. Oposta a essa lógica, a EPT tem suas bases teóricas pautadas na omnilateralidade, na reflexão crítica, na formação integral, na práxis e em uma educação emancipatória, se constituindo como antagônica ao projeto de pedagogia neoliberal (OLIVEIRA; FRIGOTTO, 2021).

Dessa forma, nesse terreno de contradições e disputas, aponta-se a necessidade de um projeto educacional atento às necessidades e anseios da classe trabalhadora, superando a dualidade histórica entre a escola para aprender a ler e a escola que ensina a fazer (OLIVEIRA; FRIGOTTO, 2021). Os(as) aprendentes anseiam por um conhecimento significativo, que contemple informações e a relação desses conhecimentos com sua experiência de vida, fortalecendo seu desenvolvimento intelectual e sua capacidade de viver no mundo de forma plena (HOOKS, 2013).

Para além das importantes questões anteriormente apontadas, reforçamos as demandas da população velha por Educação Profissional e Tecnológica, tais como adaptação de metodologias, conteúdos, espaços, linguagens na perspectiva de construção de espaços educacionais adaptados às pessoas velhas, atentos a suas necessidades e promotores de suas potencialidades, considerando seus saberes, suas tradições e experiências, uma vez que embora a EPT contemple, em sua concepção, pessoas velhas e que nesses espaços educacionais convivam jovens, adultos e velhos(as), essas questões nem sempre se traduzem em metodologias e conteúdos que tanjam ao processo de envelhecimento, aos direitos e heterogeneidade das velhices, bem como sejam incentivadoras de coeducação entre gerações.

Nessa ótica propor uma EPT para velhos(as) é também uma forma de resistência ao projeto de educação neoliberal, fragmentada e idadista, focada na produção remunerada da vida, ao passo em que propõe uma educação para a vida, que considera a memória, os saberes ancestrais, os múltiplos conhecimentos e habilidades, a perspectiva de educação permanente ao longo do curso de vida e das pessoas de todas as gerações como aprendentes.

A EPT para velhos(as) deve considerar não apenas o acesso na idade esperada para tal, mas também levar em conta outras questões apontadas como essenciais pelas pessoas velhas. A EPT em uma ótica gerontológica tem como horizonte não apenas a formação não acessada em outros momentos de seu curso de vida, mas que possibilite o desenvolvimento de habilidades, a segurança digital, a prevenção ao isolamento social, o

estímulo à intergeracionalidade e ao protagonismo, o fortalecimento da independência e autonomia, a criação de laços, a construção de projetos de vida, a ocupação do tempo livre com significado. Assim, a questão central se refere à educação para a vida, a reflexão crítica sobre o lugar ocupado pela velhice na sociedade e a resistência à educação dicotômica e produtivista.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA DIDÁTICO – ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Considerando que os(as) velhos(as) no Brasil são percebidos(as) a partir de uma lógica idadista, que a aposentadoria no Brasil significa perda financeira e de participação social, que a velhice possui especificidades em relação ao trabalho e à educação, bem como que o acesso a esses aspectos são direitos regulamentados por lei, porém ainda distantes da realidade vivenciada por esse público, é fundamental democratizar a EPT para todas as gerações, visibilizar as demandas e particularidades desse grupo etário e democratizar as discussões gerontológicas na perspectiva de prevenir o idadismo e a violação de direitos.

Como apontado anteriormente, o trabalho e a educação são considerados como elementos alheios aos(às) velhos(as), que diante do sistema capitalista e do idadismo, cada vez mais presente em nosso contexto, são percebidos como inúteis, improdutivos e onerosos para a sociedade, aprofundando desigualdades sociais e o intercruzamento de opressões como as de gênero, classe, raça e geração.

Esse cenário se reflete em escassas iniciativas de EPT destinadas às pessoas velhas, visto que muitas vezes não contempla as heterogeneidades das velhices, tanto no que tange às suas características, como o que se refere às suas demandas, tais como adaptação de metodologias, espaços físicos, horários, materiais e recursos didáticos, na perspectiva de uma educação emancipatória, omnilateral e para a vida.

Isso também se espalha para o campo da pesquisa, com poucos estudos relativos à EPT para velhos(as) e produtos educacionais abordando o tema. Em pesquisa realizada na página na internet do Observatório do ProfEPT, utilizando as palavras-chave velhice, velho, velha, idoso, idosa, pessoa idosa, envelhecimento, geração e intergeracionalidade, foi identificado apenas um artigo e um produto educacional que tratam sobre intergeracionalidade, tendo como títulos respectivamente “*Educação intergeracional e suas contribuições para a formação humana integral dos estudantes*” (SILVA; CORDEIRO, 2019) e “*Roteiro de atividades em educação intergeracional na perspectiva interdisciplinar no ensino médio integrado*” (SILVA, 2020), ambos de autoria de Marisa Aparecida da Silva, egressa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Já na Plataforma Sucupira / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando realizada a mesma pesquisa foram identificadas apenas

dissertações relativas ao Curso de Formação de Cuidadores(as) de Idosos(as), não havendo registro de nenhuma produção voltada para a Educação Profissional e Tecnológica de pessoas velhas.

Ante o acima exposto e a discussão apontada nesta dissertação de que é importante pensar a Educação Profissional e Tecnológica também para pessoas velhas em uma perspectiva de integralidade, omnilateralidade e valorização de seus saberes e experiências, o produto educacional proposto consiste em um Guia Didático sobre Envelhecimento e Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

(...) O guia didático pode ser entendido como um material que contém informações, ideias, apontamentos, conteúdos, notas, dados e experiências individuais, coletivas, culturais, tecnológicas e ambientais de maneira clara e objetiva, que auxiliam a construção do conhecimento, ressignificação de conceitos e conquista de autonomia, que originam-se nos diversos tipos de interações entre conteúdo, sociedade e ambiente, perpassando também pela escola e a educação (RANGEL; DELCARRO; OLIVIEIRA, 2019, p.02).

Dessa forma, o referido guia didático visa proporcionar reflexões e ferramentas para o planejamento e o desenvolvimento de ações na área, além de indicar aspectos contributivos para um fazer pedagógico adaptado às características do(a)s velho(a)s, sejam elas cognitivas, motoras, culturais ou biopsicossociais.

O Guia Didático sobre Envelhecimento e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) também contém a sugestão de materiais para trabalhar a temática junto a pessoas velhas, tais como podcasts, músicas, poemas e filmes. Dessa forma, o referido Guia Didático está organizado em sessões da seguinte forma:

1. **Educação Gerontológica e Intergeracionalidade:** discute sobre a educação para o envelhecimento como um direito de toda a sociedade e como aspecto fundamental para a construção da valorização da velhice e da intergeracionalidade;
2. **Gerontologia Educacional e EPT:** aborda a relação entre Gerontologia Educacional e EPT, bem como contém sugestões de temas e metodologias a partir das narrativas das pessoas velhas participantes da pesquisa;
3. **Sugestões de materiais:** visa a contribuir para abordagem do tema do envelhecimento no fazer pedagógico, contendo sugestões de filmes, documentários, livros, músicas, podcasts, materiais socioeducativos e legislações sobre os Direitos da Pessoa Velha;
4. **Datas Referentes ao Envelhecimento;**

5. Sequência Didática de Curso sobre Educação para o Envelhecimento.

Os guias didáticos podem contribuir para o processo de ensino aprendizagem, visto serem suporte para docentes e discentes nas atividades, assim sendo, devem considerar a realidade do público para quem foi pensado e elaborado (RANGEL; DELCARRO; OLIVIEIRA, 2019). Além disso, o cenário exposto ao longo deste trabalho aponta para a importância da implementação do referido produto educacional, cuja proposta tem foco nos profissionais e entidades que atuam com Educação Profissional e Tecnológica e com educação de pessoas velhas.

Dessa forma, consideramos para a elaboração do Guia Didático sobre Envelhecimento e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) as narrativas apontadas pelas pessoas velhas participantes da pesquisa, sugerindo materiais que facilitem a abordagem da dimensão geracional na EPT, dentre eles filmes, documentários, legislações, dentre outros elementos. Também houve a preocupação com a ilustração do material com fotografias de velhos(as), produzidas pelo fotógrafo cearense Júnior Panela, como mais uma ferramenta para o letramento gerontológico.

A esse respeito, Rocha (2011) salienta que a democratização do conhecimento requer o acesso a várias ferramentas, tais como imagens e diferentes gêneros textuais, sendo fundamental analisar como os materiais didáticos, vídeos, atividades, livros, dentre outros, possibilitam perspectivas sobre a diversidade etária (ROCHA, 2021).

Destacamos que no mencionado produto educacional, disponibilizamos uma sequência didática de um Curso sobre Educação para o Envelhecimento, voltado para crianças e adolescentes, atendendo assim um aspecto relevante revelado durante a pesquisa.

Outrossim, a construção de uma consciência crítica está relacionada à educação, sendo essencial incluir discussões sobre aspectos geracionais no processo de ensino aprendizagem de crianças e adolescentes. Essa ideia assume um significado ainda maior quando atentamos para que esses grupos geracionais são ainda mais vulneráveis à influência de aspectos ideológicos, tais como os preconceitos, haja vista seu estágio de formação sociocognitiva. Logo, é ainda mais necessário pensar a escolha de materiais, metodologias e atividades para que a diversidade, dentre ela a etária, a criticidade e a empatia sejam estimuladas (ROCHA, 2021).

Nessa perspectiva, o mencionado guia será destinado não apenas a profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, mas propõe reflexões e indicações que também podem representar caminhos para a oferta de atividades de educação formal, não formal e informal para o público velho, portanto trata-se de um material didático com vistas a interdisciplinaridade e a atuação em rede, tendo como horizonte uma educação omilateral e emancipatória em perspectiva gerontológica.

Portanto, destina-se a profissionais da área do envelhecimento em diversas esferas de atuação, seja na área educacional, cultural, esportiva, social, psicológica, política, dentre outras.

Entendemos que o Guia Didático sobre Envelhecimento e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), validado pela banca avaliadora desta dissertação, pode contribuir com diversos espaços institucionais nos quais são desenvolvidas atividades de educação para pessoas velhas. Dessa forma, o material será disponibilizado nos Fóruns e Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa e em páginas da internet com foco no envelhecimento; divulgado em grupos que congreguem interessados na temática pelo WhatsApp e em redes sociais; propagado em grupos e atividades dos quais velhos(as) sejam integrantes, além de outras estratégias de difusão do conteúdo abordado no referido produto educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ditames neoliberais se espraiam para as diversas dimensões sociais, impondo uma ética com base no individualismo, competitividade, produtividade e agilidade. Por outro lado, imprime às políticas públicas um caráter fragmentado e reducionista, transferindo a responsabilidade do Estado para os indivíduos e famílias de acessar direitos sociais e garantir condições de sobrevivência.

Esse modelo societário preconiza a redução do investimento em políticas sociais, o Estado mínimo, a desregulamentação de direitos e do trabalho. No que se refere à educação, os ditames neoliberais a concebem e propagam em uma ótica utilitarista, mercadológica, conteudista, segmentada e dualista, na qual a educação geral é destinada aos detentores do poder e dos meios de produção, e a educação profissional é voltada para as classes oprimidas, comprometendo o ensino público, gratuito e de qualidade, bem como inviabilizando uma educação para a autonomia, liberdade e humanização dos indivíduos.

Esse contexto impacta todas as gerações, entretanto é na velhice que assume uma vertente mais cruel visto as opressões de classe, raça e gênero interseccionarem com o idadismo, o que faz com que as pessoas velhas sejam consideradas inúteis ou um peso social, para quem as políticas públicas são vistas como um ônus.

Ainda nessa ótica, os preconceitos relativos ao envelhecimento encontram terreno fértil, sendo as pessoas velhas consideradas como inaptos ao aprendizado, opostas à educação e à tecnologia, tendo seus saberes desvalorizados por serem consideradas inúteis à lógica mercadológica do capital.

Dessa feita, ao longo do tempo as pessoas velhas foram invisibilizadas em diferentes termos, dentre eles na educação, havendo um apagamento de suas presenças e contribuições, pouco investimento na educação de pessoas velhas, escassas iniciativas na área, ausência de adaptações às suas peculiaridades, dentre outras questões que obstaculizam o acesso de velhos(as) à educação, inclusive à EPT.

Essa realidade pode ser identificada nos dados sobre a educação de pessoas velhas em nosso país, visto que das 11 milhões de pessoas com idade a partir de 15 anos analfabetas, 6 milhões é de pessoas acima de 60 anos. O analfabetismo na velhice é três vezes maior que entre as outras gerações, atingindo 18%. Além disso, na velhice o analfabetismo é mais recorrente na região Nordeste (37,2%), entre negros(as) (27,1%) e igual entre velhos e velhas (18%) (IBGE, 2020). Embora entre as pessoas velhas exista

um índice três vezes maior de analfabetismo, elas são a minoria tanto na educação de jovens e adultos, como na educação profissional, representando, respectivamente, 7,002% e 0,53% (INEP, 2023).

Esses dados demonstram que o analfabetismo no Brasil se relaciona com desigualdades etárias, regionais e raciais, bem como que a educação para pessoas velhas embora seja um direito garantido nas legislações brasileiras, tais como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa, há um distanciamento entre o direito previsto e a realidade vivenciada pelas velhices no país.

Esse cenário emergiu nas narrativas dos(as) interlocutores(as) da pesquisa, cujos resultados apontaram para quatro categorias, que aqui foram discutidas. A primeira se referiu à intergeracionalidade, na qual os(as) participantes apontaram a cooperação e os conflitos intergeracionais presentes na educação de pessoas velhas, a importância da relação e da coeducação entre as gerações, bem como da educação da sociedade para o envelhecimento como iniciativas educacionais para a superação do idadismo e para a promoção de uma formação integral e humana.

A segunda categoria relacionou-se à aposentadoria e tempo livre no envelhecimento. As narrativas indicaram os significados que o trabalho assume na sociedade do capital, no qual a força de trabalho, o tempo e os indivíduos são concebidos como mercadorias, dotando o envelhecimento e a aposentadoria de estereótipos relativos à inutilidade, incapacidade e morte, além das desigualdades intensificadas nesse período. Essa perspectiva desagua em sentimentos dúbios em relação ao direito conquistado da aposentadoria e ao tempo livre, podendo significar novas possibilidades de realizações ou angústia e isolamento social. Nesse escopo, propósitos, projetos de vida, participação em atividades e programas destinados à velhice, inclusive educacionais, aparecem como possibilidades de engajamento, de ressignificação do tempo e de reconstrução das trajetórias de vida.

O terceiro ponto atentou para o letramento digital, tendo sido apontadas pelos(as) interlocutores(as) questões como equidade digital como direito estabelecido em legislações e como importante conteúdo a ser inserido nas ações educacionais para velhos(as). Ainda sobre o tema, a exclusão digital é atribuída como uma expressão do idadismo, da ausência de acessibilidade dos serviços e da vulnerabilidade à violação de direitos. Nesse sentido, as pessoas velhas não são obrigadas a se engajarem nas tecnologias, mas devem ter seu acesso e letramento garantidos por políticas públicas caso desejem.

Por fim, temos a Educação Profissional e Tecnológica em uma ótica gerontológica como quarta categoria. Nesse aspecto, as pessoas velhas atribuíram um significado de integralidade e omnilateralidade à EPT, não se restringindo à educação profissional, mas sublinhando possibilidades, desafios, necessidade de adaptações, acessibilidade, consideração dos saberes dos(as) velhos(as), temas, metodologias e materiais que possam contribuir para a educação de pessoas velhas, bem como avaliaram a educação no Brasil.

Por consequência, se revelam os desafios de fortalecimento da política de educação, da superação da fragmentação educacional, da prevenção ao idadismo, da elaboração e implementação de metodologias que estimulem a participação social das pessoas velhas, bem como de iniciativas de coeducação intergeracional. Para isso, se faz necessário ouvir essas pessoas, compreender suas peculiaridades, dificuldades, habilidades, demandas e necessidades de forma a estimular seu protagonismo, valorizar seus saberes e experiências e construir propostas que levem a uma educação omnilateral na velhice.

Os referidos aspectos orientaram a construção do Guia Didático – Envelhecimento e Educação Profissional e Tecnológica, no qual estão expressas as sugestões de temas e metodologias, bem como os significados atribuídos ao tema pelas pessoas velhas integrantes deste estudo.

Convém reafirmar que seria um equívoco associar a EPT para velhos a uma apologia ou romantização do trabalho na velhice, visto que as bases que a fundamentam e que foram discutidas ao longo deste estudo, são pautadas na formação integral dos indivíduos, na perspectiva histórica e crítica dos processos educativos, na reflexão crítica e historicizada da realidade social, na consideração dos contextos sociais, históricos e culturais, na valorização dos(as) alunos(as) e de suas experiências, em valores éticos como solidariedade, coletividade e equidade. Sendo assim, a velhice também pode assumir um lugar nessa modalidade, integrando, construindo e reconstruindo trajetórias, vivências, projetos de vida, saberes e relações.

Dessa feita, a EPT pode ser pensada a partir da ótica gerontológica, que proporcione a participação social da pessoa velha e não apenas sua preparação para permanência ou reingresso no mercado de trabalho, possibilite uma educação emancipatória, adense a luta pelos direitos da velhice, forme as pessoas velhas para o conhecimento e reivindicação de seus direitos, para o controle social e para divulgar seus saberes para outras pessoas velhas e outras gerações. Nesse sentido a EPT e a Gerontologia Educacional confluem para a possibilidade de velhices dignas e de

estimular o protagonismo na velhice, contribuindo para sua autonomia, o exercício de sua cidadania, fortalecimento da saúde cognitiva, física e mental; incentivo às relações e aprendizado intergeracionais.

Assim, esta pesquisa pode contribuir para estimular a participação social e o protagonismo das velhices na educação, bem como valorizar suas demandas e percepções, de modo a favorecer a ampliação das ações de EPT para pessoas velhas

Por fim, impende mencionar que este estudo não pretende encerrar ou concluir a discussão sobre uma EPT para pessoas velhas, a partir do entendimento que a realidade de outras velhices e que outros meandros da EPT na velhice podem ser inaugurados ou aprofundados em novas pesquisas.

Dessarte, visualizamos que esta pesquisa não esgota as reflexões sobre o tema, mas ao contrário, visa instigar pesquisas e reflexões sobre a temática, que, assim como a educação e o envelhecimento, são dinâmicos, construídos, reconstruídos e experienciados em cotidianos heterogêneos.

7 REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, A. Diálogos com o Estatuto do Idoso e Paulo Freire: a velhice para além do antigamente, uma possibilidade de Ser Mais. **Revista Kairós- Gerontologia**, 24(1). 2021. p.199-212.
- ALMEIDA, R. Roteiro para o emprego de grupos focais. In: ABDAL; A.; et al. (orgs). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. p. 42-59.
- ALVES, R. **As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- ALVES, C. N. S. O descarte do trabalhador idoso no capitalismo contemporâneo e sua reutilização: elementos que os conduzem ao mercado informal de trabalho. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, 2º sem. 2019. p. 196 – 208.
- AMBROSINI, T. F. Educação e Emancipação Humana: uma fundamentação filosófica. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.47, Set. 2012. p.378-391.
- ANDRADE, J. R. de; PEREIRA, M. P. Organização do trabalho pedagógico na EJAI: cenários possíveis. In: ANDRADE, M. E. B. de.; ESTRELA, S. C. **Saberes e partilhas na educação de jovens, adultos e idosos**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021. p. 205-226.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- ARROYO, M. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005.
- AZEVEDO, C. D. Ciberespaço, Facebook, YouTube, redes sociais... navegar é preciso! In: MUSIAL, D. C. et al (orgs). **Políticas sociais e Gerontologia: diálogos contemporâneos**. Maringá, PR: UNIEDUSUL, 2020. pp. 368-376.
- BARROS, C.S.; BRANCOS, S.I.D. Envelhecimento da população negra, desigualdade racial e qualidade de vida. **Revista Tema**, São Paulo, Unifesp, 2017. p. 1-11.
- BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEAUVOIR, S. de. **A Força da Idade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERZINS, M. A. V. Familismo, velhice e desigualdade de gênero In: MUSIAL, D. C. et al (orgs). **Políticas Sociais e Gerontologia: diálogos contemporâneos**. Maringá, PR: UNIEDUSUL, 2020. p. 377-388.

BORGES, C.; CAMARGOS, N. M de S.; ALVES, E. D. L. Trabalho e educação: princípio educativo para uma formação integral. In: SÃO BERNARDO, M. A. de. et al. (orgs). **Educação e trabalho, utopias possíveis nos espaços da EPT Volume 2: Abordagens críticas e inquietações na formação continuada em educação e trabalho**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 233-248.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA**. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento Base. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/12**. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Diário Oficial da União. 12 dez. 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 510/16**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União. 24 mai.

2016. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida**. Publicado no Diário Oficial da União em 7 de mar. de 2018. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos** – Relatório 2019. Brasil: 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Brasil: 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. 4. Ed. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 1, de 28 de maio de 2021. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância**. Brasília: MEC, 2021a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Referencial para Implementação das Diretrizes Operacionais de EJA nos Estados, Municípios e Distrito Federal**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021. Brasília: Ministério da Educação, 2022.

BRITTO DA MOTTA, A. Envelhecimento masculino: trabalho, aposentadoria e participação social. In: BARROS JÚNIOR, J. C. (org.). **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Edicon, 2009. p. 67-79.

BRITTO DA MOTTA, A. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.25, n.2, mai./ago. 2010. p. 225-250.

BRITTO DA MOTTA, A. Idade e Solidão: a velhice das mulheres. In: **Feminismos**. v. 6, n. 2, 2018. p. 88-95.

CACHIONI, M. et al. Idosos on-line: tecnologia como recurso para a aprendizagem ao longo da vida. **Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento**, Porto Alegre, v. 25, edição especial, 2020. p. 45-61.

CAMARANO, A. A. **Os dependentes das rendas dos idosos e o novo coronavírus: órfãos ou novos pobres?** Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 81).

CAMPELO E PAIVA, S. de O.; et al. Desigualdade, envelhecimento e saúde no tempo de contrarreformas: da Magnitude à Desproteção Social no Brasil. **Revista Kairós-Gerontologia**, 24 (Número especial 30, “Covid-19 e Envelhecimento II”), 2021. p. 65-82.

CARDONI, N. C.; CHIRELLI, M. Q.; PIO, D. A. M. Grupo focal com residentes multiprofissionais no contexto da pandemia Covid-19: relato de experiência. **New Trends in Qualitative Research**, Oliveira de Azeméis, v. 8, p. 18-25, jun. 2021. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/383>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CARLETO, D. G.; SANTANA, C. da S. Relações intergeracionais mediadas pelas tecnologias digitais. **Revista Kairós Gerontologia**. v.20. n.1. São Paulo: PUCSP, 2017. pp. 73-91.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.23, n.1, jan. /abr. 2014. p. 187-205.

CÔRTE, B.; FERRIGNO, J. C. Programas Intergeracionais – estímulo à integração do idoso às demais gerações. In: FREITAS, E. V; PY, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia** - 4.ed.- Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. pp. 3399-3415.

COURA, I. G. M. Entre medos e sonhos nunca é tarde para estudar: a terceira idade na educação de jovens e adultos. **31ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu, 2008.

COUTRIM, R. M. E. (2010). **A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume, 2010.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 171-188. 2002.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. Envelhecimento e velhice na família contemporânea. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p.1366-1373.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 1ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Quem são os idosos brasileiros**. São Paulo: DIEESE, 2020. (Boletim Especial, n.01).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil das pessoas com 60 anos ou mais – dados por estado**. São Paulo: DIEESE, 2021.

DOLL, J. et al. Apresentação – Educação e Envelhecimento. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 40, n. 1, mar. 2015. p. 9-15.

- DOLL, J. A educação no processo de envelhecimento. In: FREITAS, E. V.; PY, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia** - 4.ed.- Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. 3554-3566.
- DOLL, J.; MACHADO, L. R.; CACHIONI, M. O Idoso e as Novas Tecnologias. In: FREITAS, E. V.; PY, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia** - 4.ed.- Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. pp. 3585-.3603.
- FELIX, J. O idoso e o mercado de trabalho. In: ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 241-264.
- FERRIGNO, J. C. **Coeducação entre gerações**. 2 ed. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.
- FERRIGNO, J. C. O Idoso como Mestre e Aluno das Novas Gerações. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 211-223.
- FREIRE, P. **Educação e mudança** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.
- FREIRE, P. **Defendo a escola que privilegie a curiosidade**. [Entrevista cedida a] Ana Sanchez. Diário do Grande ABC, [s.l.], Educação, p.5,6 ago. 1995.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005, v. 1, p. 19-62. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/1132>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **ConVid** - Pesquisa de comportamentos (em andamento). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: https://convid.fiocruz.br/index.php?pag=cuidado_idosos. Acesso em: 04 ago. 2021.
- GASPAROTO, L. P. R.; VENTURI, K. K.; VILAS BOAS, M. C. Educação profissional para idosos: reflexões e retrato de uma realidade sob a perspectiva da educação a distância. **TICS e EaD em Foco**, São Luís, v.2 n.2, mai./out. 2016. p. 18-28.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. poli. publi. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan/mar. 2006.

GOMES, M. A. de O.; RODRIGUES, A. P. A.; VASCONCELO, M. Apontamentos para uma educação omnilateral em Marx e Engels. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, 2022. p. 1-20.

GUGEL, M. A. O direito ao trabalho, a preparação e a conquista da aposentadoria. In: ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 225-240.

HABOWSKI, A. C.; CONTE, E. A técnica de pesquisa de grupo focal: contribuições à educação. **Revista Cocar**. v.14, n.28. Belém, Pará: jan. /abr. 2020. p. 10-16.

HADDAD, E. G. de M. **A ideologia da velhice**. 2.ed – São Paulo: Cortez, 2016.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da educação básica 2022** - resumo técnico. Brasília: INEP/MEC, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **População por Grupos de Idade**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5918#resultado>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua Educação**. Brasília: IBGE, 2020.
INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION. **Measuring Digital Development: acts and figures 2021**. Geneva: ITU, 2021.

LEMOS, N. de F. D. Idosos cuidadores: uma realidade não desvelada. **Mais 60** - Estudos sobre Envelhecimento, São Paulo, v. 29, n. 72. dez. 2018. p. 8-25.

LIMA, C. R. **Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

LIMA, L. G. B; STACH-HAERTEL, B. U. Relações intergeracionais: os desafios da convivência entre distintas gerações na contemporaneidade. In: ALBIERO, C. M. G.; MACIEL, E. da S.; LIMA, L. G. B. (orgs.). **Escuta intergeracional em tempos de pandemia**. Miracema, Tocantins: EDUFT, 2022. p. 16-26.

LOPES, E. S. de L. **Encontros intergeracionais e representação social: o que as crianças pensam sobre velhos e velhice.** Holambra, SP: Editora Setembro; São Paulo: FAPESP, 2008.

MACACCHERO, L. M. P.; ALMEIDA, R. S. Educação por inteiro na perspectiva da inclusão. In: BARROS JÚNIOR, J. C. (org.). **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade.** 1. Ed. São Paulo: Editora Edicon, 2009. p. 310-328.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MEDEIROS, P. A.; AZEREDO, M. R. Políticas educacionais para a população idosa: uma análise sobre ações pedagógicas inclusivas em cursos de educação profissional no Sul do Brasil. **GIGAPP Estudos Working Papers**, v.7, n. 159, 2020, p. 355-377.

MENEZES, K. M. G. **Agora é a minha vez de ir pra escola!:** os desafios na educação para mulheres velhas em um Programa de EJA, em Fortaleza – CE. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 231 p. 2017.

MENEZES, K. M. G.; FURTADO, E. D. P. Os desafios na educação para mulheres velhas em um programa de EJA. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 22, n. 3, 2019. p. 421-443.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Ed. 29. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C.; COSTA, A. P. **Técnicas que Fazem Uso da Palavra, do Olhar e da Empatia:** pesquisa qualitativa em ação. Aveiro, Portugal: Ludomedia, 2019.

MIRANDA, L. M. B. de; TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e preparação para a aposentadoria: as dimensões política e pedagógica da intervenção do Serviço Social. In: TEIXEIRA, S. M. (org.). **Serviço Social e envelhecimento.** Teresina: EDUFPI, 2020. p. 192-220.

NERI, A. L. (org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade.** São Paulo: Edições Sesc SP, 2007.

NERI, A. L. **Palavras Chaves em Gerontologia.** 4 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

NETTO, R. M. R.; CHAGAS, C. A. N. O Método Hermenêutico-Dialético aplicado às Ciências Sociais: uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, jul./dez. 2019. p. 1-13.

- NOGUEIRA, B. M.; LEITE, S. A. S. A afetividade no processo de orientação de pesquisa científica. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 19, n. 3, set./dez. 2014. p.249-259.
- NOGUEIRA, I. R. R.; BATISTA, A. C. **Intergeracionalidade: prevenção ao idadismo e construção de uma sociedade para todas as idades**. Brasília: SESC/DF, 2022.
- OLIVEIRA, S. de O. et al. Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? **Cadernos da Fucamp**, Campinas, v.19, n.41, p.1-13, 2020.
- OLIVEIRA, T. F.; FRIGOTTO, G. As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. In: SILVA, C. N. N; ROSA, D. S. (org). **As bases conceituais na EPT**. 1. ed. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. p.14-28.
- OLIVEIRA, R. C.; OLIVEIRA, F. L. Políticas públicas, educação e o protagonismo dos idosos na universidade. **VIII Encontro Nacional de Educação - EDUCERE**, 2008. p. 10301-10312.
- OLIVEIRA, M. M.; TOSCHI, M. S. Gerontologia Educacional: uma didática para idosos. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia**, Faculdade Serra da Mesa, Uruaçu (GO), Vol. 7, n. 1, 2015. p. 5-17.
- ONUMA, T. T. **Cronologização da vida, ageísmo e exclusão: o direito ao envelhecimento e a democracia deliberativa**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**. Madri: ONU, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Dia Internacional da Pessoa Idosa: patrimônio digital para todas as idades**. Viena: ONU, 2021. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/ageing/2021-unidop-digital-equity-for-all-ages.html>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- PACHECO, J. L. Trabalho e aposentadoria. In: PY, L. et al. **Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. 2 ed. Holambra: Editora Setembro, 2006. p. 173-196.
- PAULA, R. da S. O não-lugar da pessoa idosa na educação. **Práxis educacional**. Dossiê temático educação de pessoas jovens, adultas e idosas, v.5, n.7., 2009. p. 31-43.
- PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M. M. L. de. (org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 69-84.
- PEREIRA, D. de A.; TODARO, M. de A.; CACHIONI, M. Educação permanente e o círculo de cultura freireano: diálogos com idosos. **Ideação**. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 23, nº2, 2021. p. 46-64.
- PINTO, J. M. Métodos de Pesquisa em Gerontologia. In: FREITAS, E. V; PY, L. **Tratado de geriatria e gerontologia - 4.ed.-** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. pp. 300 - 320.

PONTES, M. G. de A.; NOGUEIRA, I. R. R. Velhos trabalhadores do Mercado São Sebastião: Reflexões sobre velhice e trabalho informal. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 21, n.3, 2018. p. 55-76.

RABELO, D. F.; NERI, A. L. Intervenções psicossociais com grupos de idosos. **Revista Kairós - Gerontologia**, São Paulo, v.16, n.6, Dez. 2013. p.43-63.

RABELO, D. F.; et al. Racismo e envelhecimento da população negra. **Revista Kairós: Gerontologia**, São Paulo, v.21, n. 3, 2018. p. 193-215.

RABELO, D. F.; ROCHA, N. M. F. D. Velhices invisibilizadas: desafios para a pesquisa em Psicologia. In: CERQUEIRA-SANTOS, E.; ARAÚJO, L. F de. **Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 32-54.

RABELO, G. B. **Acorda, Maria Bonita. Levanta, vai ‘fazê o café**: experiência de envelhecimento de cafezeiras e merendeiras do Mercado São Sebastião - Fortaleza/ CE. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 129 p. 2023.

RANGEL, F. S.; DELCARRO, J. C. S.; OLIVIERA, L. G. de. **Como se faz?** Guia Didático. Vitória: Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (IFES), 2019. p. 1-10. Disponível em: <https://issuu.com/jessicadelcarro2/docs/livreto_guia_didatico>. Acesso em: 17 mai. 2023.

REIBNITZ, C. de S.; DE MELO, A. C. S. Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.29, n.111, p. 484-502, abr./jun. 2021.

RIBEIRO, C. C.; YASSUDA, M. S.; NERI, A. L. Propósito de vida em adultos e idosos: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, jun. 2020. p. 2127-2142.

ROCHA, A. L. O papel da representatividade etária nas coleções de livros didáticos de língua inglesa. **Revista Temporis [Ação]** (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 21, n.2, p. 1-26, jul./dez., 2021. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

RODRIGUES, P. M. A.; MAFRA, S. C. T.; PEREIRA, E. T. O Direito da pessoa idosa à educação formal no Brasil: um caminho para o exercício da cidadania. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 29, n. 2, p. 187-209, 2018.

SÁ, J. L. M. Educação e envelhecimento. In: PY, L. et al. **Tempo de Envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. 2 ed. Holambra: Editora Setembro, 2006. p. 293-318.

SANTANA, C. **Gerontecnologia**: a tecnologia como ferramenta fundamental para o cuidado à saúde frente a pandemia de Covid-19. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Gerontecnologia - SBGTEC, 2020.

SANTOS, G. L. dos; ANDRADE, M. E. B. de. EJA e as trajetórias de exclusão. In: ANDRADE, M. E. B. de.; ESTRELA, S. C. **Saberes e partilhas na educação de jovens, adultos e idosos**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021. p. 315-340.

SANTOS, M. S.; NASCIMENTO, M. B. O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico. **Temporalis**, Brasília, ano 20, n. 39, p. 163-176, jan./jun. 2020.

SANTOS, S. M. A. dos. Infância e velhice: o convívio que nos abre caminhos. In: GUSMÃO, N. M. de. **Infância e velhice: pesquisa de ideias**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. p.47-56.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. p. 152-180.

SCHARFSTEIN, E. A. Teorias e aspectos psicológicos, sociais e culturais do envelhecimento. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Gerontologia**. Educação em Rede, v.3. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2013. p. 68-81.

SERRA, D. C.; SILVA, M. F. S. Direito dos idosos a educação: reconhecimento e visibilidade na EJA. **Anais do III Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/20691>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Modelo Trabalho Social com idosos: módulo político**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2009.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Projeto Idoso do Século XXI: conectividades**. Fortaleza: SESC, Departamento Regional do Ceará, 2017.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa idosos no Brasil II: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade**. São Paulo: Sesc, 2020. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/14626_PESQUISA+IDOSOS+NO+BRASIL+2+EDICAO+2020>. Acesso em: 06 dez. 2021.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Projeto Idoso do Século XXI: conectividades**. Fortaleza: SESC, Departamento Regional do Ceará, 2021.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Portfólio de ações: Trabalho Social com Grupos de Idosos**. Fortaleza: SESC, Departamento Regional do Ceará, 2022.

SILVA, M. A.; CORDEIRO, M. B. G. Educação intergeracional e suas contribuições para a formação humana integral dos estudantes. **2º Congresso sobre Ambiente, Tecnologia e Educação**. CATE, 2019. p. 01-17.

SILVA, M. A. **Roteiro de atividades em educação intergeracional na perspectiva interdisciplinar no ensino médio integrado**. Sertãozinho: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IIFSP, 2020.

SILVA, A. da. O lazer de pessoas idosas: por que é tão difícil? **Portal UOL – Blog Viva Bem**. São Paulo, 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/alexandre-da-silva/2021/07/19/o-lazer-de-pessoas-idosas-por-que-e-tao-dificil.htm>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SILVA, M. F.; FIORI, A. P. S. M. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica. In: SILVA, C. N. N.; ROSA, D. S. **As bases conceituais na EPT**. 1. ed. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. p. 164-179.

SIPAÚBA FILHO, R. N. C. de L. A Pedagogia histórico crítica e a formação humana integral como possibilidade de resistência à BNCC: perspectivas para formação do professor. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista – SP, v. 11, n. 13, 2022. p. 1-14.

SOARES, D. H. P. **Aposent-Ação: aposentadoria para ação**. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2011.

TAVARES, M. A. Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, jan./abr. 2020. p. 143-151.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TERNOSKI, S.; COSTA, Z. da F; MENON, R. A. **A pesquisa quantitativa e qualitativa nas ciências sociais aplicadas**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

TODARO, M. de A.; CACHIONI, M. Política Nacional do Idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

TODARO, M. de A.; CACHIONI, M. O legado de Paulo Freire sobre a velhice: história de vida e o contexto brasileiro atual. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, 2021. p. 1-9.

VIEIRA, T. R. L. Gerontologia Educacional brasileira: causas e consequências do seu estado embrionário e das suas áreas majoritárias de atuação. **Revista Interseção – identidades e gerações**, Palmeira dos Índios/AL, v. 1., n. 1, ago. 2020, p. 49-61.

VILLAS-BOAS, S. et al. A educação intergeracional no quadro da educação ao longo da vida e do envelhecimento ativo. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. extra, n.5, 2017. p. 188-193.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Report on Ageism**. Geneva: WHO, 2021.



APÊNDICE A - ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL

O Grupo Focal terá como tema Educação e Profissional Tecnológica para pessoas velhas. O Grupo Focal visará conhecer o perfil dos participantes, apresentar os objetivos da pesquisa e incentivar a troca de experiências acerca do tema em questão, no sentido de contribuir com a coleta de dados da pesquisa.

A metodologia será composta por três encontros com duração de uma hora e meia, favorecendo o debate acerca do tema proposto em forma de discussão grupal.

PROGRAMAÇÃO DO PRIMEIRO ENCONTRO

- Apresentação da Pesquisadora;
- Apresentação dos/as participantes;
- Apresentação dos objetivos e das condições éticas da Pesquisa;
- Elucidação de dúvidas;
- Leitura e explicação dos TCLE;
- Assinatura dos TCLE.

PROGRAMAÇÃO DO SEGUNDO ENCONTRO

- **Focos da discussão:** O que pensam sobre educação de pessoas velhas? Conhecem projetos e/ou iniciativas na área? Participaram de ações na área? Como avaliam as experiências que tiveram? Quais critérios essas ações devem seguir?

PROGRAMAÇÃO DO TERCEIRO ENCONTRO

- **Focos da discussão:** O que conhecem sobre Educação Profissional e Tecnológica? Conhecem projetos e/ou iniciativas na área voltadas para pessoas velhas? Participaram de ações na área? Quais critérios essas ações devem seguir? Quais temas essas ações devem abordar? O que é importante observar em termos de metodologia e recursos humanos e materiais?



APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. **Idade:** _____
2. **Raça/Cor:** _____
3. **Estado Civil:** _____
4. **Escolaridade:**
 - Não alfabetizada ()
 - Alfabetizada ()
 - Ensino Fundamental Incompleto ()
 - Ensino Fundamental Completo ()
 - Ensino Médio Incompleto ()
 - Ensino Médio Completo ()
 - Ensino Superior Incompleto ()
 - Ensino Superior Completo ()
 - Pós Graduação ()
 - Curso Técnico ()
 - Outra: _____
5. **Profissão:**
6. **Bairro onde reside:**
7. **Orientação Sexual:**
8. **Possui religião? Se sim, Qual?**
9. **Com quem reside:**
 - Sozinha ()
 - Filho/a ()
 - Neto/a ()
 - Bisneto/a ()
 - Cônjuge ou Companheiro/a ()
 - Irmãos/ãs ()
 - Pai ()
 - Mãe ()
 - Amigos/as ()
 - Outros: _____

10. Renda Individual:**11. Situação Previdenciária:**

- BPC ()
- Aposentadoria ()
- Pensão ()

12. Possui outras fontes de renda?

- Trabalho Formal ()
- Trabalho Informal ()
- Aluguel de imóveis ()
- Outros benefícios sociais ()
- Ajuda de Familiares ()

13. Outra: _____**14. Possui deficiência? Se sim, qual?****15. Precisa de ajuda para desenvolver atividades instrumentais de vida diária? (Preparar as próprias refeições, usar o telefone, fazer compras, cuidar da casa, tomar as medicações prescritas no horário correto, gerir suas finanças)****16. Precisa de ajuda para desenvolver atividades básicas de vida diária? (tomar banho, higiene pessoal, locomover-se, transferir-se da cadeira para cama ou para outro ambiente, vestir-se, ir ao banheiro?)****17. Participa de grupo de convivência, projeto social ou movimentos sociais para pessoas idosas?****18. Participa de atividade esportiva, cultural ou de lazer para pessoas idosas?****19. Conhece atividades e/ou projetos educacionais para pessoas idosas?****20. Participa ou já participou de atividade educacional para pessoas idosas?****21. Caso tenha participado, o que motivou sua participação em ações educacionais para pessoas idosas?****22. Como avalia a experiência com esses projetos?****23. Caso não tenha participado, gostaria de participar? De quais tipos de ação educacional?****24. O que você considera importante considerar ao se ofertar atividades de educação para pessoas idosas?****25. O que pensa sobre Educação Profissional e Tecnológica para pessoas idosas?****26. Conhece, participa ou já participou dessas ações?****27. O que motivou sua participação?****28. Caso não tenha participado, gostaria de participar? De quais tipos de ação ações de EPT?****29. Na sua opinião, quais os temas e metodologias que a EPT para o público idoso deve abordar?****30. Como avalia a educação e a EPT para pessoas idosas no Brasil?****Observações:**

- O roteiro de entrevista semiestruturada será aplicado pela pesquisadora, em contato direto com o(a) participante, conforme preconiza o conceito de entrevista semiestruturada, fazendo os registros necessários. A entrevista semiestruturada possibilita ao entrevistado maior flexibilidade, visto que o pesquisador tem como base um roteiro, fazendo poucas perguntas diretas e permitindo que o entrevistado discorra livremente sobre elas (GIL, 2017);

- Qualquer alteração nos instrumentos de coleta de dados manterá o critério de anonimização dos participantes e a divulgação das informações só será realizada de forma anônima.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participante,

Este é um convite para participar da pesquisa **ENTRE DEMANDAS E INVISIBILIDADES: VELHOS(AS) DE FORTALEZA E SUAS EXPECTATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira, CPF 921.898.145.53, RG nº 98012003205, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia sob número de matrícula 20211630010, com orientação do Professor Doutor Francisco Vanderlei Ferreira da Costa.

A pesquisa tem como objetivo geral construir um guia didático sobre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para pessoas velhas a partir dos significados do processo educativo para os referidos participantes. Conta, ainda, com os objetivos específicos: sistematizar as demandas dos(as) velhos(as) em relação à Educação Profissional e Tecnológica; conhecer o acesso de pessoas velhas à Educação Profissional e Tecnológica; identificar potencialidades e especificidades desse público no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica e propor um guia didático como produto educacional cuja proposta versa sobre EPT para velhos(as).

Sua participação é voluntária, ou seja, não é obrigatória, e o(a) senhor(a) tem autonomia para decidir se deseja ou não participar, assim como de solicitar a retirada de sua participação a qualquer momento da pesquisa, mesmo após a coleta

de dados. O(a) senhor(a) não sofrerá nenhum tipo de penalidade, caso decida não consentir ou desistir de participar.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações pelo(a) senhor(a) prestadas. Qualquer dado que possa identifica-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados e o material será armazenado em local seguro, durante o período de 5 (cinco) anos, com acesso exclusivo da pesquisadora responsável. A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, o(a) senhor(a) poderá solicitar à pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato indicados neste documento.

A sua participação consistirá em participar de um grupo focal sobre Educação Profissional e Tecnológica para velhos(as) e de uma entrevista semiestruturada sobre o mesmo tema. Considerando que durante a pesquisa, existirá a coleta coletiva de dados no grupo focal, ao aceitar participar desta pesquisa e assinar o presente termo o(a) senhor(a) se compromete a não divulgar as informações dos momentos coletivos da pesquisa.

Se o (a) senhor(a) sentir-se incomodado(a) e/ou receioso(a) em participar da pesquisa, se tiver dificuldade para responder alguma pergunta, desconforto com a utilização da sua imagem, voz ou, até mesmo, resolver desistir de participar da pesquisa por qualquer outro motivo, poderá solicitar cancelamento de sua participação a qualquer tempo. Mesmo após o consentimento e aceite de sua participação, o(a) senhor(a) tem o direito de retirar seu consentimento, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir para a construção de conhecimento e de evidências acadêmicas e científicas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica para longevos(as) no Brasil, além de fortalecer a propagação da Gerontologia Educacional, a partir da divulgação dos resultados da pesquisa em congressos científicos e periódicos especializados na área.

Outros benefícios também se fazem presentes, tais como o estímulo ao protagonismo das pessoas velhas na educação, a partir do conhecimento de suas demandas e percepções. Ademais, a construção da pesquisa levará a uma contribuição pedagógica, com a propagação dos seus resultados entre o corpo docente e gestores, podendo, assim, proporcionar um olhar geracional à EPT.

Ademais, salienta-se que a referente pesquisa não acarretará nenhum custo para o(a) senhor(a), bem como não ofertará nenhum valor em dinheiro pela sua participação. Entretanto, o(a) senhor(a) será indenizado caso ocorram eventuais danos decorrentes dessa pesquisa e ressarcido de algum custo que, porventura, venha a ter com sua participação.

Dentre os riscos, existe a possibilidade de desconforto e/ou constrangimento ao participar dos instrumentos para a coleta de dados, receio de ter seus relatos gravados, de não saber responder ou de não entender as perguntas, de ser identificado(a) e/ou de haver quebra de sigilo ou de anonimato.

Lembramos que acerca da gravação de sua participação na pesquisa, essa se dará em virtude da necessidade de analisar, a posteriori, os relatos, visando a garantir maior rigor científico na análise dos dados. Para a utilização desses materiais serão seguidos os protocolos éticos estabelecidos pelo IFBA e pelas Resoluções nº 466/2012 e 510/2016.

Caso ocorram desconfortos, serão prestadas orientações acerca dos métodos de coletas adotados e sobre os aspectos éticos que direcionam a mencionada pesquisa, garantindo-se o sigilo e anonimato dos(as) participantes e seu direito de não participação e de desistência, ressaltando que os dados coletados serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

A pesquisadora responsável compromete-se a ofertar acompanhamento e assistência integral ao participante da pesquisa no caso de eventuais danos materiais e imateriais decorrentes de sua participação, conforme o caso sempre e enquanto necessário, de acordo com o disposto no item V.6 da Resolução nº CNS 466/2012 e com o Art. 3º, inciso X da Resolução CNS nº 510/2016.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados em dissertação e guia didático, além de que poderão ser publicados em artigos e periódicos especializados, preservando-se em todos os casos o anonimato de todas as pessoas que contribuíram para o estudo.

O presente TCLE atende às exigências contidas na Resolução CNS nº 466/12 e na Resolução CNS nº 466/12, que em seu item IV.3 (letra F) garante ao(à) participante da pesquisa o recebimento de uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFBA. O Comitê de

Ética tem por objetivo defender os interesses das pessoas que participam de pesquisas em sua integridade e dignidade, visando a contribuir para o desenvolvimento de pesquisas dentro de padrões éticos. Dessa forma, tem como função avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, a dignidade, a autonomia, a não maleficência, a confidencialidade e a privacidade. Abaixo, indicamos os dados para contato com o referido comitê e com a pesquisadora responsável.

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFBA

Endereço: Av. Araújo Pinho, nº 39 – Canela. Salvador – BA

CEP: 40110-150

Telefone (71) 3221-0332

E-mail: cep@ifba.edu.br

Eu, _____,
declaro que fui informado(a) sobre os objetivos, metodologia e regras da pesquisa,
e que, após convenientemente elucidado pelo pesquisador e de ter compreendido
o que me foi explicado e as razões que motivam a minha colaboração, concordo
em participar do projeto de pesquisa, sabendo que não vou obter ganhos
financeiros e que posso desistir de participar quando desejar.

_____, ____/____/____

Participante

Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira

Pesquisadora Responsável



**APÊNDICE D - TERMO DE USO DE GRAVAÇÃO DE IMAGEM E VOZ
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

TERMO DE USO DE GRAVAÇÃO DE IMAGEM E VOZ

Eu,

_____,
 nacionalidade _____, estado civil _____,
 portador(a) da cédula de identidade/RG _____, inscrito
 no CPF nº _____, residente no endereço
 _____, município
 de _____, AUTORIZO a gravação, uso e guarda da minha
 imagem e voz, em caráter gratuito, pelo tempo que se fizer necessário, para fins
 exclusivamente da pesquisa intitulada **ENTRE DEMANDAS E
 INVISIBILIDADES: VELHOS(AS) DE FORTALEZA E SUAS
 EXPECTATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
 TECNOLÓGICA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ingrid Rochelle Rêgo
 Nogueira, vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e
 Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
 (IFBA). Por ser essa a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso
 acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à
 minha voz ou a qualquer outro, e assino a presente autorização. Por esta ser a
 expressão da minha vontade, assim declaro.

_____, ____ de _____ de ____.

 Participante